

# **Brasil PCH S.A. e Controladas**

Informações Financeiras Intermediárias  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho e à Administração da  
Brasil PCH S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

*A. B. Oliveira*  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

## BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023			30/06/2024	31/12/2023		
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	112.914	83.589	125.691	108.140	Fornecedores	200	24	1.097	431	
Aplicações financeiras	7	13.664	8.931	15.435	12.850	Seguros a Pagar	-	3.858	-	3.858	
Contas a receber de clientes	8	-	-	188.668	176.312	Debêntures	14	174.821	162.556	174.821	162.556
Dividendos a receber	10 e 11	151.590	177.914	-	-	- Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	2	31	251	2.426
Impostos a recuperar		2.336	1.793	8.314	7.844	Impostos, contribuições e taxas a recolher	16	3.540	3.409	27.161	30.222
Despesas antecipadas		79	44	162	5.900	Provisão para férias e 13º	-	-	-	3.270	2.194
Partes relacionadas	11	59	3.858	-	-	Dividendos a pagar	19	221.173	140.720	221.173	140.720
Outros ativos circulantes		31	-	1.453	1.030	Receita diferida	17	-	-	3.680	4.143
Total dos ativos circulantes		280.673	276.129	339.723	312.076	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	14	23.532	19.419	23.532	19.419
						Provisões para compromissos futuros	15	-	-	5.962	8.380
						Passivo de arrendamento		404	683	404	683
						Outros passivos		-	-	94.813	81.578
						Total dos passivos circulantes		423.672	330.700	556.164	456.610
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidos		-	-	350	242	Debêntures	14	306.997	385.063	306.997	385.063
Impostos a recuperar		-	2.645	209	2.854	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	14	49.469	61.076	49.469	61.076
Depósitos judiciais	9	3.541	3.400	24.657	23.177	Provisões para compromissos futuros	15	-	-	41.775	44.955
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287	Passivo de arrendamento		437	879	437	879
Investimentos em controladas	10	840.212	841.505	-	-	Impostos, contribuições e taxas a recolher	16	-	-	8.867	8.867
Imobilizado	12	1.477	2.380	926.955	949.166	Provisões para riscos	18	636	635	4.186	4.185
Intangível	13	92	119	20.498	21.658	Total dos passivos não circulantes		357.539	447.653	411.731	505.025
Total dos ativos não circulantes		845.322	850.049	972.956	997.384	Total dos passivos		781.211	778.353	967.895	961.635
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	19	109.032	109.032	109.032	109.032
						Reservas de lucros		21.806	21.806	21.806	21.806
						Dividendos adicionais propostos		213.158	221.753	213.158	221.753
						Ajuste de avaliação patrimonial	19 (d)	788	(4.766)	788	(4.766)
								344.784	347.825	344.784	347.825
TOTAL DOS ATIVOS		1.125.995	1.126.178	1.312.679	1.309.460	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.125.995	1.126.178	1.312.679	1.309.460

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20	-	-	350.435	368.788
<b>CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA</b>					
Custos com depreciação e amortização	12, 13 e 21	-	-	(20.975)	(19.140)
Repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	(13.223)	(12.570)
Custos com pessoal		-	-	(9.593)	(9.345)
Custos com manutenção		-	-	(3.721)	(4.164)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		-	-	(5.339)	(5.326)
Custos com seguros		-	-	(5.873)	(5.164)
Custos com operação		-	-	(951)	(981)
Taxas setoriais		-	-	(601)	(553)
Custos com meio ambiente		-	-	(263)	(192)
Outros custos		-	-	(74)	(71)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(60.613)	(57.506)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>289.822</b>	<b>311.282</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)</b>					
Despesas com pessoal e administradores		(118)	(117)	(5.934)	(6.084)
Despesas administrativas e gerais		209	115	(879)	(868)
Depreciação e amortização	12, 13 e 21	(428)	(376)	(429)	(377)
Outras receitas (despesas) operacionais		(318)	(209)	(1.869)	(2.138)
Resultado na baixa de ativos		-	-	(8)	(61)
		(655)	(587)	(9.119)	(9.528)
Resultado de equivalência patrimonial	10	252.122	279.431	-	-
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>251.467</b>	<b>278.844</b>	<b>280.703</b>	<b>301.754</b>
Despesas financeiras	22	(41.647)	(57.539)	(42.348)	(58.509)
Receitas financeiras	22	3.338	5.415	4.820	7.338
Total do resultado financeiro		(38.309)	(52.124)	(37.528)	(51.171)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>213.158</b>	<b>226.720</b>	<b>243.175</b>	<b>250.583</b>
Corrente	23			(30.051)	(23.820)
Diferido	23			34	(43)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	23	-	-	<b>(30.017)</b>	<b>(23.863)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>213.158</b>	<b>226.720</b>	<b>213.158</b>	<b>226.720</b>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		2,26	2,41	-	-
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES	19	94.187.831	94.187.831		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	213.158	226.720	213.158	226.720
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado do período:	5.554	(8.561)	5.554	(8.561)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>218.712</u>	<u>218.159</u>	<u>218.712</u>	<u>218.159</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

---

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados controladora	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Consolidado
			Reserva legal					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		109.032	21.806	246.854	-	(1.410)	376.282	376.282
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2022 (R\$ 2,62 por ação)	19 (c)	-	-	(246.854)	-	-	(246.854)	(246.854)
Lucro líquido do período		-	-	-	226.720		226.720	226.720
Destinações:								
Dividendos propostos (R\$ 2,41 por ação)	19 (e)	-	-	226.720	(226.720)	-	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa	19 (d)	-	-	-	-	(8.561)	(8.561)	(8.561)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>109.032</u>	<u>21.806</u>	<u>226.720</u>	<u>-</u>	<u>(9.971)</u>	<u>347.587</u>	<u>347.587</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		109.032	21.806	221.753	-	(4.766)	347.825	347.825
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2022 (R\$ por ação)	19 (c)	-	-	(221.753)	-	-	(221.753)	(221.753)
Lucro líquido do período		-	-	-	213.158	-	213.158	213.158
Destinações:								
Dividendos propostos (R\$ por ação)	19 (c)	-	-	213.158	(213.158)	-	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa	19 (d)	-	-	-	-	5.554	5.554	5.554
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>109.032</u>	<u>21.806</u>	<u>213.158</u>	<u>-</u>	<u>788</u>	<u>344.784</u>	<u>344.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		213.158	226.720	243.175	250.583
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	12 e 21	-	-	8	61
Encargos financeiros sobre debêntures	14	34.238	50.040	34.238	50.040
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	22	-	-	(94)	(133)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(530)	(855)	(1.561)	(2.122)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	15	-	-	245	395
Atualização financeira sobre contratos de aluguéis		92	10	92	10
Depreciação e amortização	12, 13 e 21	428	376	21.404	19.517
Equivalência patrimonial	10	(252.122)	(279.431)	-	-
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	13.223	12.570
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		-	-	1.284	(1.132)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	-	-	(2.238)	238
PIS e COFINS diferido sobre ajustes financeiros do PROINFA		-	-	(108)	53
Instrumentos financeiros derivativos	14	6.319	5.940	6.319	5.940
Custo de transação de Debêntures	14	669	669	669	669
Provisão para riscos	18	-	75	-	56
Atualização sobre provisões de riscos	18	-	20	-	56
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(12.356)	15.283
Impostos a recuperar		2.102	1.237	(6.003)	(2.071)
Despesas antecipadas		(35)	-	5.738	5.104
Outros ativos		3.768	2.516	68	(29)
Fornecedores		(3.668)	(2.465)	(3.213)	(1.149)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(29)	(31)	(2.175)	(2.155)
Impostos e contribuições a recolher		131	229	452	(1.097)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	1.076	1.058
Depósitos judiciais		(141)	(242)	(1.386)	(2.307)
Pagamento compromissos futuros	15	-	-	(1.869)	(1.980)
Outros passivos		-	-	12	7
Caixa gerado pelas operações		4.380	4.808	297.000	347.465
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros pagos sobre debêntures	14	(26.709)	(37.757)	(26.709)	(37.757)
Juros recebidos (pagos) sobre instrumento financeiro "Swap"	14	2.742	7.412	2.742	7.412
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(25.096)	(32.985)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(19.587)	(25.537)	247.937	284.135
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Dividendos recebidos	10	279.740	303.723	-	-
(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras		(4.203)	1.819	(1.024)	2.834
Aquisição de imobilizado e intangível	12, 13 e 26	(15)	(28)	(2.752)	(2.382)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		275.522	305.514	(3.776)	452
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
Pagamento de arrendamento		(310)	(304)	(310)	(304)
Dividendos pagos	19 (c)	(141.300)	(230.354)	(141.300)	(230.354)
Pagamento de principal de debêntures	14	(74.000)	(82.742)	(74.000)	(82.742)
Instrumentos derivativos pagos	14	(11.000)	(10.742)	(11.000)	(10.742)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(226.610)	(324.142)	(226.610)	(324.142)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>29.325</b>	<b>(44.165)</b>	<b>17.551</b>	<b>(39.555)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
No início do período	6	83.589	91.103	108.140	119.879
No fim do período	6	112.914	46.938	125.691	80.324
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>29.325</b>	<b>(44.165)</b>	<b>17.551</b>	<b>(39.555)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil PCH S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Brasil PCH”), constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR - PCH Participações S.A. (“PCHPAR”), investida que controla indiretamente 13 Sociedades de Propósito específico (“SPEs”) titulares de Autorizações de emissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com potência instalada de 291,5 MW, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogadas por igual período nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017. A Companhia, em conjunto com a PCHPAR e as SPEs, constituem o Grupo Brasil PCH (“Grupo”).

A Companhia tem por objeto social a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja diretamente ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada a administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas, observando a estrutura prevista no Acordo de Acionistas.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contratos de Compra e Venda (“CCVEs”) da totalidade da Energia por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou no balanço patrimonial da Controladora, capital circulante líquido negativo no montante de R\$142.999 (R\$54.571 em 31 de dezembro de 2023). Já no balanço patrimonial consolidado, o capital circulante líquido negativo é de R\$216.441 (R\$144.534 em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

A seguir breve resumo informativo das 13 PCHs. As informações acerca da capacidade instalada e da garantia física das controladas da Brasil PCH não foram examinadas pelos auditores independentes.

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores de Guanhães (MG), com capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 14,54 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 23 de junho de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para as 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas da Companhia, a partir da energia assegurada definida para os empreendimentos pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 191,01 MW médios.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009, tendo obtido, em 23 de novembro de 2015, decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornando de 13,09 para o seu valor original 14,54 MW médios). Outrossim, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES), com capacidade instalada de 21 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 13,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 12 de outubro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 26,10 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 14 de novembro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG), com capacidade instalada de 15 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 9,57 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 20,35 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 20 de fevereiro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG), com capacidade instalada de 19 MW e garantia física definida nos bornes do gerador de 13,48 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 6 de março de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 14.896/2023.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME 267/2015, retornando de 12,17 para o seu valor original (13,48 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 18,21 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 7 de abril de 2042, Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ), com capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 10,92 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 08 de maio de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Caparaó Energia S.A. (“Caparaó” ou “Fumaça IV”)

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dolores do Rio Preto (ES), com capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 2,61 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 14 de outubro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 2,36 para o seu valor original (2,61 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ), com capacidade instalada de 25 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 18,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 3 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante da garantia física original do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 17,37 para o seu valor original (18,28 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES), com capacidade instalada de 27 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 15,20 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 16 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 14.896/2023.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 18,41 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 13 de junho de 2043, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 17,49 para o seu valor original (18,41 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO), com capacidade instalada de 18 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 13,15 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 30 de maio de 2043, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de garantia física, operacionalizado por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, retornando de 12,49 para o seu valor original (13,15 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

#### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Consolidado

As SPEs controladas indiretamente pela Brasil PCH participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do *faturamento* das SPEs em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido no faturamento o valor total de R\$2.238 (R\$238 adicionados até 30 de junho de 2023).

Assim, as rubricas impactadas para o período findo em 30 de junho de 2024 foram “outros ativos circulantes”, no montante de R\$119 (R\$1.230 em 30 de junho de 2023) e “receita diferida” no montante de R\$2.357 (R\$991 em 30 de junho de 2023).

#### 1.2. Repactuação do risco hidrológico (“RRH”) - Consolidado

As SPEs, todas integrantes do MRE, aderiram à repactuação do risco hidrológico (“RRH”), nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, as SPEs foram notificadas pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pelas SPEs, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs.

Em 24 de agosto de 2020, as SPEs apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca das notificações enviadas pelas SPEs, informando que havia encaminhado o assunto para análise da sua área jurídica e tributária, bem como que estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno às companhias sobre o caso. Em 11 de março de 2021, as SPEs apresentaram nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, as SPEs registram no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$13.223 (R\$12.570 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$94.800 (R\$81.577 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

#### 1.3. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

Em agosto de 2020, a Santa Fé inspecionou o túnel de adução do empreendimento com uso de veículo submersível remotamente operado (“ROV”), quando foi possível identificar o colapso parcial da estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recuperação da estrutura foram devidamente programadas, tendo sido iniciadas no mês de maio de 2021 e finalizadas no mês de julho do mesmo ano.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Santa Fé reconheceu em seu resultado a baixa contábil do valor residual dos ativos no trecho danificado do túnel de adução, no valor de R\$940, enquanto os gastos despendidos com a recuperação da estrutura do túnel de adução, também durante o exercício de 2021, foram reconhecidos como ativo imobilizado, sob a rubrica “Reservatório, Barragem e Adução”.

No âmbito da cobertura de seguros de riscos operacionais, foi instaurado o processo de regulação junto à seguradora com vistas ao devido amparo securitário, tendo sido indenizado à Companhia os montantes de R\$17.500 e R\$3.797, nos exercícios de 2022 e de 2023, respectivamente, totalizando a importância de R\$21.297, reconhecida no resultado sob a rubrica de “Receita com Indenizações Recebidas”, encerrando, assim, o sinistro.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de “covenants” como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas “covenants” cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações a IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na norma internacional IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a norma internacional IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Norma	Descrição da alteração
IFRS 16/CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (“Sale and Leaseback”) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as normas do pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

#### 3.2. Bases de apresentação

As informações referentes às bases de apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações se comparadas àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

O quadro a seguir traz os principais marcos relacionados às Autorizações emitidas pela ANEEL para cada uma das pequenas centrais hidrelétricas do Grupo Brasil PCH.

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data da Autorização	Início operação comercial	Término autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	06/03/2042
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	08/05/2042
Caparaó	Rio Preto, Dolores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	14/10/2042
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2042
	Rio Guanhães, Dolores de					
Funil	Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2041
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	07/04/2042
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2042
	Rio Paraibuna, Comendador					
Monte Serrat	Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	03/12/2042
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2043
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2041
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041
	Rio Jucu Braço Norte, Domingos					
São Pedro	Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	13/06/2043
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2042

(\*) Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da edição da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 ("Resolução Autorizativa"), estando incluídas nesse rol as 13 PCHs outorgadas às SPEs indiretamente controladas pela Brasil PCH, que tiveram seu prazo de outorga estendido, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei nº 14.052/2020.

#### 5. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA

##### 2024:

PCH	Inserir Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ENBPar	281.272	115.893	121,35	441,04	jul.-08	Jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	ENBPar	202.548	83.456	121,35	441,04	mai-08	abr-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ENBPar	228.228	94.037	121,35	441,04	set-08	set-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ENBPar	54.054	22.272	121,35	441,04	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Funil	ENBPar	302.441	124.615	121,35	441,04	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
Irara	ENBPar	379.529	156.378	121,35	441,04	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Jataí	ENBPar	423.293	174.410	121,35	441,04	jun-08	jun-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ENBPar	379.134	156.215	121,35	441,04	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ENBPar	275.484	113.508	121,35	441,04	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ENBPar	546.810	225.303	121,35	441,04	jul-08	jun-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ENBPar	280.619	115.624	121,35	441,04	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
São Pedro	ENBPar	387.888	159.822	121,35	441,04	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
São Simão	ENBPar	319.677	131.717	121,35	441,04	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho

(\*) Base junho de 2024.

**2023:**

PCH	Inserir Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ENBPar	281.272	115.893	121,35	442,54	jul.-08	Jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	ENBPar	202.548	83.456	121,35	442,54	mai-08	abr-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ENBPar	228.228	94.037	121,35	442,54	set-08	set-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ENBPar	54.054	22.272	121,35	442,54	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Funil	ENBPar	302.441	124.615	121,35	442,54	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
Irara	ENBPar	379.529	156.378	121,35	442,54	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Jataí	ENBPar	423.293	174.410	121,35	442,54	jun-08	jun-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ENBPar	379.134	156.215	121,35	442,54	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ENBPar	275.484	113.508	121,35	442,54	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ENBPar	546.810	225.303	121,35	442,54	jul-08	jun-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ENBPar	280.619	115.624	121,35	442,54	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
São Pedro	ENBPar	387.888	159.822	121,35	442,54	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
São Simão	ENBPar	319.677	131.717	121,35	442,54	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho

(\*) Base junho de 2023.

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Bancos	1	1	10	10
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (a)	112.913	83.588	125.681	108.130
	<u>112.914</u>	<u>83.589</u>	<u>125.691</u>	<u>108.140</u>

(a) As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco com risco insignificante de mudança de valor justo, remuneradas por taxas de mercado que variam de 97% a 100% (98% a 101,5% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Fundos de investimento em renda fixa (a)	13.664	8.931	15.435	12.850
	<u>13.664</u>	<u>8.931</u>	<u>15.435</u>	<u>12.850</u>

(a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remunerações que variam de 89% a 102% (97% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPEs no âmbito do PROINFA, no montante de R\$188.668 em 30 de junho de 2024 (R\$176.312 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e, a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa nº 1.2 acima, em 30 de junho de 2024, registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$92.621 (R\$79.424 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que o Grupo não constitui perdas de créditos esperados, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Tributários (a)	3.489	3.348	12.362	10.962
Desapropriações e servidões (b)	-	-	12.027	11.954
Trabalhistas (c)	52	52	221	215
Cíveis	-	-	47	46
	<u>3.541</u>	<u>3.400</u>	<u>24.657</u>	<u>23.177</u>

(a) Refere-se ao processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras, referentes ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto nº 8.426/15 com efeitos na Brasil PCH, e ao IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPEs São Joaquim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (controladas indiretas).

(b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso.

Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade das SPEs, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

(c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais está em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pela Brasil PCH e/ou pelas SPEs e/ou por empresas terceiras, conforme o caso.

## 10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR - PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 SPEs.

Movimentação dos saldos

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
No início do período	841.505	967.917
Dividendos adicionais aprovados	(253.415)	(221.560)
Equivalência patrimonial	<u>252.122</u>	<u>279.431</u>
No fim do período	<u><u>840.212</u></u>	<u><u>1.025.788</u></u>

## (a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR - PCH Participações S.A. em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados como segue:

	<u>30/06/2024</u>				
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
PCHPAR Participações S.A.	<u>87.901</u>	<u>904.057</u>	<u>151.590</u>	<u>156</u>	<u>840.212</u>
Total	<u><u>87.901</u></u>	<u><u>904.057</u></u>	<u><u>151.590</u></u>	<u><u>156</u></u>	<u><u>840.212</u></u>
	<u>31/12/2023</u>				
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
PCHPAR Participações S.A.	<u>115.858</u>	<u>903.720</u>	<u>177.916</u>	<u>156</u>	<u>841.506</u>
Total	<u><u>115.858</u></u>	<u><u>903.720</u></u>	<u><u>177.916</u></u>	<u><u>156</u></u>	<u><u>841.506</u></u>

Os principais saldos de resultado da PCHPAR - PCH Participações S.A. em 30 de junho de 2024 e de 2023:

	30/06/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
PCHPAR Participações S.A.	-	-	252.122	252.122	252.122
Tota	-	-	252.122	252.122	252.122

  

	30/06/2023				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
PCHPAR Participações S.A.	-	-	279.431	279.431	279.431
Total	-	-	279.431	279.431	279.431

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados como segue:

	30/06/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	13.691	67.765	16.278	2.443	62.735
Calheiros	11.108	54.439	9.417	1.852	54.278
Caparaó	3.354	17.806	1.482	231	19.447
Carangola	10.123	39.772	11.130	1.145	37.620
Funil	18.379	56.655	15.460	2.853	56.721
Irara	18.284	87.839	15.026	6.790	84.307
Jataí	20.424	84.068	31.185	1.761	71.546
Monte Serrat	19.608	94.966	12.623	3.032	98.919
Retiro Velho	15.521	85.245	9.862	3.957	86.947
Santa Fé	26.603	145.368	54.012	22.508	95.451
São Joaquim	13.892	62.564	16.828	3.683	55.945
São Pedro	24.057	93.657	12.627	1.900	103.187
São Simão	15.650	77.494	14.514	1.884	76.746
Total	210.694	967.638	220.444	54.039	903.849

31/12/2023

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	13.352	69.569	18.091	2.930	61.900
Calheiros	11.032	54.902	10.516	1.790	53.628
Caparaó	2.926	18.100	1.915	220	18.891
Carangola	9.726	40.530	14.524	1.119	34.613
Funil	14.421	57.768	14.407	2.824	54.958
Irara	17.980	89.333	17.138	6.632	83.543
Jataí	19.906	86.385	23.390	1.683	81.218
Monte Serrat	18.008	97.052	13.109	3.248	98.703
Retiro Velho	13.053	87.298	10.560	3.815	85.976
Santa Fé	48.131	149.755	75.613	25.664	96.609
São Joaquim	13.309	63.649	18.201	3.675	55.082
São Pedro	20.599	95.269	11.919	1.817	102.132
São Simão	15.272	79.022	16.238	1.798	76.258
Total	<u>217.715</u>	<u>988.632</u>	<u>245.621</u>	<u>57.215</u>	<u>903.511</u>

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 30 de junho de 2024 e de 2023 são apresentados como segue:

30/06/2024

	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	24.558	20.265	19.533	19.561	18.761
Calheiros	19.999	15.758	15.174	15.202	14.556
Caparaó	4.750	3.523	3.440	3.454	3.306
Carangola	17.921	14.740	13.952	13.978	13.399
Funil	25.996	21.846	21.409	21.445	20.617
Irara	33.078	27.679	27.403	27.474	26.407
Jataí	34.769	28.162	27.343	27.363	18.097
Monte Serrat	33.183	27.738	27.559	27.639	26.546
Retiro Velho	23.924	18.790	18.540	18.555	17.775
Santa fé	45.168	38.407	36.161	36.441	24.490
São Joaquim	24.825	20.926	20.441	20.479	19.675
São Pedro	34.133	29.132	28.148	28.276	27.131
São Simão	28.131	22.857	22.316	22.336	21.424
Total	<u>350.435</u>	<u>289.823</u>	<u>281.419</u>	<u>282.203</u>	<u>252.184</u>

	30/06/2023				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	25.763	21.678	20.924	20.936	20.094
Calheiros	21.049	16.623	16.089	16.108	15.418
Caparaó	4.951	3.680	3.602	3.626	3.467
Carangola	18.699	15.502	14.391	14.422	13.814
Funil	27.335	23.452	23.070	23.118	22.221
Irara	34.449	29.034	28.736	28.828	27.695
Jataí	38.593	32.892	32.011	32.060	30.794
Monte Serrat	34.848	29.474	29.253	29.366	28.200
Retiro Velho	25.145	20.683	20.495	20.531	19.699
Santa fé	47.288	40.982	38.479	38.724	25.487
São Joaquim	25.704	21.910	21.516	21.564	20.723
São Pedro	35.606	30.673	29.837	30.050	28.823
São Simão	29.358	24.602	24.002	24.026	23.062
<b>Total</b>	<b>368.788</b>	<b>311.185</b>	<b>302.405</b>	<b>303.359</b>	<b>279.497</b>

(c) Dividendos a receber

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.163
Dividendos aprovados	221.560
Dividendos recebidos	<u>(303.723)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.914
Dividendos aprovados	253.416
Dividendos recebidos	<u>(279.740)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>151.590</u>

## 11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo circulante - outros ativos circulantes</u>		
Bonfante	4	316
Calheiros	4	281
Caparaó	2	146
Carangola	2	160
Funil	3	232
Irara	4	344
Jataí	4	339
Monte Serrat	5	388
Retiro Velho	4	331
Santa Fé	5	400
São Joaquim	3	231
São Pedro	5	355
São Simão	4	335
BSB Energética S.A.	5	-
Eletroriver S.A.	5	-
Total	<u>59</u>	<u>3.858</u>
<u>Ativo circulante - dividendos a receber</u>		
PCHPAR - PCH Participações S.A.	<u>151.590</u>	<u>177.914</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima se deram em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos a outros ativos circulantes referem-se ao rateio do prêmio do seguro de risco civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$121 pela Companhia (R\$120 em 30 de junho de 2023) e R\$881 através do Grupo Brasil PCH (R\$876 em 30 de junho de 2023 através do Grupo Brasil PCH). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 12. IMOBILIZADO

### (a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,90%	-	-	38.566	45.868
Direitos sobre arrendamento	37,8%	773	1.586	772	1.586
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	111.170	113.294
Conduto forçado	3,13%	-	-	26.610	27.391
Gerador	3,33%	-	-	59.491	61.431
Comporta	3,33%	-	-	19.390	20.011
Subestação unitária	3,57%	-	-	32.909	34.250
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	14.044	14.566
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	312.198	316.650
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	253.727	256.672
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	689	779	53.709	55.336
Imobilizado em Curso	-	15	15	4.369	2.111
		<u>1.477</u>	<u>2.380</u>	<u>926.955</u>	<u>949.166</u>

(\*) Terrenos vinculados as 13 SPEs titulares de outorgas de autorizações junto à “ANEEL” são depreciados de acordo com o período de autorização.

#### Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

### (b) Movimentação do imobilizado - consolidado

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2024
Custo:					
Terrenos	45.868	137	(5.305)	30	40.730
Direitos sobre arrendamento	2.778	-	(502)	-	2.276
Turbina hidráulica	175.671	72	-	-	175.743
Conduto forçado	49.897	-	-	-	49.897
Gerador	117.051	9	-	-	117.060
Comporta	37.455	-	-	-	37.455
Subestação unitária	75.061	-	-	-	75.061
Estrutura de tensão	28.897	-	(17)	-	28.880
Casa de força produção hidráulica	449.491	51	-	(4)	449.538
Reservatório, barragem, adutora	350.437	469	-	-	350.906
Outras máquinas e equipamentos	100.429	328	-	-	100.757
Imobilizado em curso	2.111	2.254	-	4	4.369
	<u>1.435.146</u>	<u>3.320</u>	<u>(5.824)</u>	<u>30</u>	<u>1.432.672</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/06/2024</u>
(-) Depreciação:					
Terrenos	-	(2.164)	-	-	(2.164)
Direitos sobre arrendamento	(1.192)	(312)	-	-	(1.504)
Turbina hidráulica	(62.377)	(2.196)	-	-	(64.573)
Conduto forçado	(22.506)	(781)	-	-	(23.287)
Gerador	(55.620)	(1.949)	-	-	(57.569)
Comporta	(17.444)	(621)	-	-	(18.065)
Subestação unitária	(40.811)	(1.341)	-	-	(42.152)
Estrutura de tensão	(14.331)	(514)	9	-	(14.836)
Casa de força produção hidráulica	(132.841)	(4.499)	-	-	(137.340)
Reservatório, barragem, adutora	(93.765)	(3.414)	-	-	(97.179)
Outras máquinas e equipamentos	(45.093)	(1.955)	-	-	(47.048)
	<u>(485.980)</u>	<u>(19.746)</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>(505.717)</u>
Imobilizado Líquido	<u>949.166</u>	<u>(16.426)</u>	<u>(5.815)</u>	<u>30</u>	<u>926.955</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2023</u>
Custo:				
Terrenos	43.886	173	-	44.059
Direitos sobre arrendamento	2.507	-	-	2.507
Turbina hidráulica	175.568	29	-	175.597
Conduto forçado	49.359	250	-	49.609
Gerador	116.746	227	-	116.973
Comporta	37.279	-	-	37.279
Subestação unitária	75.134	19	(90)	75.063
Estrutura de tensão	28.525	402	(30)	28.897
Casa de força produção hidráulica	446.608	259	-	446.867
Reservatório, barragem, adutora	349.148	571	-	349.719
Outras máquinas e equipamentos	97.846	717	-	98.563
Imobilizado em curso	1.686	426	-	2.112
	<u>1.424.292</u>	<u>3.073</u>	<u>(120)</u>	<u>1.427.245</u>

(-) Depreciação:				
Direitos sobre arrendamento	(577)	(304)	-	(881)
Turbina hidráulica	(57.987)	(2.195)	-	(60.182)
Conduto forçado	(20.955)	(774)	-	(21.729)
Gerador	(51.727)	(1.945)	-	(53.672)
Comporta	(16.207)	(618)	-	(16.825)
Subestação unitária	(38.176)	(1.342)	45	(39.473)
Estrutura de tensão	(13.322)	(517)	14	(13.825)
Casa de força produção hidráulica	(123.884)	(4.469)	-	(128.353)
Reservatório, barragem, adutora	(86.972)	(3.393)	-	(90.365)
Outras máquinas e equipamentos	(41.298)	(1.899)	-	(43.197)
	<u>(451.105)</u>	<u>(17.456)</u>	<u>59</u>	<u>(468.502)</u>
Imobilizado Líquido	<u>973.187</u>	<u>(14.383)</u>	<u>(61)</u>	<u>958.743</u>

13. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	-	-	-	2.624	2.911
Software	20%	92	119	1.175	1.481
Medidas compensatórias	10 a 25%	-	-	13.033	13.631
Indenização de terras	-	-	-	1.857	1.826
Legalização de terras	-	-	-	1.809	1.809
		<u>92</u>	<u>119</u>	<u>20.498</u>	<u>21.658</u>

(b) Movimentação do intangível - consolidado

	31/12/2023	Adições	Transferência	30/06/2024
<b>Custo:</b>				
Servidões	2.911	-	(30)	2.881
Software	4.356	-	-	4.356
Medidas compensatórias	37.575	753	-	38.328
Indenização de terras	1.826	31	-	1.857
Registro de terras	1.809	-	-	1.809
	<u>48.477</u>	<u>784</u>	<u>(30)</u>	<u>49.231</u>
<b>(-) Amortização:</b>				
Servidões	-	(257)	-	(257)
Software	(2.875)	(306)	-	(3.181)
Medidas compensatórias	(23.944)	(1.351)	-	(25.295)
	<u>(26.819)</u>	<u>(1.914)</u>		<u>(28.733)</u>
<b>Intangível líquido</b>	<u>21.658</u>	<u>(1.130)</u>	<u>(30)</u>	<u>20.498</u>
		<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Custo:</b>				
Servidões		2.911	-	2.911
Software		4.015	12	4.027
Medidas compensatórias		26.902	1.512	28.414
Indenização de terras		1.785	40	1.825
Registro de terras		1.498	-	1.498
		<u>37.111</u>	<u>1.564</u>	<u>38.675</u>
<b>(-) Amortização:</b>				
Software		(2.296)	(280)	(2.576)
Medidas compensatórias		(21.160)	(1.956)	(23.116)
		<u>(23.456)</u>	<u>(2.236)</u>	<u>(25.692)</u>
<b>Intangível líquido</b>		<u>13.655</u>	<u>(672)</u>	<u>12.983</u>

## 14. DEBÊNTURES E INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO

Em deliberação da assembleia geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas da Brasil PCH, aprovaram a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Brasil PCH S.A., no valor total de R\$900.000 (“Debêntures”).

As Debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026.

## a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	30/06/2024	31/12/2023
Debêntures -1ª Serie	450.000	0,4568	205.576	237.842
Debêntures - 2ª Série	450.000	0,6208	279.365	313.569
(-) Custo com transação com debêntures			(3.123)	(3.792)
			<u>481.818</u>	<u>547.619</u>
Instrumento financeiro derivativo - “SWAP”			73.001	80.495
			<u>554.819</u>	<u>628.114</u>
Passivo circulante			198.353	181.975
Passivo não circulante			356.466	446.139

## b) Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2025	110.658
2026	245.808
Total	<u>356.466</u>

## c) Movimentação das Debêntures e Instrumento financeiro derivativo

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo inicial	628.114	780.753
Encargos provisionados	34.238	50.040
Custo de transação	669	669
Pagamento principal	(74.000)	(82.742)
Pagamento de juros sobre debêntures	(26.709)	(37.757)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	(11.000)	(10.742)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	2.742	7.412
Ganho com instrumento financeiro derivativo, líquido	6.319	5.940
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(5.554)	8.561
	<u>554.819</u>	<u>722.134</u>

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

#### 14.1. Garantias

Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações (i.a) de emissão das SPEs detidas pela PCHPAR, e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Companhia, existentes e que venham a ser emitidas (“Ações Alienadas”); bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) dos direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL (“Autorizações”), (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SPEs no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do PROINFA (“CCVEs”), (ii.c) dos direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pela Companhia, em nome das SPEs, ou pelas SPEs em nome próprio (“Seguros”), (ii.d) de todos os frutos, lucros, rendimentos, remuneração, reembolso de capital, bonificações, vantagens, juros, distribuições e demais direitos expressamente atribuídos às Ações Alienadas (“Direitos Relacionados às Ações Alienadas”), (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive recursos financeiros, provenientes das Autorizações, CCVEs, Seguros e dos Direitos Relacionados às Ações Alienadas, e (ii.f) de todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos depositados nas contas vinculadas, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições, e demais valores a serem recebidos ou depositados nas contas vinculadas, e (iii) fiança das SPEs; nos termos previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

#### 14.2. Restrições

Os “covenants” aos quais a Companhia e suas controladas estão sujeitas incluem, dentre outras, restrições quanto à transformação do tipo societário, mudança do controle acionário, contratação de novos empréstimos ou financiamentos a partir de determinados valores, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. Adicionalmente, a Companhia deve manter, durante o período de vigência das debêntures, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) superior ou equivalente a 1,20x, apurados com base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Em 30 de junho de 2024, a Companhia atendeu apresentando ICSD de 2,67x (em 31 de dezembro de 2023 atingiu 2,34x). O não cumprimento dos “covenants” e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

#### d) Instrumento financeiro derivativo - “SWAP” designado como “hedge” de fluxo de caixa

Para a 1ª Série das Debêntures, contratou-se, junto ao Banco Itaú, operação de SWAP, trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%), de modo a torná-la igual à remuneração da 2ª série (IPCA+8,2647%). Essa transação foi qualificada como “hedge” de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as informações sobre a marcação a mercado são conforme abaixo demonstradas:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Período	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) - valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado "Swap" - MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2023	313.570	237.841	(75.729)	(4.766)
16/11/2026	450.000	30/06/2024	279.365	205.576	(73.789)	788

## 15. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	Adição	Reversão (i)	Pagamentos	Atualização Financeira	30/06/2024
Compromissos socioambientais (a)	19.259	410	(5.305)	(345)	65	14.084
Provisão p/medidas compensatórias (b)	18.334	753	-	(1.524)	180	17.743
Provisão p/registro de terras (c)	1.809	-	-	-	-	1.809
Provisão p/indenizações de terras (d)	13.933	168	-	-	-	14.101
<b>Total</b>	<b>53.335</b>	<b>1.331</b>	<b>(5.305)</b>	<b>(1.869)</b>	<b>245</b>	<b>47.737</b>
Passivo circulante	8.380					5.962
Passivo não circulante	44.955					41.775

- (i) No período findo em 30 de junho de 2024, frente aos andamentos mais recentes dos órgãos licenciadores, o montante provisionado referente ao Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - PACUERA foi revisado, resultando em redução do montante provisionado para Compromissos Socioambientais destinados à aquisição de terras.

	31/12/2022	Adição	Pagamentos	Atualização Financeira	30/06/2023
Compromissos socioambientais (a)	18.376	480	(476)	149	18.529
Provisão p/medidas compensatórias (b)	10.790	1.554	(1.504)	246	11.086
Provisão para registro de terras (c)	1.499	-	-	-	1.499
Provisão p/indenizações de terras (d)	13.690	202	-	-	13.887
<b>Total</b>	<b>44.355</b>	<b>2.236</b>	<b>(1.980)</b>	<b>395</b>	<b>45.006</b>
Passivo circulante	6.245				4.834
Passivo não circulante	38.110				40.172

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação das PCHs, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA") de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que o Grupo precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs do Grupo possuem licença de operação obtida junto ao respectivo órgão ambiental, estando todas válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de diversos compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão registro de terras: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.

- (d) Provisão para indenização de terras: para construção das PCHs, foi necessário que as SPEs adquirissem terras e instituíssem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que os valores das indenizações estão provisionados nessa rubrica.

## 16. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	20.267	23.439
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	-	-	8.867	8.867
Encargo de Uso dos Sistemas				
Elétricos de Distribuição (EUSD)	-	-	872	920
PIS e COFINS sobre receita financeira	3.522	3.367	4.467	3.367
Impostos diferidos (b)	-	-	682	649
Outros tributos a recolher	18	42	873	1.847
<b>Total</b>	<b>3.540</b>	<b>3.409</b>	<b>36.028</b>	<b>39.089</b>
Passivo circulante	3.540	3.409	27.161	30.222
Passivo não circulante	-	-	8.867	8.867

- a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas indiretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.
- b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

## 17. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

- (a) Composição da receita diferida

	30/06/2024	31/12/2023
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	3.680	4.143
<b>Total</b>	<b>3.680</b>	<b>4.143</b>

- (b) Movimentação da receita diferida

	31/12/2023	Adição	Realização	30/06/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	4.143	1.894	(2.357)	3.680
	<u>4.143</u>	<u>1.894</u>	<u>(2.357)</u>	<u>3.680</u>
	31/12/2022	Adição	Realização	30/06/2023
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	1.773	583	(991)	1.365
	<u>1.773</u>	<u>583</u>	<u>(991)</u>	<u>1.365</u>

Cumprir destacar que todas as SPEs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

#### 18. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Brasil PCH e as SPEs, controladas indiretas da Companhia, são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhista	179	167
Regulatório	2.850	2.849
Tributário	987	999
Cíveis	170	170
Total	<u>4.186</u>	<u>4.185</u>

Em 30 de junho de 2024 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios e cíveis era de R\$4.186 (R\$4.185 em 31 de dezembro de 2023), conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Transferência</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/06/2024</u>
Trabalhista	167	12	-	179
Regulatório (*)	2.849	-	1	2.850
Tributário (*)	999	(12)	-	987
Cíveis	170	-	-	170
Total	<u>4.185</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>4.186</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/06/2023</u>
Trabalhista	92	70	-	5	167
Regulatório (*)	1.542	25	(44)	-	1.523
Tributário (*)	1.188	5	-	41	1.234
Cíveis	148	-	-	10	158
Total	<u>2.970</u>	<u>100</u>	<u>(44)</u>	<u>56</u>	<u>3.082</u>

(\*) Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A Brasil PCH e as SPEs possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023
Trabalhistas (a)	949	1.437
Cíveis (b)	23.463	12.530
Ambientais (c)	574	1.380
Tributário (d)	651	751
	<u>25.637</u>	<u>16.098</u>

- (a) Ações trabalhistas que se referem, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira. No âmbito trabalhista, destaca-se, ainda, a existência de uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.
- (b) Existem ações de indenização, no valor de R\$23.442, por danos morais, ambientais e materiais, à jusante da PCH São Simão, em decorrência das cheias ocorridas em 2020.
- (c) São ações ambientais, cujos réus são controladas da Companhia, no âmbito das quais é discutida, principalmente, indenização por prejuízo com "Lavra de Areia". Adicionalmente, a Carangola Energia S.A. é ré em ação popular assumida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, após desistência da autora, na qual se discute supostos danos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, não sendo possível a atribuição de valor indenizável dada a ausência de caracterização dos danos ventilados pelo autor, tendo em vista o estágio processual.
- (d) Refere-se à ação declaratória que discute o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens e à ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre o Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - EUSD.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

Em 30 de junho de 2024, e em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$109.032, representado por 94.187.831 ações, distribuídas conforme indicado abaixo:

Acionista	Quantidade de ações ON	%
Eletroriver S.A.	65.931.482	70,00
BSB Energética S.A.	<u>28.256.349</u>	<u>30,00</u>
Total	<u>94.187.831</u>	<u>100,00</u>

## (b) Reservas

Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto no art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## (c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação dos órgãos de administração.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Dividendos adicionais aprovados	246.854
Dividendos pagos	<u>(230.354)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>16.500</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	140.720
Dividendos adicionais aprovados	221.753
Dividendos pagos	<u>(141.300)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u><u>221.173</u></u>

## (d) Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa considerados efetivos (vide na nota explicativa nº 14).

## (e) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$213.158 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$226.720 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2023), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	367.795	384.903
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>951</u>	<u>894</u>
	<u>368.746</u>	<u>385.797</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(18.351)	(16.959)
PIS e COFINS Diferido	<u>40</u>	<u>(50)</u>
	<u>(18.311)</u>	<u>(17.009)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>350.435</u></u>	<u><u>368.788</u></u>

(\* ) Sendo suas controladas indiretas contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais. Ver nota explicativa nº 1.1.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização (*)	(428)	(376)	(21.404)	(19.517)
Repactuação do risco hidrológico	-	-	(13.223)	(12.570)
Pessoal e administradores	(118)	(117)	(15.527)	(15.429)
Manutenção	-	-	(3.721)	(4.164)
Serviços de terceiros	(308)	(298)	(1.705)	(1.794)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	-	-	(5.339)	(5.326)
Seguros	-	-	(5.873)	(5.164)
Operação	-	-	(951)	(981)
Meio ambiente	-	-	(263)	(192)
Tributos	(10)	-	(112)	(148)
Taxas setoriais	-	-	(601)	(553)
Resultado na baixa de ativos	-	-	(8)	(61)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>209</u>	<u>204</u>	<u>(1.005)</u>	<u>(1.135)</u>
	<u>(655)</u>	<u>(587)</u>	<u>(69.732)</u>	<u>(67.034)</u>
Custo das vendas de energia	-	-	(60.613)	(57.506)
Outras despesas, líquidas	(655)	(587)	(9.119)	(9.528)

(\*) Estão sendo reduzidos dos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS R\$256 em 30 de junho de 2024 (R\$175 em 30 de junho de 2023) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário da companhia.

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:				
Juros, atualizações sobre dívidas financeiras	(34.238)	(50.040)	(34.238)	(50.040)
Custos de transação de debêntures	(669)	(669)	(669)	(669)
Instrumentos financeiros derivativos	(6.319)	(6.236)	(6.319)	(6.236)
IOF s/aplicação financeira	(83)	(96)	(521)	(656)
Outras despesas financeiras	(338)	(498)	(601)	(908)
<b>Total</b>	<u>(41.647)</u>	<u>(57.539)</u>	<u>(42.348)</u>	<u>(58.509)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.215	5.037	4.600	6.825
Atualização de depósito judicial	-	-	94	133
Instrumentos financeiros derivativos	-	296	-	296
Outras receitas financeiras	123	82	126	84
<b>Total</b>	<u>3.338</u>	<u>5.415</u>	<u>4.820</u>	<u>7.338</u>
<b>Total</b>	<u>(38.309)</u>	<u>(52.124)</u>	<u>(37.528)</u>	<u>(51.171)</u>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Sociedades sob regime de lucro presumido (a)	8.800	10.625
Sociedades sob regime de lucro real (b)	21.217	13.238
	<u>30.017</u>	<u>23.863</u>

a) Encargo de imposto sobre a renda - SPEs tributadas pelo lucro presumido:

	Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023
Receita corrente	279.819	332.940
Receita diferida	881	745
<b>Total</b>	<b>280.700</b>	<b>333.685</b>
Presunção IR 8%	22.456	26.695
Presunção CS 12%	33.684	40.042
Outras receitas	841	1.447
Despesa imposto IR	5.824	7.035
Despesa imposto CS	3.107	3.734
Diferença de alíquota (*)	(132)	(144)
<b>Total da despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>8.800</b>	<b>10.625</b>

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

b) Encargo de imposto sobre a renda - empresas tributadas pelo lucro real:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	213.158	226.720	243.175	250.583
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(72.474)	(77.085)	(82.680)	(85.198)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido			65.454	79.351
Efeitos de equivalência patrimonial	85.721	95.007		-
Outras diferenças permanentes, líquidas			53	81
Crédito tributário não constituído (*)	(13.247)	(17.922)	(12.844)	(18.097)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(30.017)	(23.863)
Correntes			(30.051)	(23.820)
Diferidos			34	(43)

Impostos controladas

(\*) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$1.352.799 em 30 de junho de 2024 (R\$1.320.309 em 31 de dezembro de 2023), bem como outras diferenças temporárias, principalmente em função do contrato de instrumento financeiro derivativo - "swap". Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

## 24. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 6 e nº 7.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados em 30 de junho de 2024, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista no contrato da emissão de debêntures da Companhia.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade de o Grupo realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabela do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de março de 2024.

Consolidado	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	-	1.097	1.097	1.097	-	-
Debêntures (*)	14	484.941	561.956	54.900	158.460	348.596
Instrumento financeiro derivativo	14	73.001	83.582	5.892	19.594	58.096
<b>Total</b>		<b>559.039</b>	<b>646.635</b>	<b>61.889</b>	<b>178.054</b>	<b>406.692</b>

(\*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures constituído em função da combinação de negócios, conforme nota explicativa nº 14.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	30/12/2023	30/06/2024	30/12/2023
<b>Ativos financeiros</b>					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	6	112.914	83.589	125.691	108.140
Aplicações financeiras	7	13.664	8.931	15.435	12.850
Contas a receber de clientes	8	-	-	188.668	176.312
Depósitos judiciais	9	3.541	3.400	24.657	23.177
Partes relacionadas	11	59	3.858	-	-
Outros ativos	-	31	-	625	691
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	14	-	-	-	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores	-	200	24	1.097	431
Seguros	-	-	3.858	-	3.858
Debêntures	14	484.941	551.411	484.941	551.411
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	14	73.001	80.495	73.001	80.495

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro do Grupo, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 30 de junho de 2024, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo previsto nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia. Com exceção dos saldos de debentures, cujos valores justos na referida data-base foram estimados com base no nível 2 da hierarquia, o valor justo dos demais itens são próximos ao seu valor contábil.

	30/06/2024	31/12/2023
Debêntures 1ª Série - CDI +2,39%	211.488	245.954
Debêntures 2ª Série - IPCA+8,2647%	284.489	326.448

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%) e IPCA (4,0%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Consolidado

Operação	Nota	Exposição	Risco	Cenário	Cenário	Cenário
		30/06/2024		I	II	III
Caixa e equivalentes de caixa	6	125.681	Baixa do CDI	13.197	9.897	6.598
Aplicação financeira	7	15.435	Baixa do CDI	1.621	1.216	810
Debêntures - Itaú + "swap"	14	279.365	Aumento do IPCA+8,2647	34.263	42.829	51.395
Debêntures - Santander	14	279.365	Aumento do IPCA+8,2647	34.263	42.829	51.395

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No período findo em 30 de junho de 2024, não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

Gestão de risco de capital

Considerando que o Grupo possui debêntures emitidas, ele está exposto ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição do Grupo a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, o Grupo monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de capitação.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Debêntures (nota explicativa nº 14)	484.941	551.411	484.941	551.411
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas explicativas nº 6 e nº 7)	126.578	92.520	141.126	120.990
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	358.363	458.891	343.815	430.421
Total do patrimônio líquido (nota explicativa nº 19)	344.784	347.825	344.784	347.825
Total do capital (b)	703.147	806.716	688.599	778.246
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	51%	57%	50%	55%

## 25. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro "Directors & Officers" (D&O)

A Brasil PCH renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2025, mantendo a cobertura no montante de R\$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras Companhias).

### Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, tendo como cosseguradas suas controladas indiretas, a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(502)	-	(502)	-
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	1.331	2.236
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	(5.305)	-
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores	-	-	135	278
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSRF	-	-	8.434	303
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	5.554	(8.561)	5.554	(8.561)
Constituição de dividendos a pagar	221.753	246.854	221.753	246.854
Constituição de dividendos a receber	253.415	221.560	-	-

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia, na data de 17 de julho de 2024, realizou o pagamento de R\$40.000 a título de dividendos, sendo R\$12.000 para a BSB Energética S.A. e R\$28.000 para Eletroriver S.A.

## 28. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 12 de agosto de 2024.

Composição do Conselho de Administração

Paulo Celso Guerra Lage - Presidente

Márcio Barata Diniz - Conselheiro  
Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho -  
Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz - Diretor Presidente

Walter Nunes Seijo Neto - Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG - 117.577/O-2

# **PCHPAR - PCH Participações S.A. e Controladas**

Informações Financeiras Intermediárias  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
PCHPAR - PCH Participações S.A.  
Belo Horizonte - MG

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da PCHPAR - PCH Participações S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034223

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023			30/06/2024	31/12/2023		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	1	12.777	24.552	Fornecedores		1	-	956	4.265
Aplicações financeiras	7	5	5	1.772	3.919	Obrigações trabalhistas e previdenciária		-	2	250	2.395
Contas a receber de clientes	8	-	-	188.668	176.312	Impostos, contribuições e taxas a recolher	15	-	-	23.620	26.813
Dividendos a receber	10	87.896	115.852	-	-	Provisão para férias e 13º salário		-	-	3.270	2.194
Impostos a recuperar		-	-	5.979	6.051	Dividendos a pagar	18	151.590	177.914	151.590	177.914
Despesas antecipadas		-	-	83	5.857	Receita diferida	16	-	-	3.680	4.143
Outros ativos circulantes		-	-	1.419	1.029	Provisões para compromissos futuros	14	-	-	5.962	8.380
		<u>87.902</u>	<u>115.858</u>	<u>210.698</u>	<u>217.720</u>	Outros passivos	1.2 e 23	-	-	94.812	81.578
								<u>151.591</u>	<u>177.916</u>	<u>284.140</u>	<u>307.682</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos e contribuições diferidas		-	-	350	242	Provisões para compromissos futuros	14	-	-	41.775	44.955
Impostos a recuperar		209	209	209	209	Impostos, contribuições e taxas a recolher	15	-	-	8.867	8.867
Depósitos judiciais	9	-	-	21.116	19.777	Provisões para riscos	17	156	156	3.550	3.550
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287			<u>156</u>	<u>156</u>	<u>54.192</u>	<u>57.372</u>
Investimentos em controladas	10	903.848	903.511	-	-						
Imobilizado	12	-	-	925.478	946.784						
Intangível	13	-	-	20.406	21.541						
		<u>904.057</u>	<u>903.720</u>	<u>967.846</u>	<u>988.840</u>	Total dos passivos		<u>151.747</u>	<u>178.072</u>	<u>338.332</u>	<u>365.054</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	18	490.075	490.075	490.075	490.075
						Reservas de lucros		<u>98.015</u>	<u>98.015</u>	<u>98.015</u>	<u>98.015</u>
						Dividendos adicionais propostos		<u>252.122</u>	<u>253.416</u>	<u>252.122</u>	<u>253.416</u>
								<u>840.212</u>	<u>841.506</u>	<u>840.212</u>	<u>841.506</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>991.959</u>	<u>1.019.578</u>	<u>1.178.544</u>	<u>1.206.560</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>991.959</u>	<u>1.019.578</u>	<u>1.178.544</u>	<u>1.206.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	19	-	-	350.435	368.788
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	20	-	-	(20.974)	(19.138)
Repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	(13.223)	(12.570)
Custos com pessoal		-	-	(9.593)	(9.345)
Custos com manutenção		-	-	(3.721)	(4.163)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		-	-	(5.339)	(5.326)
Custos com seguros		-	-	(5.873)	(5.264)
Custos com operação		-	-	(951)	(981)
Taxas setoriais		-	-	(601)	(553)
Custos com meio ambiente		-	-	(263)	(192)
Outros custos		-	-	(74)	(71)
Total do custo das vendas de energia	20	-	-	(60.612)	(57.603)
LUCRO BRUTO		-	-	289.823	311.185
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal e administradores		(56)	(61)	(5.816)	(5.967)
Administrativas e gerais		(2)	(2)	(1.088)	(982)
Depreciação e amortização	20	-	-	(1)	(1)
Outras despesas operacionais		(3)	(4)	(1.552)	(1.835)
Receita com indenização de ativos	1.3 e 20	-	-	-	-
Resultado na alienação de ativos		-	-	(8)	(62)
Total	20	(61)	(67)	(8.465)	(8.847)
Resultado de equivalência patrimonial	10	252.183	279.497	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		252.122	279.430	281.358	302.338
Despesas financeiras	21	-	-	(701)	(970)
Receitas financeiras	21	-	-	1.482	1.924
Total do resultado financeiro		-	-	781	954
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		252.122	279.430	282.139	303.292
Corrente	22	-	-	(30.051)	(23.819)
Diferido	22	-	-	34	(43)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(30.017)	(23.862)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		252.122	279.430	252.122	279.430
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,67	0,74	0,67	0,74
Quantidade média ponderada de ações	18	377.645.430	377.645.430	377.645.430	377.645.430

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	252.122	279.430	252.122	279.430
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>252.122</u>	<u>279.430</u>	<u>252.122</u>	<u>279.430</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		490.075	98.015	379.827	-	967.917
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,59 por ação)	18	-	-	(221.558)	-	(221.558)
Lucro líquido do período		-	-	-	279.430	279.430
Dividendos propostos (R\$ 0,74 por ação)	18	-	-	279.430	(279.430)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>490.075</u>	<u>98.015</u>	<u>437.699</u>	<u>-</u>	<u>1.025.789</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		490.075	98.015	253.416	-	841.506
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,67 por ação)	18	-	-	(253.416)	-	(253.416)
Lucro líquido do período		-	-	-	252.122	252.122
Dividendos propostos (R\$ 0,67 por ação)	18	-	-	252.122	(252.122)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>490.075</u>	<u>98.015</u>	<u>252.122</u>	<u>-</u>	<u>840.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA  
PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		252.122	279.430	282.139	303.292
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na alienação de ativos		-	-	8	(61)
Receita com indenização de ativos	1.3 e 20	-	-	-	-
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	21	-	-	(94)	(133)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		-	-	(1.031)	(1.267)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	14 e 21	-	-	247	395
Depreciação e amortização	12,13 e 20	-	-	20.975	19.139
Repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	13.223	12.570
Equivalência patrimonial	10	(252.183)	(279.497)	-	-
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	-	-	(2.238)	238
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		-	-	1.284	(1.132)
PIS e COFINS diferido sobre ajustes financeiros do PROINFA		-	-	(108)	53
Provisão para riscos	17	-	6	-	(19)
Atualização sobre provisões de riscos	17	-	-	-	35
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(12.356)	15.283
Impostos a recuperar		-	-	(8.362)	(3.308)
Despesas antecipadas		-	-	5.774	5.104
Outros ativos		-	-	101	(2.545)
Fornecedores		-	1	(3.087)	1.439
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(2)	-	(2.145)	(2.122)
Impostos e contribuições a recolher		-	(2)	773	(1.327)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	1.076	1.058
Pagamento compromissos futuros	14	-	-	(1.869)	(1.980)
Depósitos judiciais		-	-	(1.260)	(2.065)
Outros passivos		-	-	12	7
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de operações		(63)	(62)	293.062	342.654
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(25.549)	(32.985)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(63)	(62)	267.513	309.669
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Dividendos recebidos	10 e 11	279.803	303.779	-	-
Resgastes (aplicações) em aplicações financeiras		-	4	3.178	1.015
Aquisição de imobilizado e intangível	12, 13 e 25	-	-	(2.726)	(2.354)
Receita com indenização de ativos	1.3 e 20	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		279.803	303.783	452	(1.339)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
Dividendos pagos	18	(279.740)	(303.721)	(279.740)	(303.721)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(279.740)	(303.721)	(279.740)	(303.721)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		-	-	(11.775)	4.609
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	1	1	24.552	28.776
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	1	1	12.777	33.385
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		-	-	(11.775)	4.609

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCHPAR - PCH Participações S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “PCHPAR”), constituída em 22 de fevereiro de 2005, como sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de “Grupo Brasil PCH” ou “Grupo”), com 291,5 MW, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogadas por igual período nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017.

A Companhia, em conjunto com sua controladora e as SPEs, constituem o Grupo Brasil PCH (“Grupo”).

A Companhia tem por objeto social a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja diretamente ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada a administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas, observando a estrutura prevista no Acordo de Acionistas.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contratos de Compra e Venda (“CCVEs”) da totalidade da Energia por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou no balanço patrimonial da Controladora, capital circulante líquido negativo no montante de R\$63.689 (R\$62.058 em 31 de dezembro de 2023). Já no balanço patrimonial consolidado, o capital circulante líquido negativo é de R\$73.442 (R\$89.962 em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

A seguir breve resumo informativo das 13 PCHs. As informações acerca da capacidade instalada e da garantia física das controladas da Brasil PCH não foram examinadas pelos auditores independentes.

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dores de Guanhães (MG), com capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 14,54 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 23 de junho de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para as 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas da Companhia, a partir da energia assegurada definida para os empreendimentos pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 191,01 MW médios.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009, tendo obtido, em 23 de novembro de 2015, decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornando de 13,09 para o seu valor original 14,54 MW médios). Outrossim, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES), com capacidade instalada de 21 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 13,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 12 de outubro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 26,10 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 14 de novembro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG), com capacidade instalada de 15 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 9,57 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 20,35 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 20 de fevereiro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG), com capacidade instalada de 19 MW e garantia física definida nos bornes do gerador de 13,48 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 6 de março de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 14.896/2023.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME 267/2015, retornando de 12,17 para o seu valor original (13,48 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 18,21 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 7 de abril de 2042, Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ), com capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 10,92 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 8 de maio de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Caparaó Energia S.A. (“Caparaó” ou “Fumaça IV”)

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dolores do Rio Preto (ES), com capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 2,61 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 14 de outubro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME 267/2015, que retornou de 2,36 para o seu valor original (2,61 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ), com capacidade instalada de 25 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 18,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 3 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante da garantia física original do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME 267/2015, que retornou de 17,37 para o seu valor original (18,28 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES), com capacidade instalada de 27 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 15,20 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 16 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 14.896/2023.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 18,41 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 13 de junho de 2043, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME 267/2015, que retornou de 17,49 para o seu valor original (18,41 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO), com capacidade instalada de 18 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 13,15 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 30 de maio de 2043, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de garantia física, operacionalizado por meio da Portaria SPE/MME 267/2015, retornando de 12,49 para o seu valor original (13,15 MW médios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Consolidado

As SPEs controladas diretamente pela PCHPAR participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento das SPEs em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido no faturamento o valor total de R\$2.238 (R\$238 adicionados até 30 de junho de 2023).

Assim, as rubricas impactadas para o período findo em 30 de junho de 2024 foram “outros ativos circulantes”, no montante de R\$119 (R\$1.230 em 30 de junho de 2023) e “receita diferida” no montante de R\$2.357 (R\$991 em 30 de junho de 2023).

### 1.2. Repactuação do risco hidrológico - (“RRH”) - Consolidado

As SPEs, todas integrantes do MRE, aderiram à repactuação do risco hidrológico (“RRH”), nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, as SPEs foram notificadas pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pelas SPEs, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs.

Em 24 de agosto de 2020, as SPEs apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca das notificações enviadas pelas SPEs, informando que havia encaminhado o assunto para análise da sua área jurídica e tributária, bem como que estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno às companhias sobre o caso. Em 11 de março de 2021, as SPEs apresentaram nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, as SPEs registram no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$13.223 (R\$12.570 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$94.800 (R\$81.577 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

### 1.3. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

Em agosto de 2020, a Santa Fé inspecionou o túnel de adução do empreendimento com uso de veículo submersível remotamente operado (“ROV”), quando foi possível identificar o colapso parcial da estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recuperação da estrutura foram devidamente programadas, tendo sido iniciadas no mês de maio de 2021 e finalizadas no mês de julho do mesmo ano.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Santa Fé reconheceu em seu resultado a baixa contábil do valor residual dos ativos no trecho danificado do túnel de adução, no valor de R\$940, enquanto os gastos despendidos com a recuperação da estrutura do túnel de adução, também durante o exercício de 2021, foram reconhecidos como ativo imobilizado, sob a rubrica “Reservatório, Barragem e Adutora”.

No âmbito da cobertura de seguros de riscos operacionais, foi instaurado o processo de regulação junto à seguradora com vistas ao devido amparo securitário, tendo sido indenizado à Companhia os montantes de R\$17.500 e R\$3.797, nos exercícios de 2022 e 2023, respectivamente, totalizando a importância de R\$21.297, reconhecida no resultado sob a rubrica de “Receita com Indenizações Recebidas”, encerrando, assim, o sinistro.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de “covenants” como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas “covenants” cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.

Norma	Descrição da alteração
Alterações a IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na norma internacional IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a norma internacional IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16/CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (“Sale and Leaseback”) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as normas do pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### 3.2. Bases de apresentação

As informações referentes às bases de apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações se comparadas àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

O quadro a seguir traz os principais marcos relacionados às Autorizações emitidas pela ANEEL para cada uma das pequenas centrais hidrelétricas do Grupo Brasil PCH.

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data da Autorização	Início operação comercial	Término autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	06/03/2042
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	08/05/2042
Caparaó	Rio Preto, Dolores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	14/10/2042
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2042
Funil	Rio Guanhães, Dolores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2041
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	07/04/2042
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2042
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	03/12/2042
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2043
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2041
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	13/06/2043
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2042

(\*) Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da edição da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluídas nesse rol as 13 PCHs outorgadas às SPEs indiretamente controladas pela Brasil PCH, que tiveram seu prazo de outorga estendido, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei nº 14.052/2020.

## 5. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA

2024:

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ENBPar	281.272	115.893	121,35	441,04	jul.-08	Jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	ENBPar	202.548	83.456	121,35	441,04	mai-08	abr-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ENBPar	228.228	94.037	121,35	441,04	set-08	set-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ENBPar	54.054	22.272	121,35	441,04	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Funil	ENBPar	302.441	124.615	121,35	441,04	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
Irara	ENBPar	379.529	156.378	121,35	441,04	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Jataí	ENBPar	423.293	174.410	121,35	441,04	jun-08	jun-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ENBPar	379.134	156.215	121,35	441,04	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ENBPar	275.484	113.508	121,35	441,04	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ENBPar	546.810	225.303	121,35	441,04	jul-08	jun-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ENBPar	280.619	115.624	121,35	441,04	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
São Pedro	ENBPar	387.888	159.822	121,35	441,04	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
São Simão	ENBPar	319.677	131.717	121,35	441,04	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho

(\*) Base junho de 2024.

2023:

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ENBPar	281.272	115.893	121,35	442,54	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	ENBPar	202.548	83.456	121,35	442,54	mai-08	abr-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ENBPar	228.228	94.037	121,35	442,54	set-08	set-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ENBPar	54.054	22.272	121,35	442,54	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Funil	ENBPar	302.441	124.615	121,35	442,54	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
Irara	ENBPar	379.529	156.378	121,35	442,54	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Jataí	ENBPar	423.293	174.410	121,35	442,54	jun-08	jun-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ENBPar	379.134	156.215	121,35	442,54	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ENBPar	275.484	113.508	121,35	442,54	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ENBPar	546.810	225.303	121,35	442,54	jul-08	jun-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ENBPar	280.619	115.624	121,35	442,54	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
São Pedro	ENBPar	387.888	159.822	121,35	442,54	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
São Simão	ENBPar	319.677	131.717	121,35	442,54	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho

(\*) Base junho de 2023.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Bancos	1	1	10	9
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários(i)	-	-	12.767	24.543
	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>12.777</u>	<u>24.552</u>

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco com risco insignificante de mudança de valor justo e são remuneradas por taxas de mercado que variam de 97% a 100% (98% a 101,5% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Fundos de investimento em renda fixa (ii)	5	5	1.772	3.919
	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>1.772</u>	<u>3.919</u>

- (ii) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remunerações que variam de 89% a 102% (97% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPEs no âmbito do PROINFA, no montante de R\$188.668 em 30 de junho de 2024 (R\$176.312 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento das faturas em 3 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 20 e 30 do mês subsequente à competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$92.621 (R\$79.424 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumpramos ressaltar que o Grupo não constitui perdas de créditos esperados, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Tributários (a)	8.873	7.612
Desapropriações e servidões (b)	12.027	11.954
Trabalhistas (c)	169	164
Cíveis	47	47
	<u>21.116</u>	<u>19.777</u>

- (a) Refere-se IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPEs São Joaquim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (controladas diretas).
- (b) Algumas controladas diretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito. Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade das SPEs, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

- (c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais estão em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pelas SPEs e por empresas terceiras, conforme o caso.

#### 10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS (CONTROLADORA)

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação nas 13 PCHs.

##### Movimentação dos saldos

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
No início do exercício	903.511	1.003.106
Dividendos adicionais aprovados	(251.846)	(256.874)
Equivalência patrimonial	<u>252.183</u>	<u>279.497</u>
No fim do período	<u><u>903.848</u></u>	<u><u>1.025.729</u></u>

##### a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados como segue:

	<u>30/06/2024</u>				
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Bonfante	13.691	67.765	16.278	2.443	62.735
Calheiros	11.108	54.439	9.417	1.852	54.278
Caparaó	3.354	17.806	1.482	231	19.447
Carangola	10.123	39.772	11.130	1.145	37.620
Funil	18.379	56.655	15.460	2.853	56.721
Irara	18.284	87.839	15.026	6.790	84.307
Jatai	20.424	84.068	31.185	1.761	71.546
Monte Serrat	19.608	94.966	12.623	3.032	98.919
Retiro Velho	15.521	85.245	9.862	3.957	86.947
Santa Fé	26.603	145.368	54.012	22.508	95.451
São Joaquim	13.892	62.564	16.828	3.683	55.945
São Pedro	24.057	93.657	12.627	1.900	103.187
São Simão	15.650	77.494	14.514	1.884	76.746
Total	<u><u>210.694</u></u>	<u><u>967.638</u></u>	<u><u>220.444</u></u>	<u><u>54.039</u></u>	<u><u>903.849</u></u>

	31/12/2023				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	13.352	69.569	18.091	2.930	61.900
Calheiros	11.032	54.902	10.516	1.790	53.628
Caparaó	2.926	18.100	1.915	220	18.891
Carangola	9.726	40.530	14.524	1.119	34.613
Funil	14.421	57.768	14.407	2.824	54.958
Irara	17.980	89.333	17.138	6.632	83.543
Jatai	19.906	86.385	23.390	1.683	81.218
Monte Serrat	18.008	97.052	13.109	3.248	98.703
Retiro Velho	13.053	87.298	10.560	3.815	85.976
Santa Fé	48.131	149.755	75.613	25.664	96.609
São Joaquim	13.309	63.649	18.201	3.675	55.082
São Pedro	20.599	95.269	11.919	1.817	102.132
São Simão	15.272	79.022	16.238	1.798	76.258
Total	<u>217.715</u>	<u>988.632</u>	<u>245.621</u>	<u>57.215</u>	<u>903.511</u>

Os principais saldos de resultado das controladas diretas em 30 de junho de 2024 e de 2023 são apresentados como segue:

	30/06/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	24.558	20.265	19.533	19.561	18.761
Calheiros	19.999	15.758	15.174	15.202	14.556
Caparaó	4.750	3.523	3.440	3.454	3.306
Carangola	17.921	14.740	13.952	13.978	13.399
Funil	25.996	21.846	21.409	21.445	20.617
Irara	33.078	27.679	27.403	27.474	26.407
Jataí	34.769	28.162	27.343	27.363	18.097
Monte Serrat	33.183	27.738	27.559	27.639	26.546
Retiro Velho	23.924	18.790	18.540	18.555	17.775
Santa fé	45.168	38.407	36.161	36.441	24.490
São Joaquim	24.825	20.926	20.441	20.479	19.675
São Pedro	34.133	29.132	28.148	28.276	27.131
São Simão	28.131	22.857	22.316	22.336	21.424
Total	<u>350.435</u>	<u>289.823</u>	<u>281.419</u>	<u>282.203</u>	<u>252.184</u>

	30/06/2023				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	25.763	21.678	20.924	20.936	20.094
Calheiros	21.049	16.623	16.089	16.108	15.418
Caparaó	4.951	3.680	3.602	3.626	3.467
Carangola	18.699	15.502	14.391	14.422	13.814
Funil	27.335	23.452	23.070	23.118	22.221
Irara	34.449	29.034	28.736	28.828	27.695
Jataí	38.593	32.892	32.011	32.060	30.794
Monte Serrat	34.848	29.474	29.253	29.366	28.200
Retiro Velho	25.145	20.683	20.495	20.531	19.699
Santa fé	47.288	40.982	38.479	38.724	25.487
São Joaquim	25.704	21.910	21.516	21.564	20.723
São Pedro	35.606	30.673	29.837	30.050	28.823
São Simão	29.358	24.602	24.002	24.026	23.062
Total	<u>368.788</u>	<u>311.185</u>	<u>302.405</u>	<u>303.359</u>	<u>279.497</u>

## b) Dividendos a receber

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.905
Dividendos adicionais aprovados	256.874
Dividendos recebidos	<u>(303.779)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	115.852
Dividendos adicionais aprovados	251.847
Dividendos recebidos	<u>(279.803)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>87.896</u>

## 11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo circulante - dividendos a receber:</u>		
Bonfante	8.472	10.415
Calheiros	3.265	4.597
Caparaó	1	394
Carangola	5.554	9.284
Funil	6.491	6.053
Irara	4.711	7.283
Jataí	10.667	11.654
Monte Serrat	2.795	3.882
Retiro Velho	1.930	2.979
Santa Fé	27.421	38.583
São Joaquim	8.316	10.250
São Pedro	2.422	2.425
São Simão	5.851	8.053
	<u>87.896</u>	<u>115.852</u>
	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
Brasil PCH S.A.	151.590	177.914

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima se deram em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos a outros ativos circulantes referem-se ao rateio do prêmio do seguro de risco civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$7 pela Companhia (R\$7 em 30 de junho de 2023) e R\$699 através das Controladas diretas (R\$868 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 12. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

## a) Composição do imobilizado - consolidado

	Taxa de Depreciação	Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,90%	38.566	45.868
Turbina hidráulica	2,50%	111.170	113.295
Conduto forçado	3,13%	26.610	27.392
Gerador	3,33%	59.491	61.431
Comporta	3,33%	19.390	20.011
Subestação unitária	3,57%	32.909	34.249
Estrutura de tensão	3,57%	14.044	14.565
Casa de força produção hidráulica	2,00%	312.198	316.650
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	253.727	256.671
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	53.019	54.555
Imobilizado em andamento	-	4.354	2.097
		<u>925.478</u>	<u>946.784</u>

(\*) Terrenos vinculados as 13 SPEs titulares de outorgas de autorizações junto à "ANEEL" são depreciados de acordo com o período de autorização.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

## b) Movimentação do imobilizado - consolidado

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2024
Terrenos	45.868	137	(5.305)	30	40.730
Turbina hidráulica	175.671	72	-	-	175.743
Conduto forçado	49.897	-	-	-	49.897
Gerador	117.051	9	-	-	117.060
Comporta	37.455	-	-	-	37.455
Subestação unitária	75.062	-	-	-	75.062
Estrutura de tensão	28.896	-	(17)	-	28.879
Casa de força produção hidráulica	449.492	51	-	(4)	449.539
Reservatório, barragem, adutora	350.436	469	-	-	350.905
Outras máquinas e equipamentos	99.020	328	-	-	99.348
Imobilizado em curso	2.097	2.254	-	3	4.354
	<u>1.430.945</u>	<u>3.320</u>	<u>(5.322)</u>	<u>29</u>	<u>1.428.972</u>

<u>Custo</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Terrenos	-	(2.164)	-	-	(2.164)
Turbina hidráulica	(62.376)	(2.197)	-	-	(64.573)
Conduto forçado	(22.505)	(782)	-	-	(23.287)
Gerador	(55.620)	(1.949)	-	-	(57.569)
Comporta	(17.444)	(621)	-	-	(18.065)
Subestação unitária	(40.813)	(1.340)	-	-	(42.153)
Estrutura de tensão	(14.331)	(514)	10	-	(14.835)
Casa de força produção hidráulica	(132.842)	(4.499)	-	-	(137.341)
Reservatório, barragem, adutora	(93.765)	(3.413)	-	-	(97.178)
Outras máquinas e equipamentos	(44.465)	(1.864)	-	-	(46.329)
	<u>(484.161)</u>	<u>(19.343)</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(503.494)</u>
Imobilizado	<u>946.784</u>	<u>(16.023)</u>	<u>(5.312)</u>	<u>29</u>	<u>925.478</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>		<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	43.889	173	-	-	44.062
Turbina hidráulica	175.569	29	-	-	175.598
Conduto forçado	49.359	250	-	-	49.609
Gerador	116.748	227	-	-	116.975
Comporta	37.279	-	-	-	37.279
Subestação unitária	75.134	19	(90)	-	75.063
Estrutura de tensão	28.525	402	(30)	-	28.897
Casa de força produção hidráulica	446.606	259	-	-	446.865
Reservatório, barragem, adutora	349.148	571	-	-	349.719
Outras máquinas e equipamentos	96.793	684	-	-	97.477
Imobilizado em curso	1.833	426	-	-	2.259
	<u>1.420.883</u>	<u>3.040</u>	<u>(120)</u>		<u>1.423.803</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(57.987)	(2.195)	-	-	(60.182)
Conduto forçado	(20.955)	(774)	-	-	(21.729)
Gerador	(51.728)	(1.945)	-	-	(53.673)
Comporta	(16.208)	(618)	-	-	(16.826)
Subestação unitária	(38.179)	(1.342)	45	-	(39.476)
Estrutura de tensão	(13.323)	(517)	14	-	(13.826)
Casa de força produção hidráulica	(123.884)	(4.469)	-	-	(128.353)
Reservatório, barragem, adutora	(86.974)	(3.393)	-	-	(90.367)
Outras máquinas e equipamentos	(40.723)	(1.849)	-	-	(42.572)
	<u>(449.961)</u>	<u>(17.102)</u>	<u>59</u>		<u>(467.004)</u>
Imobilizado	<u>970.922</u>	<u>(14.062)</u>	<u>(61)</u>		<u>956.799</u>

## 13. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

## a) Composição do intangível - consolidado

	Taxa de Amortização	Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023
Servidões	-	2.624	2.911
Software	20%	1.083	1.363
Medidas compensatórias	10 a 25%	13.033	13.632
Indenização de terras	-	1.857	1.826
Registro de terras	-	1.809	1.809
		<u>20.406</u>	<u>21.541</u>

## b) Movimentação do intangível - consolidado

	31/12/2023	Adições	Transferência	30/06/2024
<u>Custo</u>				
Servidões	2.911	-	(30)	2.881
Software	3.483	-	-	3.483
Medidas compensatórias	37.574	753	-	38.327
Indenização de terras	1.826	31	-	1.857
Registro de terras	1.809	-	-	1.809
	<u>47.603</u>	<u>784</u>	<u>(30)</u>	<u>48.357</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Servidões	-	(257)	-	(257)
Software	(2.120)	(280)	-	(2.400)
Medidas compensatórias	(23.942)	(1.352)	-	(25.294)
	<u>(26.062)</u>	<u>(1.889)</u>	<u>-</u>	<u>(27.951)</u>
Intangível líquido	<u>21.541</u>	<u>(1.105)</u>	<u>(30)</u>	<u>20.406</u>
		31/12/2022	Adições	30/06/2023
<u>Custo</u>				
Servidões		2.911	-	2.911
Software		3.130	12	3.142
Medidas compensatórias		26.902	1.512	28.414
Indenização de terras		1.785	40	1.825
Registro de terras		1.498	-	1.498
		<u>36.226</u>	<u>1.564</u>	<u>37.790</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software		(1.586)	(251)	(1.837)
Medidas compensatórias		(21.159)	(1.961)	(23.120)
		<u>(22.745)</u>	<u>(2.212)</u>	<u>(24.957)</u>
Intangível líquido		<u>13.481</u>	<u>(648)</u>	<u>12.833</u>

## 14. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão (i)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	19.259	410	(5.305)	(345)	65	14.084
Provisão para medidas compensatórias (b)	18.334	753	-	(1.524)	180	17.743
Provisão para registro de terras (c)	1.809	-	-	-	-	1.809
Provisão para indenizações de terras (d)	<u>13.933</u>	<u>168</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.101</u>
Total	<u>53.335</u>	<u>1.331</u>	<u>(5.305)</u>	<u>(1.869)</u>	<u>245</u>	<u>47.737</u>
Passivo circulante	8.380					5.962
Passivo não circulante	44.955					41.775

- (i) No período findo em 30 de junho de 2024, frente aos andamentos mais recentes dos órgãos licenciadores, o montante provisionado referente ao Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - PACUERA foi revisado, resultando em redução do montante provisionado para Compromissos Socioambientais destinados à aquisição de terras.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	18.376	480	(476)	149	18.529
Provisão para medidas compensatórias (b)	10.790	1.554	(1.504)	246	11.086
Provisão para registro de terras (c)	1.499	-	-	-	1.499
Provisão para indenizações de terras (d)	<u>13.690</u>	<u>202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.892</u>
Total	<u>44.355</u>	<u>2.236</u>	<u>(1.980)</u>	<u>395</u>	<u>45.006</u>
Passivo circulante	6.245				4.834
Passivo não circulante	38.110				40.172

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação das PCHs, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA") de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que o Grupo precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem licenças de operação obtidas junto ao seu respectivo órgão ambiental, estando todas válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção das PCHs, foi necessário que as SPEs adquirissem terras e instituísem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, e o valor das indenizações estão provisionados nessa rubrica.

## 15. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20.267	23.438
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	8.867	8.867
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	872	920
Impostos diferidos (b)	682	649
Outros tributos a recolher	<u>1.799</u>	<u>1.806</u>
Total	<u><u>32.487</u></u>	<u><u>35.680</u></u>
Passivo circulante	23.620	26.813
Passivo não circulante	8.867	8.867

(a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas diretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.

(b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

## 16. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

## a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>3.680</u>	<u>4.143</u>
Total	<u><u>3.680</u></u>	<u><u>4.143</u></u>

## b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	Constituição e atualização	Realização	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	<u>4.143</u>	<u>1.894</u>	<u>(2.357)</u>	<u>3.680</u>
	<u><u>4.143</u></u>	<u><u>1.894</u></u>	<u><u>(2.357)</u></u>	<u><u>3.680</u></u>

	<u>31/12/2022</u>	Constituição e atualização	Realização	<u>30/06/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	<u>1.773</u>	<u>583</u>	<u>(991)</u>	<u>1.365</u>
	<u><u>1.773</u></u>	<u><u>583</u></u>	<u><u>(991)</u></u>	<u><u>1.365</u></u>

(a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo.

Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

## 17. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhista	67	67
Regulatório	2.527	2.527
Tributário	811	811
Cíveis	145	145
Total	<u>3.550</u>	<u>3.550</u>

Em 30 de junho de 2024, o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios e cíveis era de R\$3.550 (R\$3.550 em 31 de dezembro de 2023). A variação das provisões para riscos no período está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/06/2024</u>
Trabalhista	67	-	-	-	67
Regulatório	2.527	-	-	-	2.527
Tributário	811	-	-	-	811
Cíveis	145	-	-	-	145
Total	<u>3.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.550</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/06/2023</u>
Trabalhista	67	-	-	-	67
Regulatório	1.356	26	(43)	-	1.339
Tributário	1.021	-	-	25	1.046
Cíveis	124	-	-	10	134
Total	<u>2.568</u>	<u>26</u>	<u>(43)</u>	<u>35</u>	<u>2.586</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhistas (a)	887	893
Cíveis (b)	23.465	22.856
Ambientais (c)	574	1.330
Tributário (d)	651	651
	<u>25.577</u>	<u>25.730</u>

(a) Ações trabalhistas se referem, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira. No âmbito trabalhista, destaca-se, ainda, a existência de uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.

- (b) Existem ações de indenização, no valor de R\$23.442, por danos morais, ambientais e materiais, à jusante da PCH São Simão, em decorrência das cheias ocorridas em 2020.
- (c) São ações ambientais, cujos réus são as controladas da Companhia, no âmbito das quais é discutida, principalmente, indenização por prejuízo com "Lavra de Areia". Adicionalmente, a Carangola Energia S.A. é ré em ação popular assumida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, após desistência da autora, na qual se discute supostos danos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, não sendo possível a atribuição de valor indenizável dada a ausência de caracterização dos danos ventilados pelo autor, tendo em vista o estágio processual.
- (d) Refere-se à ação declaratória que discute o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens e à ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição - EUSD.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$490.075 e está representado por 377.645.430 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas pelo acionista Brasil PCH S.A.

### b) Reservas

#### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

#### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto no art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

### c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação dos órgãos de administração.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.163
Dividendos adicionais aprovados	221.558
Dividendos pagos	<u>(303.721)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.914
Dividendos adicionais aprovados	253.416
Dividendos pagos	<u>(279.740)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>151.590</u>

d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$252.122 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$279.430 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2023), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	367.796	384.903
Ajustes (*):		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	950	2.264
Recontabilização + Consumo Interno	<u>-</u>	<u>(1.370)</u>
	<u>368.746</u>	<u>385.797</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(18.350)	(16.959)
PIS e COFINS diferido	<u>39</u>	<u>(50)</u>
	<u>(18.311)</u>	<u>(17.009)</u>
Receita líquida de vendas	<u>350.435</u>	<u>368.788</u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Depreciação e amortização (*)	-	-	(20.975)	(19.139)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	-	-	(13.223)	(12.570)
Pessoal e administradores	(7)	(7)	(15.409)	(15.312)
Manutenção	-	-	(3.721)	(4.163)
Serviços de terceiros	(2)	(2)	(1.399)	(1.496)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	-	-	(5.339)	(5.326)
Seguros	-	-	(5.873)	(5.264)
Operação	-	-	(951)	(981)
Meio ambiente	-	-	(263)	(192)
Tributos	(3)	(4)	(102)	(141)
Taxas setoriais	-	-	(601)	(553)
Resultado na baixa de ativos	-	-	(8)	(62)
Outras despesas, líquidas	(49)	(54)	(1.232)	(1.251)
Outras receitas, líquidas	-	-	19	-
	<u>(61)</u>	<u>(67)</u>	<u>(69.077)</u>	<u>(66.450)</u>
Custo das vendas de energia	-	-	(60.612)	(57.603)
Outras receitas (despesas), líquidas	(61)	(67)	(8.465)	(8.847)

(\*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS R\$256 em 30 de junho de 2024 (R\$175 em 30 de junho de 2022) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário da companhia.

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Despesas financeiras:				
Atualização financeira sobre compromissos futuros	-	-	(248)	(395)
Imposto sobre operações financeiras	-	-	-	(8)
IOF s/ aplicação financeira	-	-	(438)	(560)
Outras despesas financeiras	-	-	(15)	(7)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(701)</u>	<u>(970)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	1.385	1.789
Atualização de depósito judicial	-	-	94	133
Outras receitas financeiras	-	-	3	2
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.482</u>	<u>1.924</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>781</u>	<u>954</u>

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	252.122	279.430	282.139	303.292
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(85.721)	(95.006)	(95.927)	(103.119)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos de tributação das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	65.454	79.351
Efeitos de equivalência patrimonial	85.742	95.029	-	-
Crédito não constituído (*)	(21)	(23)	454	(94)
	-	-	-	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(30.019)	(23.862)
Corrente		-	(30.051)	(23.819)
Diferido		-	34	(43)

(\*) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$552 em 30 de junho de 2024 (R\$486 em 31 de dezembro de 2023). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

## 23. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 6 e nº 7.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade de o Grupo realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

<u>Consolidado</u>	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	956	956	956
	<u>956</u>	<u>956</u>	<u>956</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	1	12.777	24.552
Aplicações financeiras	6	5	5	1.772	3.919
Contas a receber	7	-	-	188.668	176.312
Depósitos judiciais	8	-	-	21.116	19.777
Outros ativos	-	-	-	1.706	1.316
<u>Passivos financeiros</u>					
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores	-	-	-	956	4.265
Outros passivos	-	-	-	-	1

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%) e IPCA (4,0%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Consolidado

Operação	Nota	Exposição		Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		30/06/2024						
Caixa e equivalentes (CDB)	4	12.767		Baixa do CDI	Resultado	1.342	1.006	671
Aplicação financeira	5	1.772		Baixa do CDI	Resultado	186	140	93

24. COBERTURA DE SEGURO

Seguro "Directors & Officers" (D&O)

A Brasil PCH renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2025, mantendo a cobertura no montante de R\$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras Companhias).

Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

A Brasil PCH renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, tendo como cosseguradas suas controladas diretas, a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	(5.305)	-
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	1.331	2.236
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores	-	-	135	273
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRPJ e CSLL	-	-	8.434	303
Constituição de dividendos a pagar	253.416	221.558	253.416	221.558
Constituição de dividendos a receber	-	-	251.846	256.874

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG - 117.577/O-2

# **Bonfante Energética S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Bonfante Energética S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Bonfante Energética S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034261

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	Fornecedores		67	355
Aplicações financeiras	5	180	258	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		32	243
Contas a receber de clientes	6	13.073	12.190	Impostos e contribuições a recolher		281	297
Impostos a recuperar		415	416	Provisão para férias e 13º salário		345	195
Despesas antecipadas		7	480	Receita diferida	12	248	238
Outros ativos circulantes		15	7	Provisões para compromissos futuros	13	266	697
Total dos ativos circulantes		<u>13.691</u>	<u>13.352</u>	Dividendos a pagar	10 e 14	8.472	10.415
				Outros passivos	1.2	<u>6.567</u>	<u>5.651</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>16.278</u>	<u>18.091</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições diferidos		21	14	Provisões para compromissos futuros	13	<u>2.443</u>	<u>2.930</u>
Depósitos judiciais	7	65	63	Total dos passivos não circulantes		<u>2.443</u>	<u>2.930</u>
Imobilizado	8	67.339	69.051				
Intangível	9	340	441				
Total dos ativos não circulantes		<u>67.765</u>	<u>69.569</u>				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	14	36.645	36.645
				Dividendos adicionais propostos		18.761	17.926
				Reservas de lucros		<u>7.329</u>	<u>7.329</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>62.735</u>	<u>61.900</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>81.456</u>	<u>82.921</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>81.456</u>	<u>82.921</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	24.558	25.763
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	8,9 e 16	(1.496)	(1.506)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 16	(916)	(871)
Custos com pessoal		(743)	(649)
Custo com seguros		(481)	(399)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(282)	(244)
Custos com manutenção		(262)	(345)
Taxas setoriais		(39)	(36)
Custos com operação		(39)	(29)
Custo com meio ambiente		(32)	(1)
Outros custos		(3)	(5)
	16	<u>(4.293)</u>	<u>(4.085)</u>
LUCRO BRUTO		<u>20.265</u>	<u>21.678</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(680)	(686)
Despesas administrativas e gerais		(42)	(38)
Outras despesas operacionais		(10)	(30)
	16	<u>(732)</u>	<u>(754)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>19.533</u>	<u>20.924</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(45)	(78)
Receitas financeiras	17	72	89
		<u>27</u>	<u>11</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>19.560</u>	<u>20.935</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	18	(803)	(836)
Diferido	18	4	(5)
		<u>(799)</u>	<u>(841)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>18.761</u>	<u>20.094</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		1	1
Quantidade média ponderada de ações	14	<u>26.087.840</u>	<u>26.087.840</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro líquido do período	18.761	20.094
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>18.761</u>	<u>20.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

		<u>Reservas de lucros</u>		Dividendos	Lucros	
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	adicionais propostos	acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		36.645	7.329	25.927	-	69.901
		-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,70 por ação)	14 (c)	-	-	(18.157)	-	(18.157)
Lucro líquido do período		-	-	-	20.094	20.094
Dividendos propostos (R\$0,77 por ação)	14 (d)	-	-	20.094	(20.094)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>36.645</u>	<u>7.329</u>	<u>27.864</u>	<u>-</u>	<u>71.838</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		36.645	7.329	17.926	-	61.900
		-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,69 por ação)	14 (c)	-	-	(17.926)	-	(17.926)
Lucro líquido do período		-	-	-	18.761	18.761
Dividendos propostos (R\$0,72 por ação)	14 (d)	-	-	18.761	(18.761)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>36.645</u>	<u>7.329</u>	<u>18.761</u>	<u>-</u>	<u>62.735</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**BONFANTE ENERGÉTICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		19.560	20.935
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	17	1	(3)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	17	(71)	(86)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13 e 17	15	37
Depreciação e amortização	8,9 e 16	1.496	1.506
Amortização repactuação do risco hidrológico	1.2	916	871
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA	12	144	(97)
Realização dos ajustes Financeiros do PROINFA	1.1 e 12	(134)	(73)
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		(7)	1
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(885)	1.029
Impostos a recuperar		(569)	(237)
Despesas antecipadas		473	384
Outros ativos		(8)	10
Fornecedores		(301)	(142)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(211)	(218)
Impostos e contribuições a recolher		(11)	(33)
Provisão de férias e 13º salário		150	89
Depósitos Judiciais		(2)	1
Pagamento compromissos futuros	13	(58)	(62)
Outros passivos		(1)	2
Caixa gerado nas operações		<u>20.497</u>	<u>23.914</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(234)	(835)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>20.263</u>	<u>23.079</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Resgates em aplicações financeiras		149	62
Aquisição de imobilizado e intangível	8, 9 e 21	(544)	(46)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos		<u>(395)</u>	<u>16</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Dividendos pagos	14	(19.869)	(21.616)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(19.869)</u>	<u>(21.616)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	-	1.489
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>(1)</u>	<u>1.479</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## BONFANTE ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bonfante Energética S.A. (“Companhia” ou “Bonfante” ou PCH) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio das Resoluções nº 357/2001 e nº 132/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio Paraibuna, no município de Simão Pereira, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 19 MW e uma linha de transmissão de 1,25 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVE’s) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de agosto de 2008. Ressalta-se, que, em 7 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 2 de agosto de 2008, por meio do Despacho ANEEL nº 2.865, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada, com potência instalada de 19 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 19 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 13,48 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Bonfante, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.312 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 2 de agosto de 2038 para 6 de março de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 13,23 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativos, no montante de R\$2.587 (R\$4.739 negativos em 31 de dezembro de 2023).

A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo.

Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão adicionados no faturamento de Bonfante em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica "receita diferida" o valor total de R\$134 (R\$73 em 30 de junho de 2023).

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - ("RRH")

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), aderiu à repactuação do risco hidrológico ("RRH") nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs ("Desconto Mensal do Prêmio RRH").

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$916 (R\$871 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$6.567 (R\$5.651 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição das alterações
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações-Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamento	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023"), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

No período findo em 30 de junho de 2024 não houve remuneração relacionada a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023).

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa	180	258
	<u>180</u>	<u>258</u>

Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia no âmbito do PROINFA, no montante de R\$13.073 em 30 de junho de 2024 (R\$12.190 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 3 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico ("PRRH"), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$6.416 (R\$5.502 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Desapropriações e servidões (a)	65	63
	<u>65</u>	<u>63</u>

(a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

## 8. IMOBILIZADO

## a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo Histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,91%	1.096	(19)	1.077	2.035
Turbina hidráulica	2,50%	25.691	(8.744)	16.947	17.268
Conduto forçado	3,13%	381	(149)	232	238
Gerador	3,33%	12.649	(6.375)	6.274	6.485
Comporta	3,33%	5.656	(2.670)	2.986	3.080
Subestação unitária	3,57%	8.686	(4.906)	3.780	3.935
Estrutura de tensão	3,57%	753	(367)	386	399
Casa de força produção hidráulica	2,00%	28.931	(8.684)	20.247	20.537
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	15.584	(4.483)	11.101	11.184
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	7.158	(3.694)	3.464	3.595
Imobilizado em curso	-	845	-	845	295
		<u>107.430</u>	<u>(40.091)</u>	<u>67.339</u>	<u>69.051</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à "ANEEL", são depreciados de acordo com o seu período de autorização

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	52 anos

## b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	Baixas	30/06/2024
<u>Custo</u>				
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	2.035	6	(945)	1.096
Turbina Hidráulica	25.691	-	-	25.691
Conduto forçado	381	-	-	381
Gerador	12.649	-	-	12.649
Comporta	5.656	-	-	5.656
Subestação unitária	8.686	-	-	8.686
Estrutura de tensão	753	-	-	753
Casa de força produção hidráulica	28.931	-	-	28.931
Reservatório, barragem, adutora	15.522	62	-	15.584
Outras máquinas e equipamentos	7.150	8	-	7.158
Imobilizado em curso	295	550	-	845
	<u>107.749</u>	<u>626</u>	<u>(945)</u>	<u>107.430</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Terrenos (*)	-	(19)	-	(19)
Turbina Hidráulica	(8.423)	(321)	-	(8.744)
Conduto forçado	(143)	(6)	-	(149)
Gerador	(6.164)	(211)	-	(6.375)
Comporta	(2.576)	(94)	-	(2.670)
Subestação unitária	(4.751)	(155)	-	(4.906)
Estrutura de tensão	(354)	(13)	-	(367)
Casa de força produção hidráulica	(8.395)	(289)	-	(8.684)
Reservatório, barragem, adutora	(4.338)	(145)	-	(4.483)
Outras máquinas e equipamentos	(3.554)	(140)	-	(3.694)
	<u>(38.698)</u>	<u>(1.393)</u>	-	<u>(40.091)</u>
Imobilizado Líquido	<u>69.051</u>	<u>(767)</u>	<u>(945)</u>	<u>67.339</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	1.817	7	-	1.824
Turbina Hidráulica	25.692	-	-	25.692
Conduto forçado	381	-	-	381
Gerador	12.648	-	-	12.648
Comporta	5.656	-	-	5.656
Subestação unitária	8.682	4	-	8.686
Estrutura de tensão	753	-	-	753
Casa de força produção hidráulica	27.465	-	-	27.465
Reservatório, barragem, adutora	14.841	34	2	14.877
Outras máquinas e equipamentos	7.107	24	-	7.131
Imobilizado em curso	126	17	(2)	141
	<u>105.168</u>	<u>86</u>	-	<u>105.254</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina Hidráulica	(7.781)	(321)	-	(8.102)
Conduto forçado	(131)	(6)	-	(137)
Gerador	(5.743)	(210)	-	(5.953)
Comporta	(2.388)	(94)	-	(2.482)
Subestação unitária	(4.441)	(155)	-	(4.596)
Estrutura de tensão	(327)	(14)	-	(341)
Casa de força produção hidráulica	(7.836)	(275)	-	(8.111)
Reservatório, barragem, adutora	(4.049)	(145)	-	(4.194)
Outras máquinas e equipamentos	(3.277)	(138)	-	(3.415)
	<u>(35.973)</u>	<u>(1.358)</u>	-	<u>(37.331)</u>
Imobilizado Líquido	<u>69.195</u>	<u>(1.272)</u>	-	<u>67.923</u>

## 9. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,91%	10	10
Software	20%	69	69
Medidas compensatórias	20%	1.467	1.465
Indenização de terras	-	3	3
Registro de terras	-	215	215
Amortização acumulada	-	(1.424)	(1.321)
		<u>340</u>	<u>441</u>

## b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Servidões	10	-	10
Software	69	-	69
Medidas compensatórias	1.465	2	1.467
Indenização de terras	3	-	3
Registro de terras	215	-	215
	<u>1.762</u>	<u>2</u>	<u>1.764</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Servidões	-	(1)	(1)
Software	(38)	(6)	(44)
Medidas compensatórias	(1.283)	(96)	(1.379)
	<u>(1.321)</u>	<u>(103)</u>	<u>(1.424)</u>
Intangível Líquido	<u>441</u>	<u>(101)</u>	<u>340</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>			
Servidões	10	-	10
Software	69	-	70
Medidas compensatórias	1.283	8	1.291
Indenização de terras	5	-	5
Registro de terras	72	-	72
	<u>1.439</u>	<u>8</u>	<u>1.448</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Software	(26)	(5)	(31)
Medidas compensatórias	(1.071)	(143)	(1.214)
	<u>(1.097)</u>	<u>(148)</u>	<u>(1.245)</u>
Intangível Líquido	<u>342</u>	<u>(140)</u>	<u>203</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

<u>Passivo circulante - fornecedores</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brasil PCH S.A.	4	317
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PCHPAR Participações S.A.	8.472	10.415

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024 registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	114	116
Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	48	40
Outros tributos a recolher	70	92
Tributos Diferidos (a)	49	49
	<u>281</u>	<u>297</u>

## 12. RECEITA DIFERIDA

Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

## a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	248	238
Total	<u>248</u>	<u>238</u>

## b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	<u>238</u>	<u>144</u>	<u>(134)</u>	<u>248</u>
	<u>238</u>	<u>144</u>	<u>(134)</u>	<u>248</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	<u>132</u>	<u>11</u>	<u>(73)</u>	<u>70</u>
	<u>132</u>	<u>11</u>	<u>(73)</u>	<u>70</u>

- (a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, tratado na nota explicativa 1.1.

## 13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa(i)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	2.663	62	(945)	-	-	1.780
Provisão para medidas compensatórias (b)	307	2	-	(58)	15	266
Provisão para registro de terras (c)	215	-	-	-	-	215
Provisão para indenizações de terras (d)	442	6	-	-	-	448
Total	<u>3.627</u>	<u>70</u>	<u>(945)</u>	<u>(58)</u>	<u>15</u>	<u>2.709</u>
Passivo circulante	697					266
Passivo não circulante	2.930					2.443

- (i) No período findo em 30 de junho de 2024, frente aos andamentos mais recentes dos órgãos licenciadores, o montante provisionado referente ao Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - PACUERA foi revisado, resultando em redução do montante provisionado para Compromissos Socioambientais destinados à aquisição de terras.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	1.745	28	-	19	1.792
Provisão para medidas compensatórias (b)	277	13	(62)	18	246
Provisão para registro de terras (c)	72	-	-	-	72
Provisão para indenizações de terras (d)	434	8	-	-	442
Total	<u>2.528</u>	<u>49</u>	<u>(62)</u>	<u>37</u>	<u>2.552</u>
Passivo circulante	574				565
Passivo não circulante	1.954				1.987

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 26 de junho de 2013, com prazo de 5 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e instituísem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que o valor das indenizações está provisionado nessa rubrica.

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$36.645 e está representado por 26.087.840 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

## b) Reservas

Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.459
Dividendos distribuídos	18.157
Dividendos pagos	(21.616)
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.415
Dividendos distribuídos	17.926
Dividendos pagos	(19.869)
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>8.472</u>

## d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$18.761 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$20.094 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

## 15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	25.496	26.570
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	(10)	170
	<u>25.486</u>	<u>26.740</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(931)	(971)
PIS e COFINS Diferido	3	(6)
	<u>(928)</u>	<u>(977)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>24.558</u></u>	<u><u>25.763</u></u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(1.496)	(1.506)
Repactuação do risco hidrológico	(916)	(871)
Pessoal e administradores	(1.423)	(1.335)
Manutenção	(262)	(345)
Serviços de terceiros	(17)	(20)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(282)	(244)
Seguros	(481)	(399)
Operação	(39)	(29)
Meio ambiente	(32)	(1)
Tributos	(9)	(10)
Taxas setoriais	(39)	(36)
Outras despesas, líquidas	(29)	(43)
	<u>(5.025)</u>	<u>(4.839)</u>
Custo das vendas de energia	(4.293)	(4.085)
Outras despesas, líquidas	(732)	(754)

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira compromissos futuros	(15)	(37)
Imposto sobre operações financeiras	(30)	(34)
Outras despesas	-	(7)
	<u>(45)</u>	<u>(78)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	71	86
Atualização depósito judicial	1	3
	<u>72</u>	<u>89</u>
Total líquido	<u>27</u>	<u>11</u>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>30/06/2024</u>		<u>30/06/2023</u>	
	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>
Receita corrente	25.496	25.496	26.570	26.570
Receita diferida	(10)	(10)	170	170
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	71	71	86	86
Outras receitas financeiras	16	16	-	-
Base de cálculo	<u>2.127</u>	<u>3.145</u>	<u>2.226</u>	<u>3.296</u>
Alíquota nominal	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto sobre o resultado	(530)	(281)	(556)	(297)
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(518)</u>	<u>(281)</u>	<u>(544)</u>	<u>(297)</u>
Correntes	(520)	(283)	(541)	(295)
Diferidos	2	2	(3)	(2)

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	67	67	67
Total	<u>67</u>	<u>67</u>	<u>67</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Aplicações financeiras	5	180	258
Contas a receber	6	13.073	12.190
Depósitos judiciais	7	65	63
Outros ativos		15	7
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		67	355

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

<u>Operação</u>	<u>Nota</u>	<u>Exposição 30/06/2024</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicação financeira	5	180	Baixa do CDI	Resultado	19	14	9

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 20. COBERTURA DE SEGURO

#### Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

#### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	70	49
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	(945)	-
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	18	4
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	570	12

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG – 117.577/O-2

# **Calheiros Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Calheiros Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Calheiros Energia S.A. (“Companhia”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034262

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

CALHEIROS ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	-	Fornecedores		78	297
Aplicações financeiras	5	138	298	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		17	197
Contas a receber de clientes	6	10.615	9.949	Impostos e contribuições a recolher		261	321
Impostos a recuperar		339	341	Provisão para férias e 13º salário		261	169
Despesas antecipadas		6	427	Receita Diferida		75	107
Outros ativos		<u>10</u>	<u>17</u>	Provisões para compromissos futuros	13	134	245
Total dos ativos circulantes		<u>11.109</u>	<u>11.032</u>	Dividendos a pagar	10 e 14	3.265	4.597
				Outros passivos	1.2	<u>5.326</u>	<u>4.583</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>9.417</u>	<u>10.516</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições diferidas		21	16	Provisões para compromissos futuros	13	<u>1.852</u>	<u>1.790</u>
Depósitos judiciais	7	82	99	Total dos passivos não circulantes		<u>1.852</u>	<u>1.790</u>
Imobilizado	8	52.338	52.743				
Intangível	9	<u>1.998</u>	<u>2.044</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Total dos ativos não circulantes		<u>54.439</u>	<u>54.902</u>	Capital social	14	33.102	33.102
				Reservas de lucros		6.621	6.621
				Dividendos adicionais propostos		<u>14.556</u>	<u>13.905</u>
				Total do patrimônio líquido		54.279	53.628
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>65.548</u>	<u>65.934</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>65.548</u>	<u>65.934</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	19.999	21.049
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	8, 9 e 16	(1.268)	(1.306)
Custos com pessoal		(814)	(746)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 16	(743)	(706)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(646)	(769)
Custo com seguros		(428)	(392)
Custos com manutenção		(189)	(296)
Custos com operação		(105)	(60)
Taxas setoriais		(40)	(37)
Outros custos		(3)	(3)
Custo com meio ambiente		(5)	(111)
	16	<u>(4.241)</u>	<u>(4.426)</u>
LUCRO BRUTO		<u>15.758</u>	<u>16.623</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(518)	(483)
Despesas administrativas e gerais		(35)	(28)
Outras despesas operacionais		(31)	(24)
	16	<u>(584)</u>	<u>(535)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>15.174</u>	<u>16.088</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(37)	(63)
Receitas financeiras	17	65	82
		<u>28</u>	<u>19</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>15.202</u>	<u>16.107</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	18	(647)	(687)
Diferido	18	1	(2)
		<u>(646)</u>	<u>(689)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>14.556</u>	<u>15.418</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,56	0,60
Quantidade média ponderada de ações	14	25.767.188	25.767.188

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.556	15.418
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>14.556</u>	<u>15.418</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

		Reserva de lucros		Dividendos	Lucros	
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	adicionais propostos	acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		33.102	6.621	19.881	-	59.604
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,61 por ação)	14 (c)	-	-	(15.764)	-	(15.764)
Lucro líquido do período		-	-	-	15.418	15.418
Dividendos propostos (R\$0,60 por ação)	14 (d)	-	-	15.418	(15.418)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>33.102</u>	<u>6.621</u>	<u>19.535</u>	<u>-</u>	<u>59.258</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		33.102	6.621	13.905	-	53.628
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,54 por ação)	14 (c)	-	-	(13.905)	-	(13.905)
Lucro líquido do período		-	-	-	14.556	14.556
Dividendos propostos (R\$0,56 por ação)	14 (d)	-	-	14.556	(14.556)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>33.102</u>	<u>6.621</u>	<u>14.556</u>	<u>-</u>	<u>54.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.202	16.107
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado com baixa de ativo imobilizado	8	8	-
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	17	(4)	-
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	17	(61)	(75)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13 e 17	11	30
Depreciação e amortização	8, 9 e 16	1.268	1.306
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 16	743	706
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA	12	41	(228)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	(73)	178
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		(5)	8
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(666)	877
Impostos a recuperar		(464)	(194)
Despesas antecipadas		421	377
Outros ativos		7	5
Fornecedores		(220)	(152)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(180)	(179)
Impostos e contribuições a recolher		(56)	(32)
Provisão de férias e 13º salário		92	88
Depósitos judiciais		21	-
Pagamento compromissos futuros	13	(127)	(135)
Caixa gerado nas operações		15.958	18.687
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(184)	(686)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.774	18.001
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgates em aplicações financeiras		221	40
Aquisição de imobilizado e intangível	8,9 e 21	(757)	(77)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(536)	(37)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	14	(15.237)	(16.748)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(15.237)	(16.748)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1</b>	<b>1.216</b>
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	-	8
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1	1.224
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1</b>	<b>1.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## CALHEIROS ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calheiros Energia S.A. (“Companhia” ou “Calheiros” ou PCH) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares - Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio das Resoluções nº 12/2000 e nº 235/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017, e está localizada no Rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ), com capacidade de licença instalada de 19,5 MW e uma linha de transmissão em 69 kV com 31,5 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade de Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de setembro de 2008. Ressalta-se, que, em 7 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 12 de setembro de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 2.431, e em 25 de setembro de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 3.534, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 9,5 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 19,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 10,92 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Calheiros, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.334 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 12 de setembro de 2038 para 8 de maio de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 10,73 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivos, no montante de R\$1.692 (R\$516 positivos em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica "receita diferida" o valor total de R\$73 (R\$178 em 30 de junho de 2023 na rubrica "outros ativos circulantes").

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - ("RRH")

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), aderiu à repactuação do risco hidrológico ("RRH") nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs ("Desconto Mensal do Prêmio RRH").

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento adotado por ela para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso. Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$743 (R\$706 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$5.326 (R\$4.583 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023"), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1	-
	<u>1</u>	<u>-</u>

No período findo em 30 de junho de 2024 não houve remuneração relacionada a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023).

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (a)	138	298
	<u>138</u>	<u>298</u>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia no âmbito do PROINFA, no montante de R\$10.615 em 30 de junho de 2024 (R\$9.949 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$5.203 (R\$4.462 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Desapropriações e servidões (a)	80	96
Trabalhistas (b)	2	3
	<u>82</u>	<u>99</u>

- (a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

- (b) A Companhia é responsável e corresponsável de processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

## 8. IMOBILIZADO

## a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,90%	1.314	(116)	1.198	1.284
Turbina hidráulica	2,50%	10.050	(3.904)	6.146	6.271
Conduto forçado	3,13%	413	(195)	218	224
Gerador	3,33%	8.542	(4.484)	4.058	4.200
Comporta	3,33%	2.612	(1.367)	1.245	1.288
Subestação unitária	3,57%	7.103	(4.016)	3.087	3.214
Estrutura de tensão	3,57%	3.571	(1.898)	1.673	1.747
Casa de força produção hidráulica	2,00%	35.230	(11.086)	24.144	24.496
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	9.860	(3.064)	6.796	6.893
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	5.671	(2.771)	2.900	3.009
Imobilizado em curso	-	873	-	873	117
		<u>85.239</u>	<u>(32.901)</u>	<u>52.338</u>	<u>52.743</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à “ANEEL”, são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	53 anos

## b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2024
<u>Custo</u>					
Terrenos	1.284	-	-	30	1.314
Turbina hidráulica	10.050	-	-	-	10.050
Conduto forçado	413	-	-	-	413
Gerador	8.542	-	-	-	8.542
Comporta	2.612	-	-	-	2.612
Subestação unitária	7.103	-	-	-	7.103
Estrutura de tensão	3.588	-	(17)	-	3.571
Casa de força produção hidráulica	35.230	-	-	-	35.230
Reservatório, barragem, adutora	9.860	-	-	-	9.860
Outras máquinas e equipamentos	5.669	2	-	-	5.671
Imobilizado em curso	117	756	-	-	873
	<u>84.468</u>	<u>758</u>	<u>(17)</u>	<u>30</u>	<u>85.239</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/06/2024</u>
(-) Depreciação					
Terrenos (*)	-	(116)	-	-	(116)
Turbina hidráulica	(3.779)	(125)	-	-	(3.904)
Conduto forçado	(189)	(6)	-	-	(195)
Gerador	(4.342)	(142)	-	-	(4.484)
Comporta	(1.324)	(43)	-	-	(1.367)
Subestação unitária	(3.889)	(127)	-	-	(4.016)
Estrutura de tensão	(1.841)	(66)	9	-	(1.898)
Casa de força produção hidráulica	(10.734)	(352)	-	-	(11.086)
Reservatório, barragem, adutora	(2.967)	(97)	-	-	(3.064)
Outras máquinas e equipamentos	(2.660)	(111)	-	-	(2.771)
	<u>(31.725)</u>	<u>(1.185)</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>(32.901)</u>
Imobilizado Líquido	<u>52.743</u>	<u>(427)</u>	<u>(8)</u>	<u>30</u>	<u>52.338</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	1.214	-	-	1.214
Turbina hidráulica	10.049	-	-	10.049
Conduto forçado	413	-	-	413
Gerador	8.542	-	-	8.542
Comporta	2.612	-	-	2.612
Subestação unitária	7.104	-	-	7.104
Estrutura de tensão	3.589	-	-	3.589
Casa de força produção hidráulica	35.230	-	-	35.230
Reservatório, barragem, adutora	9.842	-	-	9.842
Outras máquinas e equipamentos	5.466	33	92	5.591
Imobilizado em curso	200	-	(92)	108
	<u>84.261</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>84.294</u>

(-) Depreciação				
Turbina hidráulica	(3.528)	(125)	-	(3.653)
Conduto forçado	(176)	(6)	-	(182)
Gerador	(4.056)	(144)	-	(4.200)
Comporta	(1.237)	(43)	-	(1.280)
Subestação unitária	(3.637)	(126)	-	(3.763)
Estrutura de tensão	(1.714)	(63)	-	(1.777)
Casa de força produção hidráulica	(10.028)	(353)	-	(10.381)
Reservatório, barragem, adutora	(2.773)	(97)	-	(2.870)
Outras máquinas e equipamentos	(2.441)	(109)	-	(2.550)
	<u>(29.590)</u>	<u>(1.066)</u>	<u>-</u>	<u>(30.656)</u>
Imobilizado Líquido	<u>54.671</u>	<u>(1.033)</u>	<u>-</u>	<u>53.638</u>

## 9. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,90%	444	474
Software	20%	71	71
Medidas compensatórias	20%	2.851	2.795
Indenização de terras	-	478	467
Registro de terras	-	277	277
Amortização acumulada		(2.123)	(2.040)
		<u>1.998</u>	<u>2.044</u>

## b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	Transferência	30/06/2024
<u>Custo</u>				
Servidões	474	-	(30)	444
Software	71	-	-	71
Medidas compensatórias	2.795	56	-	2.851
Indenização de terras	467	11	-	478
Registro de terras	277	-	-	277
	<u>4.084</u>	<u>67</u>	<u>(30)</u>	<u>4.121</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Servidões	-	(42)	-	(42)
Software	(40)	(7)	-	(47)
Medidas compensatórias	(2.000)	(34)	-	(2.034)
	<u>(2.040)</u>	<u>(83)</u>	<u>-</u>	<u>(2.123)</u>
Intangível Líquido	<u>2.044</u>	<u>(16)</u>	<u>(30)</u>	<u>1.998</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	469	4		473
Software	70	-		70
Medidas compensatórias	1.724	1.408		3.132
Indenização de terras	451	13		464
Registro de terras	318	-		318
	<u>3.032</u>	<u>1.425</u>		<u>4.457</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(27)	(6)		(33)
Medidas compensatórias	(1.533)	(234)		(1.767)
	<u>(1.560)</u>	<u>(240)</u>		<u>(1.800)</u>
Intangível Líquido	<u>1.472</u>	<u>1.185</u>		<u>2.657</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brasil PCH S.A.	4	281
	<u>4</u>	<u>281</u>
<u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PCHPAR Participações S.A.	3.265	4.597
	<u>3.265</u>	<u>4.597</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	92	95
Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	63	127
Outros tributos a recolher	75	71
Tributos Diferidos (a)	<u>31</u>	<u>28</u>
Total	<u>261</u>	<u>321</u>

(a) Impostos diferidos por conta da dinâmica de ajuste do contrato PROINFA, o qual leva à contabilização de receita diferida.

## 12. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	75	107
	<u>75</u>	<u>107</u>

## b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	107	41	(73)	75
	<u>107</u>	<u>41</u>	<u>(73)</u>	<u>75</u>

Não há movimentação para o período entre 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023.

- (a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, tratado na nota explicativa 1.1.

## 13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualizações</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	28	-	-	1	29
Provisão para medidas compensatórias (b)	1.263	55	(127)	10	1.201
Provisão para registro de terras (c)	277	-	-	-	277
Provisão para indenizações de terras (d)	467	12	-	-	479
	<u>2.035</u>	<u>67</u>	<u>(127)</u>	<u>11</u>	<u>1.986</u>
Passivo circulante	245				134
Passivo não circulante	1.790				1.852
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualizações</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	11	-	-	1	12
Provisão para medidas compensatórias (b)	458	1.412	(135)	29	1.764
Provisão para registro de terras (c)	317	-	-	-	317
Provisão para indenizações de terras (d)	451	13	-	-	464
	<u>1.237</u>	<u>1.425</u>	<u>(135)</u>	<u>30</u>	<u>2.557</u>
Passivo circulante	469				379
Passivo não circulante	768				2.178

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 31 de outubro de 2011, com prazo de 1 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e institíssem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que o valor das indenizações está provisionado nessa rubrica.

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$33.102 e está representado por 25.767.188 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

##### b) Reservas

###### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

###### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	984
Dividendos distribuídos	15.764
Dividendos pagos	<u>(16.748)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.597
Dividendos distribuídos	13.905
Dividendos pagos	<u>(15.237)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u><u>3.265</u></u>

## d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$14.556 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$15.418 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

## 15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	<u>20.723</u>	<u>21.796</u>
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>32</u>	<u>51</u>
	<u>20.755</u>	<u>21.847</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(757)	(796)
PIS e COFINS diferido	<u>1</u>	<u>(2)</u>
	<u>(756)</u>	<u>(798)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>19.999</u></u>	<u><u>21.049</u></u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(1.268)	(1.306)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(743)	(706)
Pessoal e administradores	(1.332)	(1.229)
Manutenção	(189)	(296)
Serviços de terceiros	(19)	(19)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(646)	(769)
Seguros	(428)	(392)
Operação	(105)	(60)
Meio Ambiente	(5)	(111)
Tributos	(5)	(5)
Taxas setoriais	(40)	(37)
Resultado na baixa de ativos	(8)	-
Outras despesas, líquidas	(37)	(31)
	<u>(4.825)</u>	<u>(4.961)</u>
Custo das vendas de energia	(4.241)	(4.426)
Outras despesas	(584)	(535)

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(12)	(30)
Imposto sobre operações financeiras	(25)	(32)
Outras despesas financeiras	-	(1)
	<u>(37)</u>	<u>(63)</u>
Receita financeira:		
Rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa	61	82
Atualização de depósito judicial	4	-
	<u>65</u>	<u>82</u>
Total Líquido	<u>28</u>	<u>19</u>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	20.723	20.723	21.797	21.797
Receita diferida	32	32	50	50
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	61	61	82	82
Base de cálculo	1.721	2.552	1.830	2.704
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(430)	(230)	(458)	(243)
Diferença de alíquota (*)	12		12	
Outros ajustes	1	1	12	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(417)</u>	<u>(229)</u>	<u>(446)</u>	<u>(243)</u>
Correntes	(418)	(229)	(445)	(242)
Diferidos	1	-	(1)	(1)

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	78	78	78
Total	<u>78</u>	<u>78</u>	<u>78</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	-
Aplicações financeiras	5	138	298
Contas a receber	6	10.615	9.949
Depósitos judiciais	7	82	99
Outras ativos circulantes		9	17
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		78	297

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		30/06/2024					
Aplicação financeira		138	Baixa do CDI	Resultado	14	11	7

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 20. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	67	1.425
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	1	-
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	466	11

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC nº MG 117577/O-2

# **Caparaó Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Caparaó Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Caparaó Energia S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024.

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034263 - PA

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

CAPARAÓ ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	642	1	Fornecedores		12	152
Aplicações financeiras	5	105	274	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1	24
Contas a receber de clientes	6	2.508	2.350	Impostos e contribuições a recolher	10	68	66
Impostos a recuperar		80	80	Provisão para férias e 13º salário		18	22
Despesas antecipadas		3	221	Receita diferida	11	38	69
Outros ativos circulantes		16	-	Provisões para compromissos futuros	12	83	103
Total dos ativos circulantes		<u>3.354</u>	<u>2.926</u>	Dividendos a pagar	9 e 14	1	394
		1.872	1.011	Outros Passivos	1.2	<u>1.261</u>	<u>1.085</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>1.482</u>	<u>1.915</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições diferidos		7	7	Provisões para compromissos futuros	12	<u>231</u>	<u>220</u>
Imobilizado	7	17.620	17.906	Total dos passivos não circulantes		<u>231</u>	<u>220</u>
Intangível	8	<u>179</u>	<u>187</u>				
Total dos ativos não circulantes		17.806	18.100				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	14	14.041	14.041
				Dividendos adicionais propostos		3.307	2.751
				Reservas de lucros		<u>2.099</u>	<u>2.099</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>19.447</u>	<u>18.891</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u><u>21.160</u></u>	<u><u>21.026</u></u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>21.160</u></u>	<u><u>21.026</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CAPARAÓ ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	4.750	4.951
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	7, 8 e 16	(360)	(380)
Custos com seguros		(222)	(213)
Repactuação do risco hidrológico	1.2	(176)	(167)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(186)	(183)
Custos com manutenção		(136)	(186)
Custos com pessoal		(96)	(84)
Custos com operação		(34)	(53)
Taxas setoriais		(9)	(9)
Custos com meio ambiente		(5)	5
Outros custos		(3)	(1)
	16	<u>(1.227)</u>	<u>(1.271)</u>
LUCRO BRUTO		<u>3.523</u>	<u>3.680</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(65)	(64)
Despesas administrativas e gerais		(8)	(8)
Outras despesas operacionais		(10)	(7)
	16	<u>(83)</u>	<u>(79)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>3.440</u>	<u>3.601</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(10)	(14)
Receitas financeiras	17	24	39
		14	25
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>3.454</u>	<u>3.626</u>
Corrente	18	(147)	(159)
Diferido	18	-	-
		<u>(147)</u>	<u>(159)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>3.307</u>	<u>3.467</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,58	0,61
Quantidade média ponderada de ações	14	5.717.121	5.717.121

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CAPARAÓ ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.307	3.467
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>3.307</u>	<u>3.467</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CAPARAÓ ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
			Reserva legal				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		14.041	1.772		4.290	-	20.103
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,74 por ação)	14 (c)	-	-		(4.226)	-	(4.226)
Lucro líquido do período		-	-		-	3.467	3.467
Dividendos propostos (R\$0,61 por ação)	14 (d)	-	-		3.467	(3.467)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>14.041</u>	<u>1.772</u>		<u>3.531</u>	<u>-</u>	<u>19.344</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		14.041	2.099		2.751	-	18.891
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,48 por ação)	14 (c)	-	-		(2.751)	-	(2.751)
Lucro líquido do período		-	-		-	3.307	3.307
Dividendos propostos (R\$0,58 por ação)	14 (d)	-	-		3.307	(3.307)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>14.041</u>	<u>2.099</u>		<u>3.307</u>	<u>-</u>	<u>19.447</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CAPARAÓ ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.454	3.626
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	17	(20)	(23)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	12 e 17	5	5
Depreciação e amortização	7, 8 e 16	360	380
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 16	176	167
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		(3)	(19)
Realização dos ajustes Financeiros do PROINFA	1.1	(38)	20
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(158)	208
Impostos a recuperar		(113)	(39)
Despesas antecipadas		218	206
Outros ativos		(6)	(6)
Fornecedores		(140)	(87)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(23)	(25)
Impostos e contribuições a recolher		3	(20)
Provisão de férias e 13º salário		(4)	(1)
Outros passivos		-	(2)
Pagamento compromissos futuros	12	(25)	(60)
Caixa gerado nas operações		3.686	4.330
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(35)	(157)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.651	4.173
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		189	26
Aquisição de imobilizado e intangível	7, 8 e 21	(55)	(141)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos		134	(115)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Dividendos pagos	14	(3.144)	(4.870)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(3.144)	(4.870)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>641</b>	<b>(812)</b>
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1	1.102
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	642	290
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>641</b>	<b>(812)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## CAPARAÓ ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caparaó Energia S.A. (“Companhia” ou “Caparaó” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio das Resoluções N.º 369/1999 e 233/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017, e está localizada no Rio Preto, no Município de Dores do Rio Preto (ES) com capacidade instalada de 4,5 MW e uma linha de transmissão em 13,8 kV com 9 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada pelo prazo de 20 anos a contar do mês de dezembro de 2008. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 30 de dezembro de 2008, por meio do Despacho ANEEL nº 4.828, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 2,25 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 4,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 2,61 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Caparaó, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.384 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 30 de dezembro de 2038 para 14 de outubro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 2,54 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivos, no montante de R\$1.872 (R\$1.011 positivos em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica "receita diferida" o valor total de R\$38 (R\$20 em 30 de junho de 2023 na rubrica "outros ativos").

#### 1.2. Repactuação do Riscos Hidrológico - ("RRH")

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), aderiu à repactuação do risco hidrológico ("RRH") nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$ 9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs ("Desconto Mensal do Prêmio RRH").

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso. Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$176 (R\$167 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$1.261 (R\$1.085 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações-Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

#### 3.2. Bases de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023"), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1	1
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (a)	641	-
	<u>642</u>	<u>1</u>

(a) As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco e com risco insignificante de mudança de valor justo e remuneradas por taxas de mercado que variam entre 97% e 100% (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundo de investimentos em renda fixa (a)	105	274
	<u>105</u>	<u>274</u>

(a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia no âmbito do PROINFA, no montante de R\$2.508 em 30 de junho de 2024 (R\$2.350 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$1.232 (R\$1.056 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumpramos ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. IMOBILIZADO

## a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo Histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Terrenos (*)	-	83	-	83	83
Turbina hidráulica	2,50%	2.588	(911)	1.677	1.710
Conduto forçado	3,13%	875	(421)	454	467
Gerador	3,33%	1.780	(901)	879	909
Comporta	3,33%	310	(152)	158	163
Subestação unitária	3,57%	1.986	(1.095)	891	926
Estrutura de tensão	3,57%	113	(58)	55	57
Casa de força produção hidráulica	2,00%	16.101	(4.914)	11.187	11.348
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	1.013	(203)	810	819
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	2.545	(1.325)	1.220	1.268
Imobilizado em Curso		206	-	206	156
		<u>27.600</u>	<u>(9.980)</u>	<u>17.620</u>	<u>17.906</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à “ANEEL”, são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado

<u>Custo</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2024</u>
Terrenos	83	-	-	83
Turbina Hidráulica	2.588	-	-	2.588
Conduto forçado	875	-	-	875
Gerador	1.780	-	-	1.780
Comporta	310	-	-	310
Subestação unitária	1.986	-	-	1.986
Estrutura de tensão	113	-	-	113
Casa de força produção hidráulica	16.101	-	-	16.101
Reservatório, barragem, adutora	1.012	1	-	1.013
Outras máquinas e equipamentos	2.541	4	-	2.545
Imobilizado em Curso	156	50	-	206
	<u>27.545</u>	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>27.600</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina Hidráulica	(878)	(33)	-	(911)
Conduto forçado	(408)	(13)	-	(421)
Gerador	(871)	(30)	-	(901)
Comporta	(147)	(5)	-	(152)
Subestação unitária	(1.060)	(35)	-	(1.095)
Estrutura de tensão	(56)	(2)	-	(58)
Casa de força produção hidráulica	(4.753)	(161)	-	(4.914)
Reservatório, barragem, adutora	(193)	(10)	-	(203)
Outras máquinas e equipamentos	(1.273)	(52)	-	(1.325)
	<u>(9.639)</u>	<u>(341)</u>	<u>-</u>	<u>(9.980)</u>
Imobilizado Líquido	<u>17.906</u>	<u>(286)</u>	<u>-</u>	<u>17.620</u>

<u>Custo</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
Terrenos	83	-	83
Turbina Hidráulica	2.556	-	2.556
Conduto forçado	870	-	870
Gerador	1.780	-	1.780
Comporta	310	-	310
Subestação unitária	1.986	-	1.986
Estrutura de tensão	113	-	113
Casa de força produção hidráulica	16.100	-	16.100
Reservatório, barragem, adutora	986	4	990
Outras máquinas e equipamentos	2.488	27	2.515
Imobilizado em Curso	98	96	194
	<u>27.370</u>	<u>127</u>	<u>27.497</u>

<u>Custo</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>(-) Depreciação</u>			
Turbina Hidráulica	(815)	(32)	(847)
Conduto forçado	(380)	(14)	(394)
Gerador	(810)	(30)	(840)
Comporta	(137)	(5)	(142)
Subestação unitária	(989)	(35)	(1.024)
Estrutura de tensão	(52)	(2)	(54)
Casa de força produção hidráulica	(4.431)	(161)	(4.592)
Reservatório, barragem, adutora	(174)	(10)	(184)
Outras máquinas e equipamentos	(1.173)	(50)	(1.223)
	<u>(8.961)</u>	<u>(339)</u>	<u>(9.300)</u>
Imobilizado Líquido	<u>18.409</u>	<u>(212)</u>	<u>18.197</u>

## 8. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Servidões	-	34	34
Software	20%	178	178
Medidas compensatórias	20%	840	829
Registro de terras	-	-	-
Amortização acumulada		<u>(873)</u>	<u>(854)</u>
		<u>179</u>	<u>187</u>

## b) Movimentação do intangível

<u>Custo</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>
Servidões	34	-	34
Software	178	-	178
Medidas compensatórias	829	11	840
Registro de terras	-	-	-
	<u>1.041</u>	<u>11</u>	<u>1.052</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Software	(53)	(17)	(70)
Medidas compensatórias	(801)	(2)	(803)
	<u>(854)</u>	<u>(19)</u>	<u>(873)</u>
	-		
Intangível líquido	<u>187</u>	<u>(8)</u>	<u>179</u>

<u>Custo</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2023</u>
Servidões	34	-	-	34
Software	87	15	-	102
Medidas compensatórias	809	-	(7)	802
Registro de terras	48	-	-	48
	<u>978</u>	<u>15</u>	<u>(7)</u>	<u>986</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(30)	(9)	-	(39)
Medidas compensatórias	(737)	(32)	-	(769)
	<u>(767)</u>	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>(808)</u>
Intangível líquido	<u>211</u>	<u>(26)</u>	<u>(7)</u>	<u>178</u>

## 9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A.	2	146
	<u>2</u>	<u>146</u>
<u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	1	394
	<u>1</u>	<u>394</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

### Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	18
Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	32	32
Tributo diferido (a)	10	9
Outros tributos a recolher	9	7
	<u>68</u>	<u>66</u>

(a) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.



12. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	36	-	(6)	1	31
Provisão para medidas compensatórias (b)	287	11	(19)	4	283
Provisão para registro de terras (c)	-	-	-	-	-
Total	<u>323</u>	<u>11</u>	<u>(25)</u>	<u>5</u>	<u>314</u>
Passivo circulante	103				83
Passivo não circulante	220				231

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	41	4	-	(24)	2	23
Provisão para medidas compensatórias (b)	332	-	(7)	(36)	3	292
Provisão para registro de terras (c)	47	-	-	-	-	47
Total	<u>420</u>	<u>4</u>	<u>(7)</u>	<u>(60)</u>	<u>5</u>	<u>362</u>
Passivo circulante	90					38
Passivo não circulante	330					324

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.

- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 04 de maio de 2018, com prazo de 6 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões ambientais.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ambientais	121	121
	<u>121</u>	<u>121</u>

Se trata de uma ação ambiental, cujo réu é a PCH Caparaó, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação.

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$14.041 e está representado por 5.717.121 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

#### b) Reservas

##### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social.

##### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	644
Dividendos distribuídos	4.226
Dividendos pagos	<u>(4.870)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	394
Dividendos distribuídos	2.751
Dividendos pagos	<u>(3.144)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>1</u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$3.307 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$3.467 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	4.887	5.139
Ajustes (*):		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	42	19
Recontabilização + Consumo Interno	-	(19)
Revisão de garantia física	-	-
	<u>4.929</u>	<u>5.139</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(178)	(154)
PIS e COFINS diferido	(1)	(34)
	<u>(179)</u>	<u>(188)</u>
Receita líquida de vendas	<u>4.750</u>	<u>4.951</u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(360)	(380)
Repactuação do risco hidrológico	(176)	(167)
Pessoal e administradores	(160)	(148)
Manutenção	(136)	(186)
Serviços de terceiros	(7)	(3)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(186)	(183)
Seguros	(222)	(213)
Operação	(34)	(53)
Meio Ambiente	(4)	5
Tributos	(4)	(4)
Taxas setoriais	(9)	(9)
Outras despesas, líquidas	(12)	(9)
	<u>(1.310)</u>	<u>(1.350)</u>
Custo das vendas de energia	(1.227)	(1.271)
Outras despesas	(83)	(79)

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(5)	(5)
Imposto sobre operações financeiras	(5)	(8)
Outras despesas	-	(1)
	<u>(10)</u>	<u>(14)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	24	39
	<u>24</u>	<u>39</u>
	<u>14</u>	<u>25</u>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita bruta tributável	4.887	4.887	5.139	5.139
Receita diferida	41	41	-	-
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	24	24	39	39
Base de cálculo	418	615	450	656
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(105)	(54)	(112)	(59)
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(93)	(54)	(100)	(59)
Correntes	(93)	(54)	(100)	(59)
Diferidos	-	-	-	-

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

### Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

### Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	12	12	12
Total	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>12</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	642	1
Aplicações Financeiras	5	105	274
Contas a receber	6	2.508	2.350
Outros ativos		16	-
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		12	152

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

#### Análise de sensibilidade de taxas de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

<u>Operação</u>	<u>Nota</u>	<u>Exposição 30/06/2024</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Caixa e equivalentes (CDB)	4	641	Baixa do CDI	Resultado	67	50	34
Aplicação financeira	5	105	Baixa do CDI	Resultado	11	8	6

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

20. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	11	4
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	-	3
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	7
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	113	9

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG 117577/O-2

# **Carangola Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Carangola Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Carangola Energia S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024.

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034264

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

CARANGOLA ENERGIA S.A.

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	Fornecedores		60	218
Aplicações financeiras	5	148	301	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		31	354
Contas a receber de clientes	6	9.437	8.819	Impostos e contribuições a recolher	12	211	166
Impostos a recuperar		301	302	Provisão para férias e 13º salário		443	314
Despesas antecipadas		3	242	Receita Diferida	11	22	10
Outros ativos circulantes		<u>233</u>	<u>61</u>	Provisões para compromissos futuros	13	77	108
Total dos ativos circulantes		<u>10.123</u>	<u>9.726</u>	Dividendos a pagar	10 e 15	5.554	9.284
				Outros passivos	1.2	<u>4.732</u>	<u>4.070</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>11.130</u>	<u>14.524</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidas		2	4	Provisões para compromissos futuros	13	1.123	1.097
Depósitos judiciais	7	854	854	Provisões para riscos	14	<u>22</u>	<u>22</u>
Imobilizado	8	38.550	39.288	Total dos passivos não circulantes		<u>1.145</u>	<u>1.119</u>
Intangível	9	<u>366</u>	<u>384</u>				
Total dos ativos não circulantes		39.772	40.530				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	20.184	20.184
				Reservas de lucros	15	4.037	4.037
				Dividendos adicionais	15	<u>13.399</u>	<u>10.392</u>
				Total do patrimônio líquido		37.620	34.613
TOTAL DOS ATIVOS		<u>49.895</u>	<u>50.256</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>49.895</u>	<u>50.256</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CARANGOLA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	17.921	18.699
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com pessoal		(917)	(1.008)
Custos com depreciação e amortização	8, 9 e 17	(910)	(901)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 17	(660)	(627)
Custos com manutenção		(277)	(248)
Custos com seguros		(243)	(234)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(93)	(80)
Taxas setoriais		(31)	(28)
Custos com operação		(25)	(53)
Custos com meio ambiente		(18)	(11)
Outros custos		(7)	(5)
	17	<u>(3.181)</u>	<u>(3.195)</u>
LUCRO BRUTO		<u>14.740</u>	<u>15.504</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(700)	(1.030)
Despesas administrativas e gerais		(68)	(59)
Outras despesas operacionais		(20)	(23)
	17	<u>(788)</u>	<u>(1.112)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>13.952</u>	<u>14.392</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	(27)	(34)
Receitas financeiras	18	53	66
		26	32
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>13.978</u>	<u>14.424</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	19	(574)	(605)
Diferido	19	(5)	(4)
		<u>(579)</u>	<u>(609)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>13.399</u>	<u>13.815</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,71	0,73
Quantidade média ponderada de ações	15	18.924.276	18.924.276

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CARANGOLA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.399	13.815
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>13.399</u>	<u>13.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

---

CARANGOLA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

		<u>Reservas de lucros</u>				
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		20.184	4.037	18.524	-	42.745
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,64 por ação)	15	-	-	(12.066)	-	(12.066)
Lucro líquido do período		-	-	-	13.815	13.815
Dividendos propostos (R\$0,73 por ação)	15	-	-	13.815	(13.815)	-
		-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>20.184</u>	<u>4.037</u>	<u>20.273</u>	<u>-</u>	<u>44.494</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		20.184	4.037	10.392	-	34.613
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,55 por ação)	15	-	-	(10.392)	-	(10.392)
Lucro líquido do período		-	-	-	13.399	13.399
Dividendos propostos (R\$0,71 por ação)	15	-	-	13.399	(13.399)	-
		-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>20.184</u>	<u>4.037</u>	<u>13.399</u>	<u>-</u>	<u>37.620</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CARANGOLA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.978	14.424
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades			
Geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	18	(53)	(66)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	18	5	8
Depreciação e amortização	8, 9 e 17	910	901
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 17	660	627
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		(144)	(222)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	(16)	107
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		2	4
Provisão para riscos		-	1
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(618)	788
Impostos a recuperar		(413)	(172)
Despesas antecipadas		239	226
Outros ativos		-	16
Fornecedores		(131)	(68)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(323)	(320)
Impostos e contribuições a recolher		42	(10)
Provisão de férias e 13º salário		129	225
Outros passivos		2	-
Pagamento compromissos futuros	13	(37)	(61)
Caixa gerado nas operações		14.232	16.408
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(162)	(605)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		14.070	15.803
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		206	42
Aquisição de imobilizado e intangível	8, 9 e 22	(154)	(56)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		52	(14)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	15	(14.122)	(14.715)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(14.122)	(14.715)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>-</b>	<b>1.074</b>
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1	7
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1	1.081
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>-</b>	<b>1.074</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## CARANGOLA ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Carangola Energia S.A. (“Companhia” ou “Carangola” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 356/2001 e nº 236/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 15 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 3,3 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2008. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 25 de junho de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 2.342, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 7,5 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 15 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 9,57 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Carangola, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.298 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 25 de junho de 2023 para 13 de janeiro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 9,53 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativos, no montante de R\$1.007 (R\$ 4.798 negativos em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão adicionados no faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica "receita diferida" o valor total de R\$16 (R\$107 em 30 de junho de 2023 na rubrica "outros ativos circulantes").

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - ("RRH")

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), aderiu à repactuação do risco hidrológico ("RRH") nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$ 9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs ("Desconto Mensal do Prêmio RRH").

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso. Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$ 660 (R\$627 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$4.730 (R\$ 4.070 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações-Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023"), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

No período findo em 30 de junho de 2024 não houve remuneração relacionada a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023).

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (a)	148	301
	<u>148</u>	<u>301</u>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$9.437 em 30 de junho de 2024, (R\$8.819 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$4.621 (R\$3.963 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Desapropriações e servidões (a)	775	775
Trabalhistas (b)	79	79
	<u>854</u>	<u>854</u>

- (a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso.

Estes terrenos estão sendo utilizados em suas instalações e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

- (b) A Companhia é responsável e corresponsável de processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

## 8. IMOBILIZADO

## a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,91%	859	(28)	831	859
Turbina hidráulica	2,50%	8.381	(3.290)	5.091	5.180
Conduto forçado	3,13%	8.829	(4.402)	4.427	4.565
Gerador	3,33%	4.368	(2.273)	2.095	2.169
Comporta	3,33%	2.485	(1.291)	1.194	1.235
Subestação unitária	3,57%	4.495	(2.581)	1.914	1.994
Estrutura de tensão	3,57%	640	(335)	305	317
Casa de força produção hidráulica	2,00%	21.963	(6.944)	15.019	15.239
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	6.451	(2.000)	4.451	4.508
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	6.115	(3.081)	3.034	3.132
Imobilizado em curso	-	189	-	189	90
		<u>64.775</u>	<u>(26.225)</u>	<u>38.550</u>	<u>39.288</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à "ANEEL", são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

## Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	52 anos

## b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Terrenos	859	-	859
Turbina hidráulica	8.365	16	8.381
Conduto forçado	8.829	-	8.829
Gerador	4.368	-	4.368
Comporta	2.485	-	2.485
Subestação unitária	4.495	-	4.495
Estrutura de tensão	640	-	640
Casa de força produção hidráulica	21.963	-	21.963
Reservatório, barragem, adutora	6.446	5	6.451
Outras máquinas e equipamentos	6.102	14	6.115
Imobilizado em curso	90	98	189
	<u>64.642</u>	<u>133</u>	<u>64.775</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>	
<u>(-) Depreciação</u>				
Terrenos (*)		(28)	(28)	
Turbina hidráulica	(3.185)	(105)	(3.290)	
Conduto forçado	(4.264)	(138)	(4.402)	
Gerador	(2.199)	(74)	(2.273)	
Comporta	(1.250)	(41)	(1.291)	
Subestação unitária	(2.501)	(80)	(2.581)	
Estrutura de tensão	(323)	(12)	(335)	
Casa de força produção hidráulica	(6.724)	(220)	(6.944)	
Reservatório, barragem e adutora	(1.938)	(62)	(2.000)	
Outras máquinas e equipamentos	(2.970)	(111)	(3.081)	
	<u>(25.354)</u>	<u>(871)</u>	<u>(26.225)</u>	
Imobilizado líquido	<u>39.288</u>	<u>(738)</u>	<u>38.550</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	859	-	-	859
Turbina hidráulica	8.359	-	-	8.359
Conduto forçado	8.829	-	-	8.829
Gerador	4.368	-	-	4.368
Comporta	2.485	-	-	2.485
Subestação unitária	4.495	-	-	4.495
Estrutura de tensão	640	-	-	640
Casa de força produção hidráulica	21.963	-	-	21.963
Reservatório, barragem, adutora	6.358	4	-	6.362
Outras máquinas e equipamentos	5.965	42	-	6.007
Imobilizado em curso	94	15	(12)	97
	<u>64.415</u>	<u>61</u>	<u>(12)</u>	<u>64.464</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(2.976)	(104)	-	(3.080)
Conduto forçado	(3.988)	(138)	-	(4.126)
Gerador	(2.054)	(73)	-	(2.127)
Comporta	(1.167)	(41)	-	(1.208)
Subestação unitária	(2.341)	(80)	-	(2.421)
Estrutura de tensão	(300)	(11)	-	(311)
Casa de força produção hidráulica	(6.285)	(220)	-	(6.505)
Reservatório, barragem e adutora	(1.812)	(63)	-	(1.875)
Outras máquinas e equipamentos	(2.748)	(110)	-	(2.858)
	<u>(23.671)</u>	<u>(840)</u>	<u>-</u>	<u>(24.511)</u>
Imobilizado líquido	<u>40.744</u>	<u>(779)</u>	<u>(12)</u>	<u>39.953</u>

## 9. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,91%	31	31
Software	20%	98	98
Medidas compensatórias	20%	962	941
Registro de terras	20%	8	8
Amortização acumulada	-	(733)	(694)
		<u>366</u>	<u>384</u>

## b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Servidões	31	-	31
Software	98	-	98
Medidas compensatórias	941	21	962
Registro de terras	8	-	8
	<u>1.078</u>	<u>21</u>	<u>1.099</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Servidões	-	(3)	(3)
Software	(60)	(7)	(67)
Medidas compensatórias	(634)	(29)	(663)
	<u>(694)</u>	<u>(39)</u>	<u>(733)</u>
Intangível líquido	<u>384</u>	<u>(18)</u>	<u>366</u>

	31/12/2022	Adições	30/06/2023
<u>Custo</u>			
Servidões	32	-	32
Software	97	-	97
Medidas compensatórias	828	58	886
	<u>957</u>	<u>58</u>	<u>1.015</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Software	(45)	(7)	(52)
Medidas compensatórias	(526)	(54)	(580)
	<u>(571)</u>	<u>(61)</u>	<u>(632)</u>
Intangível líquido	<u>386</u>	<u>(3)</u>	<u>383</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A.	4	160
	<u>4</u>	<u>160</u>
<u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	5.554	9.284
	<u>5.554</u>	<u>9.284</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. RECEITA DIFERIDA

## a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	22	10
Total	<u>22</u>	<u>10</u>

## b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	10	28	(16)	22
Total	<u>10</u>	<u>28</u>	<u>(16)</u>	<u>22</u>

Não há movimentação para o período entre 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023.

- a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, tratado na nota explicativa 1.1.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	81	83
Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	19	19
Outros tributos a recolher	81	42
Tributos Diferidos (a)	30	22
	<u>211</u>	<u>166</u>

a) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

## 13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	119	5	(5)	1	120
Provisão para medidas compensatórias (b)	529	21	(32)	4	522
Provisão para registro de terras (c)	7	1	-	-	8
Provisão para indenizações de terras (d)	550	-	-	-	550
Total	<u>1.205</u>	<u>27</u>	<u>(37)</u>	<u>5</u>	<u>1.200</u>
Passivo circulante	108				77
Passivo não circulante	1.097				1.123

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	42	4	(6)	1	41
Provisão para medidas compensatórias (b)	504	59	(55)	7	515
Provisão para registro de terras (c)	550	-	-	-	550
Total	<u>1.096</u>	<u>63</u>	<u>(61)</u>	<u>8</u>	<u>1.106</u>
Passivo circulante	121				70
Passivo não circulante	975				1.036

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.

- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 31 de janeiro de 2018, com prazo de 10 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.

#### 14. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributário	22	22
Total	<u>22</u>	<u>22</u>

Em 30 de junho de 2024, o saldo da provisão consolidada para riscos tributários é de R\$22 (R\$22 em 31 de dezembro de 2023), conforme a movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>30/06/2024</u>
Tributário	22	-	22
Total	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>22</u>

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>30/06/2023</u>
Tributário	21	1	22
Total	<u>21</u>	<u>1</u>	<u>22</u>

A Companhia possui riscos relativos a questões cíveis e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda "possível", nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	1	1
Tributário (i)	444	444
	<u>445</u>	<u>445</u>

- (i) Refere-se à ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens, ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD).

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$20.184 e está representado por 18.924.276 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

## b) Reservas

Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.649
Dividendos distribuídos	12.066
Dividendos pagos	(14.715)
Saldo em 30 de junho de 2023	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.284
Dividendos distribuídos	10.392
Dividendos pagos	(14.122)
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>5.554</u>

## d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$13.399 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$13.815 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

## 16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	18.440	19.293
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	160	115
	<u>18.600</u>	<u>19.408</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(674)	(704)
PIS e COFINS diferido	(5)	(5)
	<u>(679)</u>	<u>(709)</u>
Receita líquida de vendas	<u>17.921</u>	<u>18.699</u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(910)	(901)
Repactuação do risco hidrológico	(660)	(627)
Pessoal e administradores	(1.617)	(2.038)
Manutenção	(277)	(248)
Serviços de terceiros	(12)	(8)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(93)	(80)
Seguros	(243)	(234)
Operação	(25)	(53)
Meio Ambiente	(18)	(11)
Tributos	(8)	(15)
Taxas setoriais	(31)	(28)
Outras despesas, líquidas	(75)	(64)
	<u>(3.969)</u>	<u>(4.307)</u>
Custo das vendas de energia	(3.181)	(3.195)
Outras despesas	(788)	(1.112)

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(5)	(8)
Imposto sobre operações financeiras	(21)	(25)
Outras despesas	(1)	(1)
	<u>(27)</u>	<u>(34)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	53	66
	<u>53</u>	<u>66</u>
Total líquido	<u><u>26</u></u>	<u><u>32</u></u>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>30/06/2024</u>		<u>30/06/2023</u>	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	18.440	18.440	19.293	19.293
Receita diferida	160	160	116	116
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	53	53	66	66
Base de cálculo	1.541	2.285	1.619	2.395
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	<u>(385)</u>	<u>(206)</u>	<u>(405)</u>	<u>(216)</u>
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(373)</u>	<u>(206)</u>	<u>(393)</u>	<u>(216)</u>
Correntes	(370)	(204)	(390)	(215)
Diferidos	(3)	(2)	(3)	(1)

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	60	60	60
Total	<u>60</u>	<u>60</u>	<u>60</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Aplicações Financeiras	5	148	301
Contas a receber	6	9.437	8.819
Depósitos judiciais	7	854	854
Outros ativos		233	61
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		60	218

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição			Cenário I	Cenário II	Cenário III
		30/06/2024	Risco	Impacto			
Aplicação financeira	5	148	Baixa do CDI	Resultado	<u>16</u>	<u>12</u>	<u>8</u>

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 21. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$ 80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	27	63
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	414	9

23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

---

Márcio Barata Diniz  
Diretor

---

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

---

Braulio Rios Sá  
CRC MG - 117 577/O-2

# **Funil Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Funil Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Funil Energia S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

*A. Oliveira*  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034267

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

FUNIL ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.658	1	Fornecedores		78	284
Aplicações financeiras	5	133	339	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		10	111
Contas a receber de clientes	6	13.903	13.054	Impostos e contribuições a recolher	11	294	302
Impostos a recuperar		440	443	Provisão para férias e 13º salário		184	74
Despesas antecipadas		5	351	Receita diferida	12	1.224	1.371
Outros ativos circulantes		<u>241</u>	<u>233</u>	Provisões para compromissos futuros	13	115	134
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		<u>18.380</u>	<u>14.421</u>	Dividendos a pagar	10 e 15	6.491	6.053
				Outros Passivos	1.2	<u>7.064</u>	<u>6.078</u>
				TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES		<u>15.460</u>	<u>14.407</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos		79	56	Provisões para compromissos futuros	12	703	674
Depósitos judiciais	7	47	47	Provisões para riscos	13	<u>2.150</u>	<u>2.150</u>
Imobilizado	8	55.685	56.793	TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES		<u>2.853</u>	<u>2.824</u>
Intangível	9	<u>843</u>	<u>872</u>				
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		56.654	57.768	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	30.087	30.087
				Reservas de lucros		6.017	6.017
				Dividendos adicionais propostos		<u>20.617</u>	<u>18.854</u>
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.721	54.958
TOTAL DOS ATIVOS		<u>75.034</u>	<u>72.189</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>75.034</u>	<u>72.189</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	25.996	27.335
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	8,9 e 17	(1.253)	(1.265)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 17	(986)	(937)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(628)	(581)
Custos com pessoal		(551)	(494)
Custos com seguros		(352)	(315)
Custos com manutenção		(214)	(172)
Custos com operação		(112)	(58)
Taxas setoriais		(46)	(43)
Custos com meio ambiente		(5)	(14)
Outros custos		(3)	(4)
	17	<u>(4.150)</u>	<u>(3.883)</u>
LUCRO BRUTO		<u>21.846</u>	<u>23.452</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(369)	(328)
Despesas administrativas e gerais		(43)	(33)
Outras despesas operacionais		(25)	(20)
	17	<u>(437)</u>	<u>(381)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>21.409</u>	<u>23.071</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	(37)	(56)
Receitas financeiras	18	73	105
		36	49
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>21.445</u>	<u>23.120</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	19	(839)	(897)
Diferido	19	11	(1)
		(828)	(898)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>20.617</u>	<u>22.222</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,75	0,80
Quantidade média ponderada de ações	15	27.621.764	27.621.764

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	20.617	22.222
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>20.617</u>	<u>22.222</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		30.087	6.017	26.996	-	63.100
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,80 por ação)	15	-	-	(22.142)	-	(22.142)
Lucro líquido do período		-	-	-	22.222	22.222
Dividendos propostos (R\$ 0,80 por ação)	15	-	-	22.222	(22.222)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>30.087</u>	<u>6.017</u>	<u>27.076</u>	<u>-</u>	<u>63.180</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		30.087	6.017	18.854	-	54.958
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,68 por ação)	15	-	-	(18.854)	-	(18.854)
Lucro líquido do período		-	-	-	20.617	20.617
Dividendos propostos (R\$ 0,75 por ação)	15	-	-	20.617	(20.617)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>30.087</u>	<u>6.017</u>	<u>20.617</u>	<u>-</u>	<u>56.721</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.445	23.120
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades			
Gerado pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	18	72	(95)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	18	5	14
Depreciação e amortização		1.253	1.265
Amortização prêmio de risco (reaplicação do risco hidrológico)		986	937
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA	12	596	277
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	12	(743)	(297)
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		(23)	1
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(849)	1.101
Impostos a recuperar		(600)	(252)
Despesas antecipadas		346	303
Outros ativos		(8)	(8)
Fornecedores		(199)	(91)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(101)	(116)
Impostos e contribuições a recolher		7	(43)
Provisão de férias e 13º salário		110	43
Pagamento compromissos futuros	13	(25)	(129)
Outros passivos		-	1
Caixa gerado nas operações		22.272	26.031
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(240)	(895)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		22.032	25.136
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgates em aplicações financeiras		134	42
Aquisição de imobilizado e intangível	8,9 e 22	(93)	(29)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		41	13
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	14	(18.416)	(23.568)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(18.416)	(23.568)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1	11
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	3.658	1.592
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		3.657	1.581

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## FUNIL ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Funil Energia S.A. (“Companhia” ou “Funil” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 361/1999 e nº 191/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio Guanhães, no Município de Dores do Guanhães, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 22,5 MW. e uma linha de transmissão em 69 kV com 35 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de maio de 2008. Ressalta-se, que, em 7 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 5 de março de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 840, e em 6 de março de 2008, através do Despacho ANEEL nº 864, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 11,25 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 22,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 14,54 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Santa Fé, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.206 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 05 de março de 2038 para 23 de junho de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 14,23 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivo, no montante de R\$2.920 (R\$14 positivos em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo.

Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica “receita diferida” o valor total de R\$743 (R\$297 em 30 de junho de 2023).

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico – (“RRH”)

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”) nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs (“Desconto Mensal do Prêmio RRH”).

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso. Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$986 (R\$937 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$7.064 (R\$6.078 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações— Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1	1
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (a)	3.657	-
	<u>3.658</u>	<u>1</u>

(a) As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco com risco insignificante de mudança de valor justo e remuneradas por taxas de mercado que variam entre de 97% a 100% (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimento em renda fixa (a)	133	339
	<u>133</u>	<u>339</u>

(a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$13.903 em 30 de junho de 2024, (R\$13.054 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 3 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$6.900 (R\$5.917 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumpramos ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhistas	15	15
Cíveis	32	32
	<u>47</u>	<u>47</u>

## 8. IMOBILIZADO

### a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,93%	203	(19)	184	203
Turbina hidráulica	2,50%	8.852	(3.236)	5.616	5.727
Conduto forçado	3,13%	4.085	(2.080)	2.005	2.069
Gerador	3,33%	7.006	(3.606)	3.400	3.516
Comporta	3,33%	1.059	(554)	505	523
Subestação unitária	3,57%	8.893	(5.139)	3.754	3.913
Estrutura de tensão	3,57%	4.470	(2.430)	2.040	2.120
Casa de força produção hidráulica	2,00%	33.086	(10.771)	22.315	22.646
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	18.483	(5.953)	12.530	12.714
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	6.202	(2.989)	3.213	3.288
Imobilizado em curso	-	123	-	123	74
		<u>92.462</u>	<u>(36.777)</u>	<u>55.685</u>	<u>56.793</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à "ANEEL", são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

#### Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	52 anos

### b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Terrenos	203	-	203
Turbina hidráulica	8.852	-	8.852
Conduto forçado	4.085	-	4.085
Gerador	7.006	-	7.006
Comporta	1.059	-	1.059
Subestação unitária	8.893	-	8.893
Estrutura de tensão	4.470	-	4.470
Casa de força produção hidráulica	33.086	-	33.086
Reservatório, barragem, adutora	18.482	1	18.483
Outras máquinas e equipamentos	6.165	37	6.202
Imobilizado em curso	74	49	123
	<u>92.375</u>	<u>87</u>	<u>92.462</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>(-) Depreciação</u>			
Terrenos (*)	-	(19)	(19)
Turbina hidráulica	(3.125)	(111)	(3.236)
Conduto forçado	(2.016)	(64)	(2.080)
Gerador	(3.490)	(116)	(3.606)
Comporta	(536)	(18)	(554)
Subestação unitária	(4.980)	(159)	(5.139)
Estrutura de tensão	(2.350)	(80)	(2.430)
Casa de força produção hidráulica	(10.440)	(331)	(10.771)
Reservatório, barragem, adutora	(5.768)	(185)	(5.953)
Outras máquinas e equipamentos	(2.877)	(112)	(2.989)
	<u>(35.582)</u>	<u>(1.195)</u>	<u>(36.777)</u>
Imobilizado líquido	<u>56.793</u>	<u>(1.108)</u>	<u>55.685</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>			
Terrenos	203	-	203
Turbina hidráulica	8.846	-	8.846
Conduto forçado	4.085	-	4.085
Gerador	7.006	-	7.006
Comporta	1.059	-	1.059
Subestação unitária	8.893	-	8.893
Estrutura de tensão	4.469	-	4.469
Casa de força produção hidráulica	33.075	11	33.086
Reservatório, barragem, adutora	18.476	7	18.483
Outras máquinas e equipamentos	6.052	24	6.076
Imobilizado em curso	120	-	120
	<u>92.284</u>	<u>42</u>	<u>92.326</u>
<u>(-) Depreciação</u>			
Turbina hidráulica	(2.904)	(111)	(3.015)
Conduto forçado	(1.888)	(64)	(1.952)
Gerador	(3.256)	(117)	(3.373)
Comporta	(501)	(17)	(518)
Subestação unitária	(4.663)	(159)	(4.822)
Estrutura de tensão	(2.190)	(80)	(2.270)
Casa de força produção hidráulica	(9.779)	(330)	(10.109)
Reservatório, barragem, adutora	(5.400)	(184)	(5.584)
Outras máquinas e equipamentos	(2.656)	(110)	(2.766)
	<u>(33.237)</u>	<u>(1.172)</u>	<u>(34.409)</u>
Imobilizado líquido	<u>59.047</u>	<u>(1.130)</u>	<u>57.917</u>

9. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,93%	159	159
Software	20%	86	86
Medidas compensatórias	20%	1.367	1.338
Registro de terras	-	67	67
Amortização acumulada		(836)	(778)
		<u>843</u>	<u>872</u>

(b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	30/06/2024	
<u>Custo</u>				
Servidões	159	-	159	
Software	86	-	86	
Medidas compensatórias	1.338	29	1.367	
Registro de terras	67	-	67	
	<u>1.650</u>	<u>29</u>	<u>1.679</u>	
<u>(-) Amortização</u>				
Servidões	-	(15)	(15)	
Software	(41)	(8)	(49)	
Medidas compensatórias	(737)	(35)	(772)	
	<u>(778)</u>	<u>(58)</u>	<u>(836)</u>	
Intangível líquido	<u>872</u>	<u>(29)</u>	<u>843</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	160	-	-	160
Software	85	-	-	85
Medidas compensatórias	1.551	-	(46)	1.505
Registro de terras	94	-	-	94
	<u>1.890</u>	<u>-</u>	<u>(46)</u>	<u>1.844</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(25)	(8)	-	(33)
Medidas compensatórias	(567)	(85)	-	(652)
	<u>(592)</u>	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>(685)</u>
Intangível líquido	<u>1.298</u>	<u>(93)</u>	<u>(46)</u>	<u>1.159</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

<u>Passivo circulante - Fornecedores/Outras contas a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brasil PCH S.A.	3	232
	<u>3</u>	<u>232</u>
<u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PCHPAR Participações S.A.	6.491	6.053
	<u>6.491</u>	<u>6.053</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	121	125
Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	126	127
Outros tributos a recolher	47	50
	<u>294</u>	<u>302</u>

## 12. RECEITA DIFERIDA

## a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	1.224	1.371
Total	<u>1.224</u>	<u>1.371</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	<u>1.371</u>	<u>596</u>	<u>(743)</u>	<u>1.224</u>
Total	<u>1.371</u>	<u>596</u>	<u>(743)</u>	<u>1.224</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	<u>568</u>	<u>277</u>	<u>(297)</u>	<u>548</u>
Total	<u>568</u>	<u>277</u>	<u>(297)</u>	<u>548</u>

- (a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, tratado na nota explicativa 1.1.

13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	44	1	-	1	46
Provisão para medidas compensatórias (b)	697	29	(25)	4	705
Provisão para registro de terras (c)	67	-	-	-	67
	<u>808</u>	<u>30</u>	<u>(25)</u>	<u>5</u>	<u>818</u>
Passivo circulante	134				115
Passivo não circulante	674				703

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	81	11	-	(47)	3	48
Provisão para medidas compensatórias (b)	1.038	-	(46)	(82)	11	921
Provisão para registro de terras (c)	94	-	-	-	-	94
Total	<u>1.213</u>	<u>11</u>	<u>(46)</u>	<u>(129)</u>	<u>14</u>	<u>1.063</u>
Passivo circulante	225					119
Passivo não circulante	988					944

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 27 de dezembro de 2007, com prazo de 3 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.

#### 14. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões regulatórias.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Regulatório	2.150	2.150
Total	<u>2.150</u>	<u>2.150</u>

Em 30 de junho de 2024, o saldo da provisão consolidada para riscos regulatórios era de R\$2.150 (R\$2.150 em 31 de dezembro de 2023). conforme a movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2024</u>
Regulatório	2.150	2.150
Total	<u>2.150</u>	<u>2.150</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>
Regulatório	1.122	1.122
Total	<u>1.112</u>	<u>1.122</u>

A Companhia possui riscos relativos a questões ambientais e cível, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Consolidado	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ambientais (a)	32	32
Cível (b)	<u>20</u>	<u>20</u>
	<u>52</u>	<u>52</u>

(a) Se trata de uma ação ambiental, cujo réu é a PCH Funil, e discutem principalmente, Impetração a fim de questionar a imputação de multa em sede de Auto de Infração que versa sobre suposta ausência de outorga de recursos hídricos.

(b) Se trata de uma ação cível, cujo réu é a PCH Funil, e discutem principalmente, usucapião.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$30.087 e está representado por 27.621.764 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

### b) Reservas

#### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

#### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

### c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.426
Dividendos distribuídos	22.142
Dividendos pagos	<u>(23.568)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.053
Dividendos distribuídos	18.854
Dividendos pagos	<u>(18.416)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>6.491</u>

d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$20.617 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$22.222 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	26.815	28.350
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>147</u>	<u>20</u>
	26.962	28.370
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(979)	(851)
PIS e COFINS diferido	<u>13</u>	<u>(184)</u>
	(966)	(1.035)
Receita líquida de vendas	<u>25.996</u>	<u>27.335</u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(1.253)	(1.265)
Repactuação do risco hidrológico	(986)	(937)
Pessoal e administradores	(920)	(822)
Manutenção	(214)	(172)
Serviços de terceiros	(17)	(15)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(628)	(581)
Seguros	(352)	(315)
Operação	(112)	(58)
Meio Ambiente	(5)	(14)
Tributos	(8)	(5)
Taxas setoriais	(46)	(43)
Outras despesas, líquidas	(46)	(37)
	<u>(4.587)</u>	<u>(4.264)</u>
Custo das vendas de energia	(4.150)	(3.883)
Outras despesas	(437)	(381)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(5)	(14)
Imposto sobre operações financeiras	(31)	(41)
Outras despesas	(1)	(1)
	<u>(37)</u>	<u>(56)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	73	105
	<u>73</u>	<u>105</u>
Total líquido	<u>36</u>	<u>49</u>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita bruta tributável	26.815	26.815	28.350	28.350
Receita diferida	147	147	20	20
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	73	73	105	105
Outras receitas financeiras	-	-	-	-
Base de cálculo	2.230	3.308	2.375	3.509
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(557)	(298)	(594)	(316)
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Outros ajustes	9	6	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(536)</u>	<u>(292)</u>	<u>(582)</u>	<u>(316)</u>
Correntes	(543)	(296)	(582)	(315)
Diferidos	7	4	-	(1)

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

### Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	78	78	78
Total	<u>78</u>	<u>78</u>	<u>78</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.658	1
Aplicações financeiras	5	133	339
Contas a receber	6	13.903	13.054
Depósitos judiciais	7	47	47
Outros ativos		241	233

### Passivos financeiros

Outros passivos mensurados ao custo amortizado:

Fornecedores		78	284
--------------	--	----	-----

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição		Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		30/06/2024	Risco				
Caixa e equivalentes (CDB)	4	3.658	Baixa do CDI	Resultado	384	288	192
Aplicação financeira	5	133	Baixa do CDI	Resultado	14	10	7

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 21. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	30	11
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	-	46
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	-	2
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	603	14

23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG – 117.577/O-2

# **Irara Energética S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses Findo em  
30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Irra Energética S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Irra Energética S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024.

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034270

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

IRARA ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	Fornecedores		48	365
Aplicações financeiras	4	133	311	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		16	149
Contas a receber de clientes	5	17.571	16.429	Impostos e contribuições a recolher		329	373
Impostos a recuperar		558	560	Provisão para férias e 13º salário		235	107
Despesas antecipadas		7	522	Receita diferida	10	641	824
Outros ativos circulantes		15	158	Provisões para compromissos futuros	11	186	413
Total dos ativos circulantes		<u>18.284</u>	<u>17.980</u>	Dividendos a pagar	9 e 13	4.711	7.283
				Outros passivos	1.2	8.861	7.624
				Total dos passivos circulantes		<u>15.027</u>	<u>17.138</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições diferidos		33	25	Provisões para compromissos futuros	11	6.770	6.613
Depósitos judiciais	6	4.337	4.299	Provisões para riscos	12	19	19
Imobilizado	7	81.698	83.249	Total dos passivos não circulantes		<u>6.789</u>	<u>6.632</u>
Intangível	8	<u>1.771</u>	<u>1.760</u>				
Total dos ativos não circulantes		87.839	89.333				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	13	48.250	48.250
				Reservas de lucros		<u>36.057</u>	<u>35.293</u>
				Total do patrimônio líquido		84.307	83.543
TOTAL DOS ATIVOS		<u>106.123</u>	<u>107.313</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>106.123</u>	<u>107.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

IRARA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	14	33.078	34.449
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	7, 8 e 15	(1.785)	(1.725)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 15	(1.236)	(1.175)
Custos com pessoal		(1.017)	(1.119)
Custo com seguros		(523)	(420)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(519)	(483)
Custos com manutenção		(187)	(355)
Taxas setoriais		(62)	(57)
Custos com operação		(54)	(76)
Outros custos		(9)	(5)
Custo com meio ambiente		(7)	(1)
	15	<u>(5.399)</u>	<u>(5.416)</u>
LUCRO BRUTO		<u>27.679</u>	<u>29.033</u>
DESPEAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(132)	(115)
Despesas administrativas e gerais		(116)	(117)
Outras despesas operacionais		(28)	(65)
	15	<u>(276)</u>	<u>(297)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>27.403</u>	<u>28.736</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	16	(58)	(83)
Receitas financeiras	16	129	176
		71	93
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>27.474</u>	<u>28.829</u>
Corrente	17	(1.070)	(1.134)
Diferido	17	3	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(1.067)</u>	<u>(1.134)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>26.407</u>	<u>27.695</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,69	0,73
Quantidade média ponderada de ações	13	<u>38.113.500</u>	<u>38.113.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

IRARA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.407	27.695
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>26.407</u>	<u>27.695</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

IRARA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		48.250	9.650	33.807	-	91.707
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,74 por ação)	13 (c)	-	-	(28.088)	-	(28.088)
Lucro líquido do período	13 (c)	-	-	-	27.695	27.695
Dividendos propostos (R\$0,73 por ação)	13 (d)	-	-	27.695	(27.695)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		48.250	9.650	33.414	-	91.314
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		48.250	9.650	25.643	-	83.543
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,67 por ação)	13 (c)	-	-	(25.643)	-	(25.643)
Lucro líquido do período	13 (c)	-	-	-	26.407	26.407
Dividendos propostos (R\$0,69 por ação)	13 (d)	-	-	26.407	(26.407)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		48.250	9.650	26.407	-	84.307

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

IRARA ENERGÉTICA S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		27.474	28.829
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(91)	(118)
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	16	(38)	(46)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	11 e 16	19	29
Depreciação e amortização	7, 8 e 15	1.785	1.725
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 15	1.236	1.175
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA	10	262	197
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	10	(445)	(172)
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		(8)	17
Provisões para riscos	12	-	5
 Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.142)	1.412
Impostos a recuperar		(763)	(319)
Despesas antecipadas		515	404
Outros ativos		143	1
Fornecedores		(324)	69
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(133)	(163)
Impostos e contribuições a recolher		(36)	136
Provisão para férias e 13º salário		128	134
Pagamento compromisso futuros	11	(257)	(139)
Outros passivos		1	(1)
Caixa gerado pelas operações		28.326	33.175
 Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(309)	(1.333)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		28.017	31.842
 <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		268	115
Aquisição de imobilizado e intangível	7, 8 e 20	(70)	(94)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		198	21
 <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Dividendos pagos	13	(28.215)	(29.869)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(28.215)	(29.869)
 <b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>-</u>	<u>1.994</u>
 <b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	14
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		-	2.008
 <b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>-</u>	<u>1.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## IRARA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irara Energética S.A. (“Companhia” ou “Irara” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR – PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 11 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio das Resoluções nº 525/2002 e nº 120/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio Doce, no município de Rio Verde, em Goiás, com capacidade de licença instalada de 30 MW e uma linha de transmissão em 69 kV com 38 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFRA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de julho de 2008. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 06 de setembro de 2008, por meio do Despacho ANEEL nº 3.308, e em 11 de setembro de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 3.556, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1, 2 e 3, respectivamente, todas com potência instalada de 10 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 18,21 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Irara, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.309 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 6 de setembro de 2038 para 7 de abril de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 17,85 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivos, no montante de R\$3.257 (R\$842 positivos em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo.

Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica “receita diferida” o valor total de R\$445 (R\$172 em 30 de junho de 2023).

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico – (“RRH”)

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”) nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs (“Desconto Mensal do Prêmio RRH”).

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$1.236 (R\$1.175 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$8.861 (R\$7.624 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações— Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimento em renda fixa (i)	133	311
	<u>133</u>	<u>311</u>

- (i) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$17.571 em 30 de junho de 2024, (R\$16.429 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$8.656 (R\$7.423 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumpre ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Desapropriações e servidões (a)	4.305	4.267
Trabalhistas (b)	32	32
	<u>4.337</u>	<u>4.299</u>

- (a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da PCH e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para a Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado.

- (b) A Companhia é responsável e corresponsável de processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

## 7. IMOBILIZADO

### a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,90%	5.648	(183)	5.465	5.599
Turbina hidráulica	2,50%	9.711	(3.785)	5.926	6.049
Conduto forçado	3,13%	5.207	(2.579)	2.628	2.709
Gerador	3,33%	9.140	(4.779)	4.361	4.512
Comporta	3,33%	5.016	(2.629)	2.387	2.470
Subestação unitária	3,57%	7.562	(4.265)	3.297	3.432
Estrutura de tensão	3,57%	4.294	(2.278)	2.016	2.093
Casa de força produção hidráulica	2,00%	41.629	(12.818)	28.811	29.227
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	32.019	(9.580)	22.439	22.703
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	8.538	(4.247)	4.291	4.443
Imobilizado em curso	-	77	-	77	12
		<u>128.841</u>	<u>(47.143)</u>	<u>81.698</u>	<u>83.249</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à "ANEEL", são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

#### Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	53 anos

### b) Movimentação do imobilizado

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	30/06/2024
Terrenos	5.599	49	-	5.648
Turbina Hidráulica	9.711	-	-	9.711
Conduto forçado	5.207	-	-	5.207
Gerador	9.140	-	-	9.140
Comporta	5.016	-	-	5.016
Subestação unitária	7.562	-	-	7.562
Estrutura de tensão	4.294	-	-	4.294
Casa de força produção hidráulica	41.629	-	-	41.629
Reservatório, barragem, adutora	31.974	45	-	32.019
Outras máquinas e equipamentos	8.526	12	-	8.538
Imobilizado em curso	12	65	-	77
	<u>128.670</u>	<u>171</u>	<u>-</u>	<u>128.841</u>

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	30/06/2024
(-) Depreciação:				
Terrenos (*)	-	(183)	-	(183)
Turbina Hidráulica	(3.662)	(123)	-	(3.785)
Conduto forçado	(2.498)	(81)	-	(2.579)
Gerador	(4.628)	(151)	-	(4.779)
Comporta	(2.546)	(83)	-	(2.629)
Subestação unitária	(4.130)	(135)	-	(4.265)
Estrutura de tensão	(2.201)	(77)	-	(2.278)
Casa de força produção hidráulica	(12.402)	(416)	-	(12.818)
Reservatório, barragem, adutora	(9.271)	(309)	-	(9.580)
Outras máquinas e equipamentos	(4.083)	(164)	-	(4.247)
	<u>(45.421)</u>	<u>(1.722)</u>	-	<u>(47.143)</u>
Imobilizado líquido	<u>83.249</u>	<u>(1.551)</u>	-	<u>81.698</u>

Custo	31/12/2022	Adições	Transferências	30/06/2023
Terrenos	5.528	60	-	5.588
Turbina Hidráulica	9.685	-	-	9.685
Conduto forçado	5.207	-	-	5.207
Gerador	9.087	-	-	9.087
Comporta	5.016	-	-	5.016
Subestação unitária	7.562	-	-	7.562
Estrutura de tensão	4.294	-	-	4.294
Casa de força produção hidráulica	41.611	-	-	41.611
Reservatório, barragem, adutora	31.023	19	-	31.042
Outras máquinas e equipamentos	8.422	31	1	8.454
Imobilizado em curso	102	73	(1)	174
	<u>127.537</u>	<u>183</u>	-	<u>127.720</u>
(-) Depreciação:				
Turbina Hidráulica	(3.421)	(121)	-	(3.542)
Conduto forçado	(2.335)	(81)	-	(2.416)
Gerador	(4.324)	(152)	-	(4.476)
Comporta	(2.379)	(84)	-	(2.463)
Subestação unitária	(3.860)	(135)	-	(3.995)
Estrutura de tensão	(2.048)	(77)	-	(2.125)
Casa de força produção hidráulica	(11.570)	(417)	-	(11.987)
Reservatório, barragem, adutora	(8.657)	(307)	-	(8.964)
Outras máquinas e equipamentos	(3.756)	(164)	-	(3.920)
	<u>(42.350)</u>	<u>(1.538)</u>	-	<u>(43.888)</u>
Imobilizado líquido	<u>85.187</u>	<u>(1.355)</u>	-	<u>83.832</u>

## 8. INTANGÍVEL

### a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,90%	273	273
Software	20%	180	180
Medidas compensatórias	20%	3.665	3.605
Indenização de terras	-	881	867
Registro de terras	-	238	238
Amortização acumulada		(3.466)	(3.403)
		<u>1.771</u>	<u>1.760</u>

### b) Movimentação do intangível

Custo	31/12/2023	Adições	30/06/2024	
Servidões	273	-	273	
Software	180	-	180	
Medidas compensatórias	3.605	60	3.665	
Indenização de terras	867	14	881	
Registro de terras	238	-	238	
	<u>5.163</u>	<u>74</u>	<u>5.237</u>	
(-) Amortização				
Servidões	-	(25)	(25)	
Software	(101)	(16)	(117)	
Medidas compensatórias	(3.302)	(22)	(3.324)	
	<u>(3.403)</u>	<u>(63)</u>	<u>(3.466)</u>	
Intangível líquido	<u>1.760</u>	<u>11</u>	<u>1.771</u>	
Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	30/06/2023
Servidões	273	-	-	273
Software	181	-	-	181
Medidas compensatórias	3.620	-	(39)	3.581
Indenização de terras	847	16	-	863
Registros de terras	210	-	-	210
	<u>5.131</u>	<u>16</u>	<u>(39)</u>	<u>5.108</u>
(-) Amortização				
Software	(68)	(17)	-	(85)
Medidas compensatórias	(2.961)	(170)	-	(3.131)
	<u>(3.029)</u>	<u>(187)</u>	<u>-</u>	<u>(3.216)</u>
Intangível líquido	<u>2.102</u>	<u>(171)</u>	<u>(39)</u>	<u>1.892</u>

## 9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo circulante – fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A.	4	344
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PCHPAR Participações S.A.	4.711	7.283

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

### Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 10. RECEITA DIFERIDA

### a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	641	824
Total	<u>641</u>	<u>824</u>

### b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	824	262	(445)	641
	<u>824</u>	<u>262</u>	<u>(445)</u>	<u>641</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	290	197	(172)	315
	<u>290</u>	<u>197</u>	<u>(172)</u>	<u>315</u>

- (a) Cumprir destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, tratado na nota explicativa 1.1.

## 11. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	31/12/2023	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	30/06/2024
Compromissos socioambientais (a)	979	45	(70)	5	959
Provisão para medidas compensatórias (b)	1.381	60	(187)	14	1.268
Provisão para registro de terras (c)	238	-	-	-	238
Provisão para indenizações de terras (d)	4.428	63	-	-	4.491
<b>Total</b>	<b>7.026</b>	<b>168</b>	<b>(257)</b>	<b>19</b>	<b>6.956</b>
Passivo circulante	413				186
Passivo não circulante	6.613				6.770

	31/12/2022	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização financeira	30/06/2023
Compromissos socioambientais (a)	210	15	-	-	8	233
Provisão para medidas compensatórias (b)	1.827	-	(35)	(143)	21	1.670
Provisão para registro de terras (c)	210	-	-	-	-	210
Provisão para indenizações de terras (d)	4.336	83	-	-	-	4.419
<b>Total</b>	<b>6.583</b>	<b>98</b>	<b>(35)</b>	<b>(143)</b>	<b>29</b>	<b>6.532</b>
Passivo circulante	468					373
Passivo não circulante	6.115					6.159

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA") de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 28 de outubro de 2019, com prazo de 7 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção das PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e instituíssem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente de modo que o valor das indenizações está provisionado nessa rubrica.

## 12. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões cíveis.

	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis	19	19
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>19</b>

Em 30 de junho de 2024, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis é de R\$19 (R\$19 em 31 de dezembro de 2023). conforme a movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa (*)</u>	<u>30/06/2024</u>
Cíveis	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
Total	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa (*)</u>	<u>30/06/2023</u>
Cíveis	<u>6</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Total	<u>6</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>11</u>

A Companhia possui riscos relativos a questões trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhista (i)	<u>12</u>	<u>18</u>
Total	<u>12</u>	<u>18</u>

i) Reclamação trabalhista de responsabilidade subsidiária.

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$48.250 e está representado por 38.113.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

#### b) Reservas

##### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

##### Reservas de lucros

A reserva de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.781
Dividendos distribuídos	28.088
Dividendos pagos	<u>(29.869)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.283
Dividendos distribuídos	25.643
Dividendos pagos	<u>(28.215)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u><u>4.711</u></u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$26.407 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2023 (R\$27.695 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

14. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	34.138	35.778
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>182</u>	<u>(24)</u>
	<u>34.320</u>	<u>35.754</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(1.246)	(1.306)
PIS e COFINS diferido	<u>4</u>	<u>1</u>
	<u>(1.242)</u>	<u>(1.305)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>33.078</u></u>	<u><u>34.449</u></u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(1.785)	(1.725)
Repactuação do risco hidrológico	(1.236)	(1.175)
Pessoal e administradores	(1.149)	(1.234)
Manutenção	(187)	(355)
Serviços de terceiros	(23)	(25)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(519)	(483)
Seguros	(523)	(420)
Operação	(54)	(76)
Segurança e saúde operacional	(9)	(5)
Meio Ambiente	(7)	(1)
Tributos	(5)	(40)
Taxas setoriais	(62)	(57)
Outras despesas, líquidas	(116)	(117)
	<u>(5.675)</u>	<u>(5.713)</u>
Custo das vendas de energia	(5.399)	(5.416)
Outras despesas, líquidas	(276)	(297)

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(19)	(29)
Imposto sobre operações financeiras	(39)	(53)
Outras despesas	-	(1)
	<u>(58)</u>	<u>(83)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	91	130
Atualização depósito judicial	38	46
	<u>129</u>	<u>176</u>
Total líquido	<u>71</u>	<u>93</u>

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	34.138	34.138	35.778	35.778
Receita diferida	183	183	(26)	(26)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	91	91	130	130
Base de cálculo	2.837	4.210	2.990	4.420
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(709)	(379)	(748)	(398)
Outros ajustes	6	3	-	-
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(691)</u>	<u>(376)</u>	<u>(736)</u>	<u>(398)</u>
Correntes	(693)	(377)	(736)	(398)
Diferidos	2	1	-	-

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa e nº 5.

### Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

### Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	48	48	48
Total	<u>48</u>	<u>48</u>	<u>48</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Aplicações financeiras	4	133	311
Contas a receber	5	17.571	16.429
Depósitos judiciais	6	4.337	4.299
Outros ativos		15	158
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		48	365

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

<u>Operação</u>	<u>Nota</u>	<u>Exposição 30/06/2024</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicação financeira	4	133	Baixa do CDI	Resultado	<u>14</u>	<u>10</u>	<u>7</u>

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

19. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

20. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	-	39
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	168	91
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	7	14
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	765	17

21. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG – 117.577/0-2

# **Jataí Energética S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Jataí Energética S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Jataí Energética S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034272

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

JATAÍ ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	Fornecedores		63	369
Aplicações financeiras	5	126	277	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		35	384
Contas a receber de clientes	6	19.593	18.320	Impostos e contribuições a recolher	11	8.818	458
Impostos a recuperar		597	624	Provisão para férias e 13º salário		414	275
Despesas antecipadas		7	515	Receita diferida	12	736	940
Outros ativos circulantes		<u>100</u>	<u>168</u>	Provisões para compromissos futuros	13	568	805
Total dos ativos circulantes		<u>20.424</u>	<u>19.905</u>	Dividendos a pagar	10 e 14	10.667	11.654
				Outros passivos	1.2	<u>9.884</u>	<u>8.504</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>31.185</u>	<u>23.389</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições diferidos		108	58	Provisões para compromissos futuros	13	<u>1.761</u>	<u>1.683</u>
Depósitos judiciais	7	70	70	Total dos passivos não circulantes		<u>1.761</u>	<u>1.683</u>
Imobilizado	8	82.014	84.115				
Intangível	9	<u>1.876</u>	<u>2.142</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Total dos ativos não circulantes		<u>84.068</u>	<u>86.385</u>	Capital social	14	44.541	44.541
				Reservas de lucros		8.908	8.908
				Dividendos adicionais propostos	14	<u>18.097</u>	<u>27.769</u>
				Total do patrimônio líquido		71.546	81.218
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>104.492</u>	<u>106.290</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>104.492</u>	<u>106.290</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

JATAÍ ENERGÉTICA S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	34.769	38.593
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	8, 9 e 16	(2.524)	(1.741)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 16	(1.378)	(1.310)
Custos com pessoal		(1.188)	(1.070)
Custo com seguros		(517)	(445)
Custos com manutenção		(426)	(493)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(416)	(483)
Custos com operação		(69)	(83)
Taxas setoriais		(62)	(57)
Custo com meio ambiente		(15)	(10)
Outros custos		(12)	(9)
	16	<u>(6.607)</u>	<u>(5.701)</u>
LUCRO BRUTO		<u>28.162</u>	<u>32.892</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(703)	(774)
Despesas administrativas e gerais		(85)	(78)
Outras despesas operacionais		(31)	(29)
	16	<u>(819)</u>	<u>(881)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>27.343</u>	<u>32.011</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(79)	(81)
Receitas financeiras	17	99	129
		20	48
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>27.363</u>	<u>32.059</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	18	(9.291)	(1.260)
Diferido	18	25	(5)
		<u>(9.266)</u>	<u>(1.265)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>18.097</u>	<u>30.794</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,55	0,93
Quantidade média ponderada de ações	14	33.111.830	33.111.830

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

JATAÍ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	18.097	30.794
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>18.097</u>	<u>30.794</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

---

JATAÍ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		44.541	8.908	39.183	-	92.632
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,89 por ação)	14	-	-	(29.369)	-	(29.369)
Lucro líquido do período		-	-	-	30.794	30.794
Dividendos propostos (R\$0,93 por ação)	14	-	-	30.794	(30.794)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>44.541</u>	<u>8.908</u>	<u>40.608</u>	<u>-</u>	<u>94.057</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		44.541	8.908	27.769	-	81.218
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,84 por ação)	14	-	-	(27.769)	-	(27.769)
Lucro líquido do período		-	-	-	18.097	18.097
Dividendos propostos (R\$0,55 por ação)	14	-	-	18.097	(18.097)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>44.541</u>	<u>8.908</u>	<u>18.097</u>	<u>-</u>	<u>71.546</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

JATÁ ENERGÉTICA S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		27.363	32.059
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	17	(99)	(129)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13 e 17	36	31
Depreciação e amortização	8, 9 e 16	2.524	1.741
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 16	1.378	1.310
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA	12	311	40
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	12	(515)	(205)
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		(50)	7
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.273)	1.584
Impostos a recuperar		(1.032)	(357)
Despesas antecipadas		508	428
Outros ativos		68	(11)
Fornecedores		(307)	(71)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(349)	(246)
Impostos e contribuições a recolher		668	(42)
Depósitos Judiciais		-	(24)
Provisão de férias e 13º salário		139	138
Outras Passivos		2	-
Pagamento compromissos futuros	13	(285)	(414)
Caixa gerado nas operações		29.087	35.839
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(437)	(1.262)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		28.650	34.577
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Resgates em aplicações financeiras		250	65
Aquisição de imobilizado e intangível	8, 9 e 21	(144)	(73)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos		106	(8)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Dividendos pagos	14	(28.756)	(32.350)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(28.756)	(32.350)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1	15
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1	2.234
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>-</b>			
<b>2.219</b>			

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## JATAÍ ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Jataí Energética S.A. (“Companhia” ou “Jataí” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 11 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 741/2002 e 36/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás, com capacidade de licença instalada de 30 MW e uma linha de transmissão em 69 kV com 5 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de agosto de 2008. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 21 de agosto de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 3.086, em 05 de agosto de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 2.884, e em 30 de julho de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 2.798, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1, 2 e 3, respectivamente, todas com potência instalada de 10 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 20,35 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Jataí, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.301 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 30 de julho de 2038 para 20 de fevereiro de 2042. nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 19,91 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativos, no montante de R\$10.761 (R\$3.484 negativo em 31 de dezembro de 2023).

A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica “receita diferida” o valor total de R\$515 (R\$205 em 30 de junho de 2023).

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico – (“RRH”)

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”) nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs (“Desconto Mensal do Prêmio RRH”).

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$1.378 (R\$1.310 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$9.884 (R\$8.504 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações— Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

No período findo em 30 de junho de 2024 não houve remuneração relacionada a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023).

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa	126	277
	<u>126</u>	<u>277</u>

Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$19.593 em 30 de junho de 2024, (R\$18.320 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico ("PRRH"), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$9.655 (R\$8.279 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Desapropriações e servidões (a)	70	70
	<u>70</u>	<u>70</u>

(a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,91%	8.210	(740)	7.470	8.210
Turbina hidráulica	2,50%	13.946	(5.294)	8.652	8.827
Conduto forçado	3,13%	4.865	(2.281)	2.584	2.660
Gerador	3,33%	15.074	(7.692)	7.382	7.633
Comporta	3,33%	4.199	(2.089)	2.110	2.180
Subestação unitária	3,57%	5.048	(2.876)	2.172	2.262
Estrutura de tensão	3,57%	1.262	(636)	626	648
Casa de força produção hidráulica	2,00%	54.796	(16.950)	37.846	38.394
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	9.792	(2.615)	7.177	7.267
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	10.637	(4.953)	5.684	5.839
Imobilizado em curso	-	311	-	311	195
		<u>128.140</u>	<u>(46.126)</u>	<u>82.014</u>	<u>84.115</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à “ANEEL”, são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	52 anos

b) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>Custo</u>			
Terrenos	8.210	-	8.210
Turbina Hidráulica	13.946	-	13.946
Conduto forçado	4.865	-	4.865
Gerador	15.074	-	15.074
Comporta	4.199	-	4.199
Subestação unitária	5.048	-	5.048
Estrutura de tensão	1.262	-	1.262
Casa de força produção hidráulica	54.796	-	54.796
Reservatório, barragem, adutora	9.786	6	9.792
Outras máquinas e equipamentos	10.608	29	10.637
Imobilizado em curso	195	116	311
	<u>127.989</u>	<u>151</u>	<u>128.140</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>(-) Depreciação</u>			
Terrenos	-	(740)	(740)
Turbina Hidráulica	(5.119)	(175)	(5.294)
Conduto forçado	(2.205)	(76)	(2.281)
Gerador	(7.441)	(251)	(7.692)
Comporta	(2.019)	(70)	(2.089)
Subestação unitária	(2.786)	(90)	(2.876)
Estrutura de tensão	(614)	(22)	(636)
Casa de força produção hidráulica	(16.402)	(548)	(16.950)
Reservatório, barragem, adutora	(2.519)	(96)	(2.615)
Outras máquinas e equipamentos	(4.769)	(184)	(4.953)
	<u>(43.874)</u>	<u>(2.252)</u>	<u>(46.126)</u>
Imobilizado líquido	<u>84.115</u>	<u>(2.101)</u>	<u>82.014</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	8.210	1	-	8.211
Turbina Hidráulica	13.945	-	1	13.946
Conduto forçado	4.865	-	-	4.865
Gerador	15.075	-	(1)	15.074
Comporta	4.200	-	(1)	4.199
Subestação unitária	5.048	-	-	5.048
Estrutura de tensão	1.262	-	-	1.262
Casa de força produção hidráulica	54.795	-	1	54.796
Reservatório, barragem, adutora	9.967	45	-	10.012
Outras máquinas e equipamentos	10.555	31	-	10.586
Imobilizado em curso	128	40	-	168
	<u>128.050</u>	<u>117</u>	<u>-</u>	<u>128.167</u>

<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina Hidráulica	(4.770)	(175)	-	(4.945)
Conduto forçado	(2.053)	(76)	-	(2.129)
Gerador	(6.939)	(250)	-	(7.189)
Comporta	(1.879)	(71)	-	(1.950)
Subestação unitária	(2.605)	(91)	-	(2.696)
Estrutura de tensão	(569)	(22)	-	(591)
Casa de força produção hidráulica	(15.307)	(547)	-	(15.854)
Reservatório, barragem, adutora	(2.326)	(96)	-	(2.422)
Outras máquinas e equipamentos	(4.398)	(186)	-	(4.584)
	<u>(40.846)</u>	<u>(1.514)</u>	<u>-</u>	<u>(42.360)</u>
Imobilizado líquido	<u>87.204</u>	<u>(1.397)</u>	<u>-</u>	<u>85.807</u>

9. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,91%	98	98
Software	20%	154	154
Medidas compensatórias	20%	4.905	4.822
Registro de terras	-	16	16
Amortização acumulada		(3.297)	(2.948)
		<u>1.876</u>	<u>2.142</u>

b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Servidões	98	-	98
Software	154	-	154
Medidas compensatórias	4.822	83	4.905
Registro de terras	16	-	16
	<u>5.090</u>	<u>83</u>	<u>5.173</u>

(-) Amortização

Servidões	-	(9)	(9)
Software	(80)	(14)	(94)
Medidas compensatórias	(2.868)	(326)	(3.194)
	<u>(2.948)</u>	<u>(349)</u>	<u>(3.297)</u>

Intangível líquido

	<u>2.142</u>	<u>(266)</u>	<u>1.876</u>
--	--------------	--------------	--------------

	31/12/2022	Adições	30/06/2023
<u>Custo</u>			
Servidões	98	-	98
Software	154	-	154
Medidas compensatórias	3.128	1	3.129
Registro de terras	38	-	38
	<u>3.418</u>	<u>1</u>	<u>3.419</u>

(-) Amortização

Software	(51)	(14)	(65)
Medidas compensatórias	(2.442)	(213)	(2.655)
	<u>(2.493)</u>	<u>(227)</u>	<u>(2.720)</u>

Intangível líquido

	<u>925</u>	<u>(226)</u>	<u>699</u>
--	------------	--------------	------------

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

<u>Passivo circulante – fornecedores</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brasil PCH S.A.	4	339
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PCHPAR Participações S.A.	10.667	11.654

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher (a)	8.158	178
Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	76	77
PIS e COFINS não cumulativo a recolher	411	-
Tributos diferidos (c)	81	87
Outros tributos a recolher	92	116
	<u>8.818</u>	<u>458</u>
Passivo circulante	8.818	458

a) Saldo impostos a recolher apurados no regime de Lucro Real deduzidos dos recolhimentos por estimativa durante o período de 2024.

b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

## 12. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	736	940
Total	<u>736</u>	<u>940</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	940	311	(515)	736
	<u>940</u>	<u>311</u>	<u>(515)</u>	<u>736</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	339	63	(205)	197
	<u>339</u>	<u>63</u>	<u>(205)</u>	<u>197</u>

- (a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, ratado na nota explicativa 1.1.

13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	122	7	-	-	129
Provisão para medidas compensatórias(b)	2.309	83	(285)	36	2.143
Provisão para registro de terras (c)	16	-	-	-	16
Provisão para indenizações de terras (d)	41	-	-	-	41
Total	<u>2.488</u>	<u>90</u>	<u>(285)</u>	<u>36</u>	<u>2.329</u>
Passivo circulante	805				568
Passivo não circulante	1.683				1.761
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	318	45	-	5	368
Provisão para medidas compensatórias(b)	1.404	3	(414)	26	1.019
Provisão para registro de terras (c)	38	-	-	-	38
Provisão para indenizações de terras (d)	41	-	-	-	41
Total	<u>1.801</u>	<u>48</u>	<u>(414)</u>	<u>31</u>	<u>1.466</u>
Passivo circulante	504				126
Passivo não circulante	1.297				1.340

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 13 de junho de 2013, com prazo de 1 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e instituísem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que o valor das indenizações está provisionado nessa rubrica.

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$44.541 e está representado por 33.111.830 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

##### b) Reservas

###### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

###### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

##### c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.981
Dividendos distribuídos	29.369
Dividendos pagos	<u>(32.350)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.654
Dividendos distribuídos	27.769
Dividendos pagos	<u>(28.756)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>10.667</u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$18.097 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$30.794 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	38.055	39.890
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>204</u>	<u>165</u>
	<u>38.259</u>	<u>40.055</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(3.520)	(1.456)
PIS e COFINS diferido	<u>30</u>	<u>(6)</u>
	<u>(3.490)</u>	<u>(1.462)</u>
Receita líquida de vendas	<u>34.769</u>	<u>38.593</u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização (*)	(2.524)	(1.741)
Repactuação do risco hidrológico	(1.378)	(1.310)
Pessoal e administradores	(1.891)	(1.844)
Manutenção	(426)	(493)
Serviços de terceiros	(21)	(23)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(416)	(483)
Seguros	(517)	(445)
Operação	(69)	(83)
Meio Ambiente	(15)	(10)
Tributos	(10)	(6)
Taxas setoriais	(62)	(57)
Outras despesas, líquidas	(97)	(87)
	<u>(7.426)</u>	<u>(6.582)</u>
Custo das vendas de energia	(6.607)	(5.701)
Outras despesas, líquidas	(819)	(881)

(\*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS R\$77, decorrentes de aquisição de imobilizado em função da modalidade de apuração do lucro tributário da companhia.

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(36)	(31)
Imposto sobre operações financeiras	(42)	(52)
Outras despesas	(1)	2
	<u>(79)</u>	<u>(81)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	99	129
	<u>99</u>	<u>129</u>
Total líquido	<u>20</u>	<u>48</u>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, atingiu o faturamento superior a R\$78.000 consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2024, adotou a modalidade de apuração pelo regime de lucro real. Desta forma, calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real (lucro presumido em 30 de junho de 2023). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>30/06/2024</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	27.363
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(9.303)</u>
Exclusões (adições) permanentes:	
Crédito não constituído	37
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>(9.266)</u></u>
Correntes	(9.291)
Diferidos	25

	<u>30/06/2023</u>	
	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>
Receita corrente	39.890	39.890
Receita diferida	165	165
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	129	129
Base de cálculo	<u>3.333</u>	<u>4.936</u>
Alíquota nominal	25%	9%
Imposto sobre o resultado	<u>(833)</u>	<u>(444)</u>
Diferença de alíquota (*)	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u><u>(821)</u></u>	<u><u>(444)</u></u>
Correntes	(818)	(442)
Diferidos	(3)	(2)

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses
Fornecedores	63	63	63
Total	63	63	63

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Aplicações financeiras	5	126	277
Contas a receber	6	19.593	18.320
Depósitos judiciais	7	70	70
Outros ativos		100	168
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		63	369

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição			Cenário I	Cenário II	Cenário III
		30/06/2024	Risco	Impacto			
Aplicação financeira	5	126	Baixa do CDI	Resultado	13	10	7

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

20. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	90	48
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.137	17

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG – 117.577/O-2

# **Monte Serrat Energética S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Monte Serrat Energética S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Monte Serrat Energética S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034273

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

MONTE SERRAT ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.195	-	Fornecedores		90	419
Aplicações financeiras	5	134	299	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		10	106
Contas a receber de clientes	6	17.674	16.477	Impostos e contribuições a recolher		339	354
Impostos a recuperar		562	563	Provisão para férias e 13º salário		189	138
Despesas antecipadas		9	588	Receita diferida	11	70	-
Outros ativos circulantes		34	81	Provisões para compromissos futuros	12	280	595
Total dos ativos circulantes		<u>19.608</u>	<u>18.008</u>	Dividendos a pagar	10 e 14	2.795	3.882
				Outros passivos	1.2	8.850	7.615
				Total dos passivos circulantes		<u>12.623</u>	<u>13.109</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos diferidos		8	-	Provisões para compromissos futuros	12	2.951	3.167
Depósitos judiciais	7	819	801	Provisões para riscos	13	81	81
Imobilizado	8	93.333	95.449	Total dos passivos não circulantes		<u>3.032</u>	<u>3.248</u>
Intangível	9	806	802				
Total dos ativos não circulantes		<u>94.966</u>	<u>97.052</u>				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	14	60.311	60.311
				Dividendos adicionais propostos		26.546	26.330
				Reservas de lucros		<u>12.062</u>	<u>12.062</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>98.919</u>	<u>98.703</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>114.574</u>	<u>115.060</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>114.574</u>	<u>115.060</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

MONTE SERRAT ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	33.184	34.848
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	8, 9 e 16	(1.867)	(1.985)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 16	(1.234)	(1.173)
Custos com pessoal		(887)	(845)
Custo com seguros		(590)	(519)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(372)	(321)
Custos com manutenção		(355)	(380)
Taxas setoriais		(52)	(47)
Custos com operação		(51)	(82)
Custo com meio ambiente		(33)	(10)
Outros custos		(5)	(13)
	16	<u>(5.446)</u>	<u>(5.375)</u>
LUCRO BRUTO		<u>27.738</u>	<u>29.473</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(71)	(127)
Despesas administrativas e gerais		(58)	(45)
Outras despesas operacionais		(50)	(49)
	16	<u>(179)</u>	<u>(221)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>27.559</u>	<u>29.252</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(62)	(108)
Receitas financeiras	17	142	221
		80	113
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>27.639</u>	<u>29.365</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	18	(1.097)	(1.159)
Diferido	18	4	(6)
		<u>(1.093)</u>	<u>(1.165)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>26.546</u>	<u>28.200</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,92	0,97
Quantidade média ponderada de ações		28.973.420	28.973.420

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

MONTE SERRAT ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.546	28.200
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>26.546</u>	<u>28.200</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

---

MONTE SERRAT ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		60.311	12.062	32.478	-	104.851
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,94 por ação)	14 (c)	-	-	(27.205)	-	(27.205)
Lucro líquido do período		-	-	-	28.200	28.200
Dividendos propostos (R\$0,97 por ação)	14 (d)	-	-	28.200	(28.200)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>60.311</u>	<u>12.062</u>	<u>33.473</u>	<u>-</u>	<u>105.846</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		60.311	12.062	26.330	-	98.703
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,91 por ação)	14 (c)	-	-	(26.330)	-	(26.330)
Lucro líquido do período		-	-	-	26.546	26.546
Dividendos propostos (R\$0,92 por ação)	14 (d)	-	-	26.546	(26.546)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>60.311</u>	<u>12.062</u>	<u>26.546</u>	<u>-</u>	<u>98.919</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**MONTE SERRAT ENERGÉTICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		27.639	29.365
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	17	(99)	(118)
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	17	(12)	(7)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	12 e 17	15	48
Depreciação e amortização	8, 9 e 16	1.867	1.985
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 16	1.234	1.173
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		105	(257)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	22	90
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		(8)	6
Provisão para riscos	13	-	2
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.197)	1.447
Impostos a recuperar		(764)	(309)
Despesas antecipadas		579	499
Outros ativos		(10)	1
Fornecedores		(343)	(111)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(96)	(107)
Impostos e contribuições a recolher		(23)	(92)
Provisão de férias e 13º salário		51	68
Depósitos judiciais		(6)	(26)
Outros passivos		1	4
Pagamento compromissos futuros	12	(73)	(68)
Caixa gerado nas operações		28.882	33.593
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(320)	(1.148)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		28.562	32.445
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Resgates em aplicações financeiras		264	81
Aquisição de imobilizado e intangível	8, 9 e 21	(214)	(245)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos		50	(164)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Dividendos pagos	14	(27.417)	(30.201)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(27.417)	(30.201)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	-	2.842
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1.195	4.922
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>1.195</b>			
<b>2.080</b>			

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## MONTE SERRAT ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Monte Serrat Energética S.A. (“Companhia” ou “Monte Serrat” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares - Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 356/2001 e 133/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 25 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 18 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFRA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 13 de fevereiro de 2009, conforme Despacho ANEEL nº 562, e em 17 de fevereiro de 2009, conforme Despacho ANEEL nº 630, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 12,5 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 25 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 18,28 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol MTS, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.389 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 13 de fevereiro de 2039 para 3 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 17,83 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivo, no montante de R\$6.985 (R\$4.899 positivos em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão adicionados no faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica “outros ativos circulantes” o valor total de R\$ 22 (R\$ 90 em 30 de junho de 2023).

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico – (“RRH”)

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”) nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$ 9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs (“Desconto Mensal do Prêmio RRH”).

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$ 1.234 (R\$ 1.173 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$ 8.850 (R\$ 7.615 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários	1.195	-
	<u>1.195</u>	<u>-</u>

As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco com risco insignificante de mudança de valor justo, e remuneradas por taxas de mercado de 97% a 100% (99% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	134	299
	<u>134</u>	<u>299</u>

Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$ 17.674 em 30 de junho de 2024, (R\$ 16.477 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico ("PRRH"), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$ 8.646 (R\$ 7.414 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Desapropriações e servidões (a)	819	801
	<u>819</u>	<u>801</u>

(a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito. Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

## 8. IMOBILIZADO

### a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,88%	2.503	(140)	2.363	3.047
Turbina hidráulica	2,50%	30.703	(11.234)	19.469	19.850
Conduto forçado	3,13%	186	(73)	113	116
Gerador	3,33%	13.044	(6.521)	6.523	6.740
Comporta	3,33%	6.639	(2.962)	3.676	3.787
Subestação unitária	3,57%	3.998	(2.198)	1.800	1.872
Estrutura de tensão	3,57%	754	(389)	365	379
Casa de força produção hidráulica	2,00%	66.317	(20.096)	46.221	46.888
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	11.890	(3.266)	8.624	8.689
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	7.054	(3.258)	3.796	3.869
Imobilizado em curso	-	383	-	383	212
		<u>143.471</u>	<u>(50.137)</u>	<u>93.333</u>	<u>95.449</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à "ANEEL", são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

#### Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	53 anos

### b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	Baixas	30/06/2024
<u>Custo</u>				
Terrenos	3.047	11	(555)	2.503
Turbina Hidráulica	30.700	3	-	30.703
Conduto forçado	186	-	-	186
Gerador	13.044	-	-	13.044
Comporta	6.639	-	-	6.639
Subestação unitária	3.998	-	-	3.998
Estrutura de tensão	754	-	-	754
Casa de força produção hidráulica	66.321	-	(4)	66.317
Reservatório, barragem, adutora	11.845	45	-	11.890
Outras máquinas e equipamentos	6.996	58	-	7.054
Imobilizado em curso	212	171	-	383
	<u>143.742</u>	<u>288</u>	<u>(559)</u>	<u>143.471</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Terrenos	-	(140)	-	(140)
Turbina Hidráulica	(10.850)	(384)	-	(11.234)
Conduto forçado	(70)	(3)	-	(73)
Gerador	(6.304)	(217)	-	(6.521)
Comporta	(2.852)	(111)	-	(2.963)
Subestação unitária	(2.126)	(72)	-	(2.198)
Estrutura de tensão	(375)	(14)	-	(389)
Casa de força produção hidráulica	(19.433)	(663)	-	(20.096)
Reservatório, barragem, adutora	(3.156)	(110)	-	(3.266)
Outras máquinas e equipamentos	(3.127)	(131)	-	(3.258)
	<u>(48.293)</u>	<u>(1.845)</u>	<u>-</u>	<u>(50.138)</u>
Imobilizado líquido	<u>95.449</u>	<u>(1.557)</u>	<u>(559)</u>	<u>93.333</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	2.817	13	1	2.831
Turbina Hidráulica	30.695	-	-	30.695
Conduto forçado	186	-	-	186
Gerador	13.022	-	-	13.022
Comporta	6.639	-	-	6.639
Subestação unitária	3.998	-	-	3.998
Estrutura de tensão	754	-	-	754
Casa de força produção hidráulica	66.228	81	-	66.309
Reservatório, barragem, adutora	11.454	102	-	11.556
Outras máquinas e equipamentos	6.824	132	-	6.956
Imobilizado em curso	196	7	(1)	202
	<u>142.813</u>	<u>335</u>	<u>-</u>	<u>143.148</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina Hidráulica	(10.083)	(383)	-	(10.466)
Conduto forçado	(64)	(3)	-	(67)
Gerador	(5.870)	(217)	-	(6.087)
Comporta	(2.630)	(110)	-	(2.740)
Subestação unitária	(1.984)	(71)	-	(2.055)
Estrutura de tensão	(348)	(13)	-	(361)
Casa de força produção hidráulica	(18.104)	(665)	-	(18.769)
Reservatório, barragem, adutora	(2.936)	(110)	-	(3.046)
Outras máquinas e equipamentos	(2.866)	(130)	-	(2.996)
	<u>(44.885)</u>	<u>(1.702)</u>	<u>-</u>	<u>(46.587)</u>
Imobilizado líquido	<u>97.928</u>	<u>(1.367)</u>	<u>-</u>	<u>96.561</u>

9. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,88%	76	76
Software	20%	77	77
Medidas compensatórias	20%	1.692	1.673
Indenização de terras	-	320	313
Legalização de terras	-	363	363
Amortização acumulada		(1.722)	(1.700)
		<u>806</u>	<u>802</u>

b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Servidões	76	-	76
Software	77	-	77
Medidas compensatórias	1.673	19	1.692
Indenização de terras	313	7	320
Registro de terras	363	-	363
	<u>2.502</u>	<u>26</u>	<u>2.528</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Servidões	-	(7)	(7)
Software	(46)	(6)	(52)
Medidas compensatórias	(1.654)	(9)	(1.663)
	<u>(1.700)</u>	<u>(22)</u>	<u>(1.722)</u>
Intangível líquido	<u>802</u>	<u>4</u>	<u>806</u>

	31/12/2022	Adições	30/06/2023
<u>Custo</u>			
Servidões	76	-	76
Software	77	-	77
Medidas compensatórias	2.044	75	2.119
Indenização de terras	307	8	315
Registro de terras	189	-	189
	<u>2.693</u>	<u>83</u>	<u>2.776</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Software	(33)	(6)	(39)
Medidas compensatórias	(1.922)	(276)	(2.198)
	<u>(1.955)</u>	<u>(282)</u>	<u>(2.237)</u>
Intangível líquido	<u>738</u>	<u>(199)</u>	<u>539</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

<u>Passivo circulante – fornecedores</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brasil PCH S.A.	5	388
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PCHPAR Participações S.A.	2.795	3.882

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. RECEITA DIFERIDA

## a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	70	-
Total	<u>70</u>	<u>-</u>

## b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	Constituição e atualização	Realização	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	-	70	-	70
Total	<u>-</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>70</u>

Não há movimentação para o período para o período entre 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023.

- (a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais tratado na nota explicativa 1.1.

## 12. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	1.929	-	(510)	-	-	1.419
Provisão para medidas compensatórias (b)	682	19	-	(73)	15	643
Provisão para registro de terras (c)	363	-	-	-	-	363
Provisão para indenizações de terras (d)	788	18	-	-	-	806
<b>Total</b>	<b>3.762</b>	<b>37</b>	<b>(510)</b>	<b>(73)</b>	<b>15</b>	<b>3.231</b>
Passivo circulante	595					280
Passivo não circulante	3.167					2.951

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	1.386	47	-	-	13	1.446
Provisão para medidas compensatórias (b)	1.176	79	-	(68)	35	1.222
Provisão para registro de terras (c)	189	-	-	-	-	189
Provisão para indenizações de terras (d)	765	24	-	-	-	789
<b>Total</b>	<b>3.516</b>	<b>150</b>	<b>-</b>	<b>(68)</b>	<b>48</b>	<b>3.646</b>
Passivo circulante	740					742
Passivo não circulante	2.776					2.904

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA") de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 05 de abril de 2016, com prazo de 10 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e instituísem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que o valor das indenizações está provisionado nessa rubrica.

## 13. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões cíveis e trabalhistas.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhista	53	53
Cíveis	<u>28</u>	<u>28</u>
Total	<u><u>81</u></u>	<u><u>81</u></u>

Em 30 de junho de 2024, o saldo da provisão para riscos trabalhistas e cíveis era de R\$ 81 (R\$81 em 31 de dezembro de 2023), conforme a movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>30/06/2024</u>
Trabalhista	53	-	53
Cíveis	<u>28</u>	-	<u>28</u>
Total	<u><u>81</u></u>	<u>-</u>	<u><u>81</u></u>

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>30/06/2023</u>
Trabalhista	53	-	53
Cíveis	<u>25</u>	<u>2</u>	<u>27</u>
Total	<u><u>78</u></u>	<u><u>2</u></u>	<u><u>80</u></u>

A Companhia possui riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	1	1
Trabalhista (a)	875	875
Ambiental (b)	-	456
Total	<u><u>876</u></u>	<u><u>1.332</u></u>

(a) Reclamação trabalhista de responsabilidade subsidiária.

(b) Ação de indenização em que se discute Indenização/recomposição decorrentes da submersão de grande parte do Muro da Antiga Estrada de Ferro D. Pedro II.

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$60.311 e está representado por 28.973.420 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

##### b) Reservas

###### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

###### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

##### c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

###### Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.996
Dividendos distribuídos	27.205
Dividendos pagos	(30.201)
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>3.882</u>
Dividendos distribuídos	26.330
Dividendos pagos	(27.417)
Saldo em 30 de junho de 2024	2.795

##### d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$26.546 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$28.200 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

## 15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	34.568	36.002
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	(127)	167
	<u>34.441</u>	<u>36.169</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(1.261)	(1.314)
PIS e COFINS diferido	4	(7)
	<u>(1.257)</u>	<u>(1.321)</u>
Receita líquida	<u><u>33.184</u></u>	<u><u>34.848</u></u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(1.867)	(1.985)
Repactuação do risco hidrológico	(1.234)	(1.173)
Pessoal e administradores	(958)	(972)
Manutenção	(355)	(380)
Serviços de terceiros	(43)	(44)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(372)	(321)
Seguros	(590)	(519)
Operação	(51)	(82)
Meio ambiente	(33)	(10)
Tributos	(7)	(6)
Taxas setoriais	(52)	(47)
Outras despesas, líquidas	(63)	(57)
	<u>(5.625)</u>	<u>(5.596)</u>
Custo das vendas de energia	(5.446)	(5.375)
Outras despesas, líquidas	(179)	(221)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(15)	(47)
Imposto sobre operações financeiras	(46)	(60)
Outras despesas	(1)	(1)
	<u>(62)</u>	<u>(108)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	130	183
Atualização depósito judicial	12	38
	<u>142</u>	<u>221</u>
Total líquido	<u>80</u>	<u>113</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>30/06/2024</u>		<u>30/06/2023</u>	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	34.568	34.568	36.002	36.002
Receita diferida	(127)	(127)	167	167
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	130	130	183	183
Outras receitas financeiras	-	-	-	-
Base de cálculo	<u>2.885</u>	<u>4.263</u>	<u>3.077</u>	<u>4.523</u>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(721)	(384)	(769)	(407)
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(709)</u>	<u>(384)</u>	<u>(758)</u>	<u>(407)</u>
Correntes	(712)	(385)	(754)	(405)
Diferidos	3	1	(4)	(2)

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses
Fornecedores	90	90	90
Total	90	90	90

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.195	-
Aplicações financeiras	5	134	299
Contas a receber	6	17.674	16.477
Depósitos judiciais	7	819	801
Outros ativos		-	-
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		90	419

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição		Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		30/06/2024	Risco				
Caixa e equivalentes (CDB)	4	1.195	Baixa do CDI	Resultado	125	94	63
Aplicação financeira	5	134	Baixa do CDI	Resultado	14	11	7

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 20. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$ 80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$ 311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	(510)	-
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	473	150
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado		30
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	14	53
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	765	29

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG – 117.577/O-2

# **Retiro Velho Energética S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Retiro Velho Energética S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Retiro Velho Energética S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034276

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

RETIRO VELHO ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.180		1 Fornecedores		53	342
Aplicações financeiras	5	133		254 Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3	42
Contas a receber de clientes	6	12.790	11.892	Impostos e contribuições a recolher		286	294
Impostos a recuperar		405		404 Provisão para férias e 13º salário		100	73
Despesas antecipadas		7		502 Receita diferida	11	404	302
Outros ativos circulantes		6	-	Provisões para compromissos futuros	12	657	997
Total dos ativos circulantes		<u>15.521</u>	<u>13.053</u>	Dividendos a pagar	10 e 14	1.930	2.979
				Repactuação do risco hidrológico	1.2	<u>6.429</u>	<u>5.531</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>9.862</u>	<u>10.560</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições diferidos		33	19	Provisões para compromissos futuros	12	<u>3.957</u>	<u>3.815</u>
Depósitos judiciais	7	298	297	Total dos passivos não circulantes		<u>3.957</u>	<u>3.815</u>
Imobilizado	8	82.296	84.146				
Intangível	9	<u>2.618</u>	<u>2.836</u>				
Total dos ativos não circulantes		85.245	87.298	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	14	57.643	57.643
				Reservas de lucros		11.529	11.529
				Dividendos adicionais propostos		<u>17.775</u>	<u>16.804</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>86.947</u>	<u>85.976</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>100.766</u></u>	<u><u>100.351</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>100.766</u></u>	<u><u>100.351</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

RETIRO VELHO ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	23.924	25.145
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	8, 9 e 16	(2.360)	(1.767)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 16	(897)	(852)
Custo com seguros		(503)	(441)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(459)	(458)
Custos com pessoal		(407)	(377)
Custos com manutenção		(351)	(445)
Custos com operação		(82)	(79)
Taxas setoriais		(37)	(34)
Custo com meio ambiente		(27)	(5)
Outros custos		(11)	(6)
	16	(5.134)	(4.464)
LUCRO BRUTO		<u>18.790</u>	<u>20.681</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(75)	(74)
Despesas administrativas e gerais		(89)	(92)
Outras despesas operacionais		(86)	(20)
	16	(250)	(186)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>18.540</u>	<u>20.495</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(78)	(90)
Receitas financeiras	17	93	126
		15	36
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>18.555</u>	<u>20.531</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	18	(787)	(825)
Diferido	18	7	(8)
		(780)	(833)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>17.775</u>	<u>19.698</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,57	0,63
Quantidade média ponderada de ações	14	31.089.275	31.089.275

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

RETIRO VELHO ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	17.775	19.698
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>17.775</u>	<u>19.698</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

RETIRO VELHO ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

		<u>Reservas de lucros</u>		Dividendos	Lucros	Total do
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	adicionais propostos	acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		57.643	10.267	21.010	-	88.920
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,55 por ação)	14 (c)	-	-	(17.187)	-	(17.187)
Lucro líquido do período		-	-	-	19.698	19.698
Dividendos propostos (R\$0,63 por ação)	14 (d)	-	-	19.698	(19.698)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>57.643</u>	<u>10.267</u>	<u>23.521</u>	<u>-</u>	<u>91.431</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		57.643	11.529	16.804	-	85.976
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,54 por ação)	14 (c)	-	-	(16.804)	-	(16.804)
Lucro líquido do período		-	-	-	17.775	17.775
Dividendos propostos (R\$0,57 por ação)	14 (d)	-	-	17.775	(17.775)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>57.643</u>	<u>11.529</u>	<u>17.775</u>	<u>-</u>	<u>86.947</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**RETIRO VELHO ENERGÉTICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.555	20.531
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado com baixa de ativo imobilizado		-	(61)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	17	(73)	(84)
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	17	(1)	(7)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	12 e 17	45	44
Depreciação e amortização	8, 9 e 16	2.360	1.767
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 16	897	852
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA	11	275	(3)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	(173)	(244)
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		(14)	12
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(898)	1.052
Impostos a recuperar		(563)	(227)
Despesas antecipadas		495	424
Outros ativos		(6)	(9)
Fornecedores		(289)	(54)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(39)	(51)
Impostos e contribuições a recolher		-	(46)
Provisão de férias e 13º salário		27	14
Depósitos judiciais		-	2
Outros passivos		1	-
Pagamento compromissos futuros	12	(400)	(84)
Caixa gerado nas operações		20.199	23.828
<b>OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(226)	(821)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.973	23.007
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgates em aplicações financeiras		194	76
Aquisição de imobilizado e intangível	8, 9 e 21	(135)	(688)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento		59	(612)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	14	(17.853)	(20.112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(17.853)	(20.112)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>2.179</b>			
<b>2.283</b>			
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1	1.812
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	2.180	4.095
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>2.179</b>			
<b>2.283</b>			

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## RETIRO VELHO ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Retiro Velho Energética S.A. (“Companhia” ou “Retiro Velho” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 11 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 626/2002 e 76/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio da Prata, no Município de Aporé, em Goiás, com capacidade de licença instalada de 18 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 49 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 16 de junho de 2009, através do Despacho ANEEL nº 2.192, e em 18 de junho de 2009, conforme Despacho ANEEL nº 2.233, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 9 MW, atingindo assim sua capacidade total em operação de 18 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 13,15 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Retiro Velho, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.444 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei nº 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 16 de junho de 2039 para 30 de maio de 2043, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 12,96 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivo, no montante de R\$5.659 (R\$2.493 positivos em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica “receita diferida” o valor total de R\$173 (R\$244 em 30 de junho de 2023).

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico – (“RRH”)

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”) nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs (“Desconto Mensal do Prêmio RRH”).

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$897 (R\$852 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$6.429 (R\$5.531 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações— Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1	1
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (i)	2.179	-
	<u>2.180</u>	<u>1</u>

- (i) As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco com risco insignificante de mudança de valor justo. e remuneradas por taxas de mercado de 97% a 100% (98% a 101,5% em 31 de dezembro 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimento em renda fixa	133	254
	<u>133</u>	<u>254</u>

Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$12.790 em 30 de junho de 2024, (R\$11.892 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico ("PRRH"), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$6.280 (R\$5.385 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Desapropriações e servidões (a)	257	256
Trabalhistas (b)	41	41
	<u>298</u>	<u>297</u>

- (a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso.

Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

- (b) A Companhia é responsável e corresponsável de processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

## 8. IMOBILIZADO

## a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos	1,86%	6.472	(509)	5.963	6.472
Turbina hidráulica	2,50%	10.922	(3.919)	7.003	7.131
Conduto forçado	3,13%	7.617	(3.571)	4.046	4.165
Gerador	3,33%	9.219	(4.571)	4.648	4.796
Comporta	3,33%	3.033	(1.420)	1.613	1.663
Subestação unitária	3,57%	10.514	(5.647)	4.867	5.055
Estrutura de tensão	3,57%	5.543	(2.641)	2.902	3.002
Casa de força produção hidráulica	2,00%	27.956	(8.211)	19.745	20.025
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	35.929	(9.760)	26.169	26.443
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	8.744	(3.800)	4.944	5.064
Imobilizado em curso	-	396	-	396	329
		<u>126.345</u>	<u>(44.049)</u>	<u>82.296</u>	<u>84.145</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à "ANEEL", são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	54 anos

## b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	Baixas	30/06/2024
<u>Custo</u>				
Terrenos	6.472	-	-	6.472
Turbina Hidráulica	10.914	8	-	10.922
Conduto forçado	7.617	-	-	7.617
Gerador	9.214	5	-	9.219
Comporta	3.033	-	-	3.033
Subestação unitária	10.514	-	-	10.514
Estrutura de tensão	5.543	-	-	5.543
Casa de força produção hidráulica	27.956	-	-	27.956
Reservatório, barragem, adutora	35.861	68	-	35.929
Outras máquinas e equipamentos	8.701	43	-	8.744
Imobilizado em curso	329	67	-	396
	<u>126.154</u>	<u>191</u>	<u>-</u>	<u>126.345</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2024</u>	
<u>(-) Depreciação</u>					
Terrenos (*)	-	(509)	-	(509)	
Turbina Hidráulica	(3.783)	(136)	-	(3.919)	
Conduto forçado	(3.452)	(119)	-	(3.571)	
Gerador	(4.418)	(153)	-	(4.571)	
Comporta	(1.370)	(50)	-	(1.420)	
Subestação unitária	(5.459)	(188)	-	(5.647)	
Estrutura de tensão	(2.541)	(100)	-	(2.641)	
Casa de força produção hidráulica	(7.931)	(280)	-	(8.211)	
Reservatório, barragem, adutora	(9.418)	(342)	-	(9.760)	
Outras máquinas e equipamentos	(3.637)	(163)	-	(3.800)	
	<u>(42.009)</u>	<u>(2.040)</u>	<u>-</u>	<u>(44.049)</u>	
Imobilizado líquido	<u>84.145</u>	<u>(1.849)</u>	<u>-</u>	<u>82.296</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	6.472	-	-	-	6.472
Turbina Hidráulica	10.910	3	-	1	10.914
Conduto forçado	7.617	-	-	-	7.617
Gerador	9.214	-	-	-	9.214
Comporta	3.034	-	-	(1)	3.033
Subestação unitária	10.604	-	(90)	-	10.514
Estrutura de tensão	5.171	402	(30)	-	5.543
Casa de força produção hidráulica	27.821	135	-	-	27.956
Reservatório, barragem, adutora	36.921	43	-	(1)	36.963
Outras máquinas e equipamentos	7.931	29	-	1	7.961
Imobilizado em curso	142	201	-	-	343
	<u>125.837</u>	<u>812</u>	<u>(120)</u>	<u>-</u>	<u>126.530</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina Hidráulica	(3.510)	(136)	-	-	(3.646)
Conduto forçado	(3.214)	(119)	-	-	(3.333)
Gerador	(4.110)	(154)	-	-	(4.264)
Comporta	(1.269)	(50)	-	-	(1.319)
Subestação unitária	(5.126)	(189)	45	-	(5.270)
Estrutura de tensão	(2.358)	(99)	14	-	(2.443)
Casa de força produção hidráulica	(7.372)	(279)	-	-	(7.651)
Reservatório, barragem, adutora	(8.738)	(340)	-	-	(9.078)
Outras máquinas e equipamentos	(3.335)	(147)	-	-	(3.482)
	<u>(39.032)</u>	<u>(1.513)</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>(40.486)</u>
Imobilizado líquido	<u>86.805</u>	<u>(699)</u>	<u>(61)</u>	<u>-</u>	<u>86.044</u>

## 9. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,86%	334	334
Software	20%	361	361
Medidas compensatórias	20%	4.951	4.849
Registro de terras	-	156	156
Amortização acumulada		(3.184)	(2.864)
		<u>2.618</u>	<u>2.836</u>

## b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Servidões	334	-	334
Software	361	-	361
Medidas compensatórias	4.849	102	4.951
Registro de terras	156	-	156
	<u>5.700</u>	<u>102</u>	<u>5.802</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Servidões	-	(30)	(30)
Software	(114)	(33)	(147)
Medidas compensatórias	(2.750)	(257)	(3.007)
	<u>(2.864)</u>	<u>(320)</u>	<u>(3.184)</u>
Intangível líquido	<u>2.836</u>	<u>(218)</u>	<u>2.618</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>			
Servidões	335	-	335
Software	177	-	177
Medidas compensatórias	2.973	9	2.982
Registro de terras	158	-	158
	<u>3.643</u>	<u>9</u>	<u>3.652</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Software	(77)	(15)	(92)
Medidas compensatórias	(2.272)	(239)	(2.511)
	<u>(2.349)</u>	<u>(254)</u>	<u>(2.603)</u>
Intangível líquido	<u>1.294</u>	<u>(245)</u>	<u>1.049</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

<u>Passivo circulante – fornecedores</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brasil PCH S.A.	4	331
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PCHPAR Participações S.A.	1.930	2.979

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. RECEITA DIFERIDA

## a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	404	302
	<u>404</u>	<u>302</u>

## b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	302	275	(173)	404
	<u>302</u>	<u>275</u>	<u>(173)</u>	<u>404</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	444	35	(244)	235
	<u>444</u>	<u>35</u>	<u>(244)</u>	<u>235</u>

- (a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais tratado na nota explicativa nº 1.1.

## 12. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	1.366	55	(28)	10	1.403
Provisão para medidas compensatórias (b)	2.570	102	(372)	35	2.335
Provisão para registro de terras (c)	156	-	-	-	156
Provisão para indenizações de terras (d)	720	-	-	-	720
Total	<u>4.812</u>	<u>157</u>	<u>(400)</u>	<u>45</u>	<u>4.614</u>
Passivo circulante	997				657
Passivo não circulante	3.815				3.957

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	2.636	34	-	14	2.684
Provisão para medidas compensatórias (b)	988	18	(84)	30	952
Provisão para registro de terras (c)	158	-	-	-	158
Provisão para indenizações de terras (d)	720	-	-	-	720
Total	<u>4.502</u>	<u>52</u>	<u>(84)</u>	<u>44</u>	<u>4.514</u>
Passivo circulante	698				679
Passivo não circulante	3.804				3.835

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.

- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 16 de outubro de 2013, com prazo de 5 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e instituíssem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que o valor das indenizações estão provisionados nessa rubrica.

### 13. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia possui riscos relativos a questões ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Vale ressaltar que a Companhia não possui riscos de perda “provável”.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ambiental (a)	221	521
Total	<u>221</u>	<u>521</u>

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$57.643 e está representado por 31.089.275 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

#### b) Reservas

##### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal

##### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.925
Dividendos distribuídos	17.187
Dividendos pagos	<u>(20.112)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.979
Dividendos distribuídos	16.804
Dividendos pagos	<u>(17.853)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u><u>1.930</u></u>

## d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$17.773 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$19.698 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária – AGE.

## 15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	24.929	25.850
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>(103)</u>	<u>247</u>
	<u>24.826</u>	<u>26.097</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(910)	(944)
PIS e COFINS diferido	<u>8</u>	<u>(8)</u>
	<u>(902)</u>	<u>(952)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>23.924</u></u>	<u><u>25.145</u></u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(2.360)	(1.767)
Repactuação do risco hidrológico	(897)	(852)
Pessoal e administradores	(482)	(451)
Manutenção	(351)	(445)
Serviços de terceiros	(83)	(14)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(459)	(458)
Seguros	(503)	(441)
Operação	(82)	(79)
Meio Ambiente	(27)	(5)
Tributos	(5)	(6)
Taxas setoriais	(37)	(34)
Outras receitas, líquidas	1	-
Outras despesas, líquidas	(99)	(98)
	<u>(5.384)</u>	<u>(4.650)</u>
Custo das vendas de energia	(5.134)	(4.464)
Outras receitas e despesas, líquidas	(250)	(186)

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Atualização financeira sobre a receita diferida e os compromissos futuros	(45)	(44)
Impostos sobre operações financeiras	(32)	(45)
Outras despesas	(1)	(1)
	<u>(78)</u>	<u>(90)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	92	119
Atualização depósito judicial	1	7
	<u>93</u>	<u>126</u>
Total líquido	<u>15</u>	<u>36</u>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	24.929	24.929	25.850	25.850
Receita diferida	(103)	(103)	247	247
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	92	92	119	119
Outras receitas	1	1	-	-
Base de cálculo	2.079	3.072	2.207	3.251
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(516)	(276)	(552)	(293)
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(504)	(276)	(540)	(293)
Correntes	(509)	(278)	(535)	(290)
Diferidos	5	2	(5)	(3)

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	53	53	53
Total	<u>53</u>	<u>53</u>	<u>53</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.180	1
Aplicações financeiras	5	133	254
Contas a receber	6	12.790	11.892
Depósitos judiciais	7	298	297
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		53	342

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição		Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		30/06/2024	Risco				
Caixa e equivalentes (CDB)	4	2.179	Baixa do CDI	Resultado	229	172	114
Aplicação financeira	5	133	Baixa do CDI	Resultado	14	10	7

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 20. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	157	52
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	3	81
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	562	16

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC nº MG 117577/O-2

---

# **Santa Fé Energética S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Santa Fé Energética S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Santa Fé Energética S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034277

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	22.338	Fornecedores		237	476
Aplicações financeiras	5	140	321	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		31	258
Contas a receber de clientes	6	25.509	23.775	Impostos e contribuições a recolher	11	11.742	23.153
Impostos a recuperar		813	843	Provisão para férias e 13º salário		330	300
Despesas antecipadas		9	609	Provisões para compromissos futuros	12	1.483	1.858
Outros ativos circulantes		131	245	Dividendos a pagar	10 e 14	27.421	38.583
		<u>26.603</u>	<u>48.131</u>	Outros passivos	1.2	12.768	10.985
						<u>54.012</u>	<u>75.613</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições diferidos		6	-	Provisões para compromissos futuros	12	14.708	17.864
Depósitos judiciais	7	11.103	9.809	Provisões para riscos	13	909	909
Imobilizado	8	128.184	133.733	Impostos e contribuições a recolher	11	6.891	6.891
Intangível	9	6.075	6.213			<u>22.508</u>	<u>25.664</u>
		<u>145.368</u>	<u>149.755</u>				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14		
				Capital social		59.134	59.134
				Dividendos adicionais propostos		24.491	25.649
				Reservas de lucros		<u>11.826</u>	<u>11.826</u>
						<u>95.451</u>	<u>96.609</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>171.971</u>	<u>197.886</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>171.971</u>	<u>197.886</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
	explicativa		
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	45.168	47.288
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Repactuação do risco hidrológico	1.2	(1.781)	(1.693)
Custos com depreciação e amortização		(2.411)	(2.236)
Custos com pessoal		(760)	(789)
Custo com seguros		(610)	(557)
Custos com manutenção		(542)	(452)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(406)	(359)
Custos com operação		(168)	(147)
Taxas setoriais		(62)	(57)
Custo com meio ambiente		(18)	(11)
Outros custos		(3)	(5)
	16	<u>(6.761)</u>	<u>(6.306)</u>
LUCRO BRUTO		<u>38.407</u>	<u>40.982</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(852)	(827)
Despesas administrativas e gerais		(302)	(303)
Outras despesas operacionais		<u>(1.091)</u>	<u>(1.373)</u>
	16	<u>(2.245)</u>	<u>(2.503)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>36.162</u>	<u>38.479</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(106)	(152)
Receitas financeiras	17	<u>386</u>	<u>397</u>
		280	245
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>36.442</u>	<u>38.724</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	18	(11.949)	(13.232)
Diferido	18	<u>(2)</u>	<u>(5)</u>
		(11.951)	(13.237)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>24.491</u>	<u>25.487</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,52	0,54
Quantidade média ponderada de ações	14	46.817.622	46.817.622

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	24.491	25.487
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>24.491</u>	<u>25.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		59.134	11.826	41.505	-	112.465
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,26 por ação)	14 (c)	-	-	(12.390)	-	(12.390)
Lucro líquido do período		-	-	-	25.487	25.487
Dividendos propostos (R\$ 0,54 por ação)	14 (d)	-	-	25.487	(25.487)	-
						-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>59.134</u>	<u>11.826</u>	<u>54.602</u>	<u>-</u>	<u>125.562</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		59.134	11.826	25.649	-	96.609
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,55 por ação)	14 (c)	-	-	(25.649)	-	(25.649)
Lucro líquido do período		-	-	-	24.491	24.491
Dividendos propostos (R\$0,52 por ação)	14 (d)	-	-	24.491	(24.491)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>59.134</u>	<u>11.826</u>	<u>24.491</u>	<u>-</u>	<u>95.451</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA O PERÍODO FINDO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.442	38.724
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	17	(34)	(35)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(138)	(159)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	12 e 17	45	77
Depreciação e amortização	8, 9 e 16	2.411	2.236
Amortização prêmio de risco (reapctuação do risco hidrológico)	1.2 e 16	1.781	1.693
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		(43)	(317)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	96	168
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes do PROINFA		(6)	5
Provisão para riscos	13	-	(17)
Atualização sobre provisões de riscos	13	-	1
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	6	(1.734)	2.032
Impostos a recuperar		(1.027)	(405)
Despesas antecipadas		600	537
Outros ativos		61	(15)
Fornecedores		(263)	25
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(227)	(234)
Impostos e contribuições a recolher		(341)	(769)
Provisão de férias e 13º salário		30	56
Pagamento compromissos futuros	12	(210)	(247)
Outros passivos		<u>2</u>	<u>1</u>
Caixa gerado nas operações		37.445	43.357
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Depósitos judiciais		(1.260)	(2.047)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		<u>(21.787)</u>	<u>(22.446)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>14.398</u>	<u>18.864</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		319	181
Aquisição de imobilizado e intangível	8, 9 e 21	<u>(243)</u>	<u>(626)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>76</u>	<u>(445)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Dividendos pagos	14	<u>(36.811)</u>	<u>(30.973)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(36.811)</u>	<u>(30.973)</u>
<b>REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(22.337)</u>	<u>(12.554)</u>
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	22.338	15.467
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1	2.913
<b>REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(22.337)</u>	<u>(12.554)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Fé Energética S.A. (“Companhia” ou “Santa Fé” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A. e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 608/2002 e nº 121/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017, e está localizada no Rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ), com capacidade de licença instalada de 30 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com de 11km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de julho de 2008. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 9 de maio de 2008, através do Despacho ANEEL nº 1.806, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 15 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 26,10 MW médios. Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Santa Fé, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.283 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 9 de maio de 2038 para 14 de novembro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 25,72 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativos, no montante de R\$27.409 (R\$27.482 negativos em 31 de dezembro de 2023).

A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo.

Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão adicionados no faturamento da Santa Fé em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica “outros ativos circulantes” o valor total de R\$ 96 (R\$ 168 em 30 de junho de 2023).

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico – (“RRH”)

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”) nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$ 9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs (“Desconto Mensal do Prêmio RRH”).

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$ 1.781 (R\$ 1.693 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$ 12.768 (R\$ 10.985 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

### 1.3. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

Em agosto de 2020, a Santa Fé inspecionou o túnel de adução do empreendimento com uso de veículo submersível remotamente operado (“ROV”), quando foi possível identificar o colapso parcial da estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recuperação da estrutura foram devidamente programadas, tendo sido iniciadas no mês de maio de 2021 e finalizadas no mês de julho do mesmo ano.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Santa Fé reconheceu em seu resultado a baixa contábil do valor residual dos ativos no trecho danificado do túnel de adução, no valor de R\$940, enquanto os gastos despendidos com a recuperação da estrutura do túnel de adução, também durante o exercício de 2021, foram reconhecidos como ativo imobilizado, sob a rubrica “Reservatório, Barragem e Adutora”.

No âmbito da cobertura de seguros de riscos operacionais, foi instaurado o processo de regulação junto à seguradora com vistas ao devido amparo securitário, tendo sido indenizado à Companhia os montantes de R\$ 17.500 e R\$ 3.797, nos exercícios de 2022 e 2023, respectivamente, totalizando a importância de R\$ 21.297, reconhecida no resultado sob a rubrica de “Receita com Indenizações Recebidas”, encerrando o sinistro.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição das alterações
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.

Norma	Descrição das alterações
Alterações ao CPC 03/ – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamento	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1	1
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (a)	-	22.337
	<u>1</u>	<u>22.338</u>

(a) As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco com risco insignificante de mudança de valor justo e remuneradas por taxas de mercado que variam entre de 97% a 100% (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa	140	321
	<u>140</u>	<u>321</u>

Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia no âmbito do PROINFA, no montante de R\$ 25.509 em 30 de junho de 2024 (R\$23.775 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$ 12.472 (R\$ 10.695 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumpramos ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributários (a)	6.897	5.637
Desapropriações e servidões (b)	4.192	4.158
Cíveis	14	14
	<u>11.103</u>	<u>9.809</u>

(a) Refere-se a processo envolvendo IRPJ e CSLL sobre indenização de bens sinistrados da Companhia.

(b) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso.

Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

## 8. IMOBILIZADO

### a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Terrenos (*)	1,92%	8.356	(115)	8.241	12.098
Turbina hidráulica	2,50%	18.623	(7.147)	11.476	11.709
Conduto forçado	3,13%	286	(91)	195	199
Gerador	3,33%	17.201	(7.137)	10.064	10.350
Comporta	3,33%	1.759	(681)	1.078	1.104
Subestação unitária	3,57%	3.985	(2.290)	1.695	1.766
Estrutura de tensão	3,57%	2.989	(1.607)	1.382	1.436
Casa de força produção hidráulica	2,00%	19.622	(6.136)	13.486	13.631
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	95.607	(23.353)	72.254	73.008
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	15.195	(7.297)	7.898	8.145
Imobilizado em curso	-	415	-	415	287
		<u>184.038</u>	<u>(55.854)</u>	<u>128.184</u>	<u>133.733</u>

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	52 anos

## b) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>Custo</u>				
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	12.098	63	(3.805)	8.356
Turbina Hidráulica	18.623	-	-	18.623
Conduto forçado	286	-	-	286
Gerador	17.201	-	-	17.201
Comporta	1.759	-	-	1.759
Subestação unitária	3.985	-	-	3.985
Estrutura de tensão	2.989	-	-	2.989
Casa de força produção hidráulica	19.571	51	-	19.622
Reservatório, barragem, adutora	95.429	178	-	95.607
Outras máquinas e equipamentos	15.152	43	-	15.195
Imobilizado em curso	287	128	-	415
	<u>187.380</u>	<u>463</u>	<u>(3.805)</u>	<u>184.038</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Terrenos (*)	-	(115)	-	(115)
Turbina Hidráulica	(6.914)	(233)	-	(7.147)
Conduto forçado	(87)	(4)	-	(91)
Gerador	(6.851)	(286)	-	(7.137)
Comporta	(655)	(26)	-	(681)
Subestação unitária	(2.219)	(71)	-	(2.290)
Estrutura de tensão	(1.553)	(54)	-	(1.607)
Casa de força produção hidráulica	(5.940)	(196)	-	(6.136)
Reservatório, barragem, adutora	(22.421)	(932)	-	(23.353)
Outras máquinas e equipamentos	(7.007)	(290)	-	(7.297)
	<u>(53.647)</u>	<u>(2.207)</u>	<u>-</u>	<u>(55.854)</u>
Imobilizado líquido	<u>133.733</u>	<u>(1.744)</u>	<u>(3.805)</u>	<u>128.184</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	12.024	76	1	12.101
Turbina Hidráulica	18.623	-	-	18.623
Conduto forçado	286	-	-	286
Gerador	16.991	210	-	17.201
Comporta	1.759	-	-	1.759
Subestação unitária	3.981	4	-	3.985
Estrutura de tensão	2.988	-	-	2.988
Casa de força produção hidráulica	19.520	-	-	19.520
Reservatório, barragem, adutora	95.593	258	-	95.851
Outras máquinas e equipamentos	14.792	260	-	15.052
Imobilizado em curso	217	21	(1)	237
	<u>186.774</u>	<u>829</u>	<u>-</u>	<u>187.603</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina Hidráulica	(6.449)	(232)	-	(6.681)
Conduto forçado	(78)	(4)	-	(82)
Gerador	(6.280)	(284)	-	(6.564)
Comporta	(603)	(26)	-	(629)
Subestação unitária	(2.076)	(72)	-	(2.148)
Estrutura de tensão	(1.447)	(53)	-	(1.500)
Casa de força produção hidráulica	(5.550)	(195)	-	(5.745)
Reservatório, barragem, adutora	(20.571)	(924)	-	(21.495)
Outras máquinas e equipamentos	(6.427)	(290)	-	(6.717)
	<u>(49.481)</u>	<u>(2.080)</u>	<u>-</u>	<u>(51.561)</u>
Imobilizado líquido	<u>137.293</u>	<u>(1.251)</u>	<u>-</u>	<u>136.042</u>

## 9. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Servidões	1,92%	65	65
Software	20%	1.856	1.856
Medidas compensatórias	20%	8.010	7.767
Indenização de terras	-	132	132
Registro de terras	-	301	301
Amortização acumulada	-	(4.289)	(3.908)
		<u>6.075</u>	<u>6.213</u>

## b) Movimentação do intangível

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>Custo</u>			
Servidões	65	-	65
Software	1.856	-	1.856
Medidas compensatórias	7.767	243	8.010
Indenização de terras	132	-	132
Registro de terras	301	-	301
Total	<u>10.121</u>	<u>243</u>	<u>10.364</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Servidões	-	(6)	(6)
Software	(1.298)	(141)	(1.439)
Medidas compensatórias	(2.610)	(234)	(2.844)
Total	<u>(3.908)</u>	<u>(381)</u>	<u>(4.289)</u>
Intangível líquido	<u>6.213</u>	<u>(138)</u>	<u>6.075</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>			
Servidões	65	-	65
Software	1.778	8	1.786
Medidas compensatórias	2.598	13	2.611
Indenização de terras	132	-	132
Registro de terras	37	-	37
Total	<u>4.610</u>	<u>21</u>	<u>4.631</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Software	(1.000)	(150)	(1.150)
Medidas compensatórias	(2.414)	(184)	(2.598)
Total	<u>(3.414)</u>	<u>(334)</u>	<u>(3.748)</u>
Intangível líquido	<u>1.196</u>	<u>(313)</u>	<u>883</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

<u>Passivo circulante - fornecedores</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brasil PCH S.A.	5	401
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PCHPAR Participações S.A.	27.421	38.583

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

#### Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

### 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher (a)	10.857	21.941
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (b)	6.891	6.891
Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	76	64
PIS e COFINS não cumulativo a recolher	534	867
Tributos diferidos (c)	160	152
Outros tributos a recolher	115	129
	<u>18.633</u>	<u>30.044</u>
Passivo circulante	11.742	23.153
Passivo não circulante	6.891	6.891

- a) Saldo impostos a recolher apurados no regime de Lucro Real deduzidos dos recolhimentos por estimativa durante o período de 2024.
- b) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre a indenização de bens sinistrados da Companhia recolhidos via depósito judicial.
- c) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

### 12. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa (i)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	9.154	133	(3.805)	(116)	27	5.393
Provisão para medidas compensatórias (b)	5.188	243	-	(94)	18	5.355
Provisão para registro de terras(c)	300	-	-	-	-	300
Provisão para indenizações de terras (d)	5.080	63	-	-	-	5.143
	<u>19.722</u>	<u>439</u>	<u>(3.805)</u>	<u>(210)</u>	<u>45</u>	<u>16.191</u>
Passivo circulante	1.858					1.483
Passivo não circulante	17.864					14.708

- (i) No período findo em 30 de junho de 2024, frente aos andamentos mais recentes dos órgãos licenciadores, o montante provisionado referente ao Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – PACUERA foi revisado, resultando em redução do montante provisionado para Compromissos Socioambientais destinados à aquisição de terras.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	10.153	234	(106)	54	10.335
Provisão para medidas compensatórias (b)	359	36	(141)	23	277
Provisão para registro de terras (c)	37	-	-	-	37
Provisão para indenizações de terras (d)	4.987	76	-	-	5.063
	<u>15.536</u>	<u>346</u>	<u>(247)</u>	<u>77</u>	<u>15.712</u>
Passivo circulante	1.238				1.103
Passivo não circulante	14.298				14.609

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA") de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 13 de junho de 2013, com prazo de 1 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e institíssem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que o valor das indenizações está provisionado nessa rubrica.

### 13. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Regulatório	379	379
Trabalhista	14	14
Tributário	482	482
Cíveis	34	34
	<u>909</u>	<u>909</u>

Em 30 de junho de 2024, o saldo da provisão para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$ 909 (R\$909 em 31 de dezembro de 2023), conforme a movimentação a seguir:

			<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Regulatório			379	379
Trabalhista			14	14
Tributário			482	482
Cíveis			34	34
			<u>909</u>	<u>909</u>

  

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/06/2024</u>
Regulatório	379	-	-	-	379
Trabalhista	14	-	-	-	14
Tributário	482	-	-	-	482
Cíveis	34	-	-	-	34
	<u>909</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>909</u>

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/06/2023</u>
Regulatório	235	25	(44)	-	216
Trabalhista	14	-	-	-	14
Tributário	722	2	-	-	724
Cíveis	34	-	-	1	35
	<u>1.005</u>	<u>27</u>	<u>(44)</u>	<u>1</u>	<u>989</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhistas	-	120
Cíveis	1	1
Ambientais (a)	200	200
	<u>201</u>	<u>321</u>

(a) São ações ambientais, cujo réu é a Companhia, no âmbito da qual é discutida, principalmente, indenização por prejuízo com “Lavra de Areia”.

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$59.134 e está representado por 46.817.622 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

## b) Reservas

Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.583
Dividendos distribuídos	12.390
Dividendos pagos	(30.973)
Saldo em 30 de junho de 2023	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.583
Dividendos distribuídos	25.649
Dividendos pagos	(36.811)
Saldo em 30 de junho de 2024	27.421

## d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$24.491 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$25.487 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária – AGE.

## 15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	49.921	51.963
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	(133)	149
	<u>49.788</u>	<u>52.112</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(4.618)	(4.807)
PIS e COFINS diferido	(2)	(17)
	<u>(4.620)</u>	<u>(4.824)</u>
Receita líquida	<u>45.168</u>	<u>47.288</u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização (*)	(2.411)	(2.236)
Repactuação do risco hidrológico	(1.781)	(1.693)
Pessoal e administradores	(1.612)	(1.616)
Manutenção	(542)	(452)
Serviços de terceiros	(998)	(1.149)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(406)	(359)
Seguros	(610)	(557)
Operação	(168)	(147)
Meio ambiente	(18)	(11)
Tributos	(24)	(25)
Taxas setoriais	(62)	(57)
Outras despesas, líquidas	(374)	(507)
Total	<u>(9.006)</u>	<u>(8.809)</u>
Custo das vendas de energia	(6.761)	(6.306)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.245)	(2.503)

(\*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS R\$177, em 30 de junho de 2024(R\$ 178 em 30 de junho de 2023) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da modalidade de apuração do lucro tributário da companhia.

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(45)	(77)
Impostos sobre operações financeiras	(60)	(75)
Atualização financeira sobre êxitos	(1)	-
	<u>(106)</u>	<u>(152)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	352	362
Atualização depósito judicial	34	35
	<u>386</u>	<u>397</u>
Total líquido	<u><u>280</u></u>	<u><u>245</u></u>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	36.442	38.724
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(12.390)	(13.166)
Crédito constituído	439	(71)
Exclusões (adições) permanentes:		
Crédito não constituído	-	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(11.951)</u>	<u>(13.237)</u>
Correntes	(11.949)	(13.232)
Diferidos	(2)	(5)

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	237	237	237
Total	<u>237</u>	<u>237</u>	<u>237</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	22.338
Aplicações financeiras	5	140	321
Contas a receber	6	25.509	23.775
Depósitos judiciais	7	11.103	9.809
Outros ativos		131	245
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		237	476

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição			Cenário I	Cenário II	Cenário III
		30/06/2024	Risco	Impacto			
Aplicação financeira	5	140	Baixa do CDI	Resultado	15	11	8

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 20. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$ 80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$ 311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	(3.805)	-
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	439	346
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	30	18
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.234	83

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG – 117.577/O-2

# **São Joaquim Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
São Joaquim Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da São Joaquim Energia S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034278

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	Fornecedores		54	255
Aplicações financeiras	5	128	298	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		13	99
Contas a receber de clientes	6	13.055	12.233	Impostos e contribuições a recolher	11	258	270
Impostos a recuperar		417	419	Provisão para férias e 13º salário		159	117
Despesas antecipadas		5	350	Receita diferida	12	91	120
Outros ativos circulantes		286	8	Provisões para compromissos futuros	13	1.386	1.452
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>13.892</b>	<b>13.309</b>	Dividendos a pagar	15	8.316	10.250
				Outros passivos	1.2	6.551	5.638
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>16.828</b>	<b>18.201</b>
Impostos e contribuições diferidos		6	13	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos judiciais	7	3.377	3.373	Provisões para compromissos futuros	13	1.514	1.507
Outros ativos não circulante		287	288	Provisões para riscos	14	192	192
Imobilizado	8	58.589	59.618	Tributárias	11	1.976	1.976
Intangível	9	305	357	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>3.682</b>	<b>3.675</b>
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>62.564</b>	<b>63.649</b>				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	15	30.226	30.226
				Reservas de lucros		6.045	6.045
				Dividendos adicionais propostos		19.675	18.811
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>55.946</b>	<b>55.082</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>76.456</b>	<b>76.958</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>76.456</b>	<b>76.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	24.825	25.704
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização		(1.187)	(1.189)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 17	(914)	(869)
Custos com pessoal		(577)	(505)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(392)	(407)
Custo com seguros		(351)	(365)
Custos com manutenção		(318)	(313)
Custos com operação		(93)	(96)
Taxas setoriais		(43)	(40)
Custo com meio ambiente		(17)	(8)
Outros custos		(6)	(3)
	17	<u>(3.898)</u>	<u>(3.795)</u>
LUCRO BRUTO		<u>20.927</u>	<u>21.909</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(367)	(305)
Despesas administrativas e gerais		(56)	(69)
Outras despesas operacionais		(63)	(19)
	17	<u>(486)</u>	<u>(393)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>20.441</u>	<u>21.516</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	(37)	(46)
Receitas financeiras	18	75	94
		<u>38</u>	<u>48</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>20.479</u>	<u>21.564</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	19	(797)	(843)
Diferido	19	(7)	2
		<u>(804)</u>	<u>(841)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>19.675</u>	<u>20.723</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,84	0,89
Quantidade média ponderada de ações	15	23.373.228	23.373.228

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	19.675	20.723
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>19.675</u>	<u>20.723</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros/ Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		30.226	6.045	26.644	-	62.915
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,78 por ação)	15	-	-	(18.343)	-	(18.343)
Lucro líquido do período		-	-	-	20.723	20.723
Dividendos propostos (R\$0,89 por ação)	15	-	-	20.723	(20.723)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>30.226</u>	<u>6.045</u>	<u>29.024</u>	<u>-</u>	<u>65.295</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		30.226	6.045	18.811	-	55.082
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,80 por ação)	15	-	-	(18.811)	-	(18.811)
Lucro líquido do período		-	-	-	19.675	19.675
Dividendos propostos (R\$0,84 por ação)	15	-	-	19.675	(19.675)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>30.226</u>	<u>6.045</u>	<u>19.675</u>	<u>-</u>	<u>55.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.479	21.564
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	18	(4)	(4)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	18	(71)	(90)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13 e 18	8	11
Depreciação e amortização	8, 9 e 17	1.187	1.189
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 17	914	869
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		(192)	(98)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	(90)	213
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		7	(4)
Provisão para riscos	14	-	21
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber de clientes		(822)	1.100
Impostos a recuperar		(570)	(239)
Despesas antecipadas		345	351
Outros ativos		(24)	(4)
Fornecedores		(201)	(123)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(86)	(93)
Impostos e contribuições a recolher		(16)	(40)
Provisão de férias e 13º salário		42	33
Pagamento compromissos futuros	13	(76)	(73)
Outros passivos		(1)	-
Caixa gerado nas operações		20.829	24.583
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(228)	(846)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		20.601	23.737
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgates em aplicações financeiras		241	66
Aquisição de imobilizado e intangível	8, 9 e 22	(97)	(31)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		144	35
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	15	(20.745)	(22.281)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(20.745)	(22.281)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>-</b>	<b>1.491</b>
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1	1.501
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>-</b>	<b>1.491</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Joaquim Energia S.A. (“Companhia” ou “São Joaquim” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A São Joaquim poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 404/2000 e nº 237/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017, está localizada no Rio Benavente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo, com capacidade instalada de 21 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 16 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de maio de 2008. Ressalta-se, que, em 7 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 17 de abril de 2008, através do Despacho ANEEL nº 1.564, e em 1º de maio de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 1.741, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, com potência instalada total em operação de 21 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 13,28 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol São Joaquim, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.274 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 17 de abril de 2038 para 12 de outubro de 2041.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 13,20 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativo, no montante de R\$2.936 (R\$4.892 negativo em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo.

Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão adicionados no faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica "receita diferida" o valor total de R\$90 (R\$213 em 30 de junho de 2023, em "outros ativos circulantes").

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico ("RRH")

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), aderiu à repactuação do risco hidrológico ("RRH") nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs ("Desconto Mensal do Prêmio RRH").

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$914 (R\$1.752 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$6.551 (R\$5.638 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de “covenants” como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas “covenants” cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03/ - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo “acordos de financiamento de fornecedores” não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (“Sale and Leaseback”) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023”), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

No período findo em 30 de junho de 2024 não houve remuneração relacionada a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023).

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	128	298
	<u>128</u>	<u>298</u>

- (i) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia no âmbito do PROINFA, no montante de R\$13.055 em 30 de junho de 2024 (R\$12.233 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 3 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa nº 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$6.401 (R\$5.489 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributários (b)	1.976	1.976
Desapropriações e servidões (a)	1.401	1.397
	<u>3.377</u>	<u>3.373</u>

- (a) Refere-se a processo envolvendo IRPJ e CSLL sobre indenização de bens sinistrados da Companhia.
- (b) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso.

Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

## 8. IMOBILIZADO

## a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	-	3.003	(29)	2.974	2.996
Turbina hidráulica	2,50%	7.754	(2.443)	5.311	5.407
Conduto forçado	3,13%	7.124	(3.514)	3.610	3.721
Gerador	3,33%	4.491	(1.954)	2.537	2.612
Comporta	3,33%	1.578	(752)	826	852
Subestação unitária	3,57%	7.167	(4.097)	3.070	3.198
Estrutura de tensão	3,57%	2.561	(1.275)	1.286	1.332
Casa de força produção hidráulica	2,00%	32.349	(9.707)	22.642	22.969
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	14.013	(3.466)	10.547	10.681
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	8.286	(2.744)	5.542	5.667
Imobilizado em curso	-	244	-	244	183
		<u>88.570</u>	<u>(29.981)</u>	<u>58.589</u>	<u>59.618</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à "ANEEL", são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	52 anos

## b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Terrenos	2.996	7	3.003
Turbina hidráulica	7.754	-	7.754
Conduto forçado	7.124	-	7.124
Gerador	4.491	-	4.491
Comporta	1.578	-	1.578
Subestação unitária	7.167	-	7.167
Estrutura de tensão	2.561	-	2.561
Casa de força produção hidráulica	32.349	-	32.349
Reservatório, barragem, adutora	14.013	-	14.013
Outras máquinas e equipamentos	8.251	35	8.286
Imobilizado em curso	183	61	244
	<u>88.467</u>	<u>103</u>	<u>88.570</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>(-) Depreciação</u>			
Terrenos	-	(29)	(29)
Turbina hidráulica	(2.346)	(97)	(2.443)
Conduto forçado	(3.403)	(111)	(3.514)
Gerador	(1.879)	(75)	(1.954)
Comporta	(726)	(26)	(752)
Subestação unitária	(3.969)	(128)	(4.097)
Estrutura de tensão	(1.229)	(46)	(1.275)
Casa de força produção hidráulica	(9.380)	(327)	(9.707)
Reservatório, barragem, adutora	(3.332)	(134)	(3.466)
Outras máquinas e equipamentos	(2.585)	(159)	(2.744)
	<u>(28.849)</u>	<u>(1.132)</u>	<u>(29.981)</u>
Imobilizado líquido	<u>59.618</u>	<u>(1.029)</u>	<u>58.589</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	1.685	9	(1)	1.693
Turbina hidráulica	7.731	-	-	7.731
Conduto forçado	7.124	-	-	7.124
Gerador	4.475	16	-	4.491
Comporta	1.403	-	-	1.403
Subestação unitária	7.167	-	-	7.167
Estrutura de tensão	2.561	-	-	2.561
Casa de força produção hidráulica	31.620	8	1	31.629
Reservatório, barragem, adutora	13.972	-	-	13.972
Outras máquinas e equipamentos	8.160	4	-	8.164
Imobilizado em curso	211	-	-	211
	<u>86.109</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>86.146</u>

<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(2.153)	(97)	-	(2.250)
Conduto forçado	(3.180)	(111)	-	(3.291)
Gerador	(1.730)	(74)	-	(1.804)
Comporta	(678)	(23)	-	(701)
Subestação unitária	(3.714)	(127)	-	(3.841)
Estrutura de tensão	(1.138)	(47)	-	(1.185)
Casa de força produção hidráulica	(8.736)	(319)	-	(9.055)
Reservatório, barragem, adutora	(3.063)	(135)	-	(3.198)
Outras máquinas e equipamentos	(2.265)	(161)	-	(2.426)
	<u>(26.657)</u>	<u>(1.094)</u>	<u>-</u>	<u>(27.751)</u>
Imobilizado líquido	<u>59.452</u>	<u>(1.057)</u>	<u>-</u>	<u>58.395</u>

## 9. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	-	133	133
Software	20%	86	86
Medidas compensatórias	20%	1.098	1.095
Registro de terras	-	123	123
Amortização acumulada	-	(1.135)	(1.080)
		<u>305</u>	<u>357</u>

## b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<b>Custo:</b>			
Servidões	133	-	133
Software	86	-	86
Medidas compensatórias	1.095	3	1.098
Registro de terras	123	-	123
	<u>1.437</u>	<u>3</u>	<u>1.440</u>
<b>(-) Amortização:</b>			
Servidões	-	(12)	(12)
Software	(54)	(6)	(60)
Medidas compensatórias	(1.026)	(37)	(1.063)
	<u>(1.080)</u>	<u>(55)</u>	<u>(1.135)</u>
<b>Intangível líquido</b>	<u>357</u>	<u>(52)</u>	<u>305</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Custo:</b>			
Servidões	133	-	133
Software	86	-	86
Medidas compensatórias	1.021	5	1.026
Registro de terras	188	-	188
	<u>1.428</u>	<u>5</u>	<u>1.433</u>
<b>(-) Amortização:</b>			
Software	(41)	(6)	(47)
Medidas compensatórias	(919)	(89)	(1.008)
	<u>(960)</u>	<u>(95)</u>	<u>(1.055)</u>
<b>Intangível líquido</b>	<u>468</u>	<u>(90)</u>	<u>378</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A.	3	231
	<u>3</u>	<u>231</u>
<u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	8.316	10.250
	<u>8.316</u>	<u>10.250</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	114	117
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	1.976	1.976
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	58	71
Outros tributos a recolher	50	54
Tributos diferidos (b)	36	28
Total	<u>2.234</u>	<u>2.246</u>
Passivo circulante	258	270
Passivo não circulante	1.976	1.976

(a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre a indenização de bens sinistrados da Companhia recolhidos via depósito judicial.

(b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

12. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	91	120
Total	<u>91</u>	<u>120</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	120	61	(90)	91
	<u>120</u>	<u>61</u>	<u>(90)</u>	<u>91</u>

Não há movimentação para o período entre 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023.

- (a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, tratado na nota explicativa nº 1.1.

## 13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	1.345	1	-	2	1.348
Provisão para medidas compensatórias (b)	115	3	(84)	14	48
Provisão para registro de terras (c)	123	-	-	-	123
Provisão para indenizações de terras (d)	1.376	5	-	-	1.381
Total	<u>2.959</u>	<u>9</u>	<u>(84)</u>	<u>16</u>	<u>2.900</u>
Passivo circulante	1.452				1.386
Passivo não circulante	1.507				1.514

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	4	-	-	-	4
Provisão para medidas compensatórias (b)	172	6	(73)	11	116
Provisão para registro de terras (c)	188	-	-	-	188
Provisão para indenizações de terras (d)	1.365	9	-	-	1.374
Total	<u>1.729</u>	<u>15</u>	<u>(73)</u>	<u>11</u>	<u>1.682</u>
Passivo circulante	176				120
Passivo não circulante	1.553				1.562

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.

- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 13 de junho de 2013, com prazo de 1 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e instituísem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que os valores das indenizações estão provisionados nessa rubrica.

#### 14. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias e cíveis.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributário	152	152
Cíveis	40	40
Total	<u>192</u>	<u>192</u>

Em 30 de junho de 2024, o saldo da provisão para riscos cíveis e tributários era de R\$192 (R\$192 em 31 de dezembro de 2023), conforme a movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>30/06/2024</u>
Tributário	152	-	152
Cíveis	40	-	40
Total	<u>192</u>	<u>-</u>	<u>192</u>

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>30/06/2023</u>
Tributário	132	17	149
Cíveis	36	4	40
Total	<u>168</u>	<u>21</u>	<u>189</u>

A Companhia possui riscos relativos a questões cíveis, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis (a)	-	330
	<u>-</u>	<u>330</u>

- (a) Trata-se de ação de responsabilidade civil, em razão das fortes chuvas que assolaram a região em janeiro de 2020, para 30 de junho de 2024 seu prognóstico é o de perda remota.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$30.226 e está representado por 23.373.228 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

### b) Reservas

#### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

#### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

### c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.938
Dividendos distribuídos	18.343
Dividendos pagos	<u>(22.281)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.250
Dividendos distribuídos	18.811
Dividendos pagos	<u>(20.745)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>8.316</u>

d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$19.675 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$20.723 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	25.480	26.794
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>283</u>	<u>(115)</u>
	<u>25.763</u>	<u>26.679</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(930)	(978)
PIS e COFINS diferidos	<u>(8)</u>	<u>3</u>
	<u>(938)</u>	<u>(975)</u>
Receita líquida de vendas	<u>24.825</u>	<u>25.704</u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(1.187)	(1.189)
Repactuação do risco hidrológico	(914)	(869)
Pessoal e administradores	(944)	(810)
Manutenção	(318)	(313)
Serviços de terceiros	(57)	(14)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(392)	(407)
Seguros	(351)	(365)
Operação	(93)	(96)
Meio ambiente	(17)	(8)
Tributos	(5)	(5)
Taxas setoriais	(43)	(40)
Outras despesas	(63)	(72)
	<u>(4.384)</u>	<u>(4.188)</u>
Custo das vendas de energia	(3.898)	(3.795)
Outras despesas	(486)	(393)

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre os compromissos futuros	(8)	(11)
Imposto sobre operações financeiras	(28)	(34)
Outras despesas	(1)	(1)
	<u>(37)</u>	<u>(46)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	71	90
Atualização depósito judicial	4	4
	<u>75</u>	<u>94</u>
Total líquido	<u>38</u>	<u>48</u>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita bruta tributável	25.480	25.480	26.794	26.794
Receita diferida	283	283	(115)	(115)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	71	71	90	90
Outras receitas financeiras	1	1	-	-
Base de cálculo	2.133	3.164	2.224	3.291
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(532)	(284)	(556)	(297)
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(520)</u>	<u>(284)</u>	<u>(544)</u>	<u>(297)</u>
Correntes	(515)	(282)	(546)	(297)
Diferidos	(5)	(2)	2	-

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	<u>Posição contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>
Fornecedores	54	54	54
Total	<u>54</u>	<u>54</u>	<u>54</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Aplicações financeiras	5	128	298
Contas a receber	6	13.055	12.233
Deposito judiciais	7	3.377	3.373
Outros ativos		286	8

#### Passivos financeiros

Outros passivos mensurados ao custo amortizado:

Fornecedores		54	255
--------------	--	----	-----

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

<u>Operação</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Exposição 30/06/2024</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicação financeira	5	128	Baixa do CDI	Resultado	13	10	7

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 21. COBERTURA DE SEGURO

### Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

### Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Adição compromissos futuros em contrapartida da rubrica de ativo imobilizado e intangível	9	15
Reversão no custo sobre aquisição do ativo imobilizado	-	4
Compensação de imposto de renda e contribuição social	572	12

## 23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

---

### Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

---

### Contador

Braulio Rios Sá  
CRC nº MG 117577/O-2

# **São Pedro Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
São Pedro Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da São Pedro Energia S.A. (“Companhia”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034279

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

SÃO PEDRO ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.096	2.205	Fornecedores		32	378
Aplicações financeiras	5	134	354	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		31	241
Contas a receber de clientes	7	18.071	16.884	Impostos, contribuições e taxas a recolher	11	414	425
Impostos a recuperar		576	578	Provisão para férias e 13º salário		333	245
Despesas antecipadas		8	538	Receita diferida	12	16	-
Outros ativos circulantes		<u>172</u>	<u>40</u>	Provisões para compromissos futuros	13	327	415
Total dos ativos circulantes		<u>24.057</u>	<u>20.599</u>	Dividendos a pagar	15	2.422	2.425
				Outros passivos	1.2	<u>9.055</u>	<u>7.790</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Total dos passivos circulantes		<u>12.630</u>	<u>11.919</u>
Impostos e contribuições diferidos		4	10				
Depósitos judiciais	7	65	65	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	8	92.390	93.872	Provisões para riscos	14	21	21
Intangível	9	<u>1.198</u>	<u>1.322</u>	Provisões para compromissos futuros	13	<u>1.878</u>	<u>1.796</u>
Total dos ativos não circulantes		93.657	95.269	Total dos passivos não circulantes		<u>1.899</u>	<u>1.817</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	15	63.380	63.380
				Reservas de lucros	15	12.675	12.675
				Dividendos adicionais propostos	15	<u>27.130</u>	<u>26.077</u>
				Total do patrimônio líquido		103.185	102.132
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>117.714</u>	<u>115.868</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>117.714</u>	<u>115.868</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	34.133	35.606
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	8, 9 e 17	(1.793)	(1.618)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 17	(1.263)	(1.200)
Custos com pessoal	0	(637)	(743)
Custo com seguros	0	(540)	(502)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(493)	(503)
Custos com manutenção		(151)	(232)
Taxas setoriais		(62)	(57)
Custos com operação		(50)	(66)
Custo com meio ambiente		(9)	(7)
Outros custos		(3)	(4)
	17	<u>(5.001)</u>	<u>(4.932)</u>
LUCRO BRUTO		<u>29.132</u>	<u>30.674</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(885)	(735)
Despesas administrativas e gerais		(74)	(76)
Outras despesas operacionais		(25)	(23)
	17	<u>(984)</u>	<u>(834)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>28.148</u>	<u>29.840</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	(66)	(83)
Receitas financeiras	18	193	294
		<u>127</u>	<u>211</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>28.275</u>	<u>30.051</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	19	(1.142)	(1.226)
Diferido	19	(3)	(1)
		<u>(1.145)</u>	<u>(1.227)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>27.130</u>	<u>28.824</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,73	0,78
Quantidade média ponderada de ações	15	36.963.973	36.963.973

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.130	28.824
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>27.130</u>	<u>28.824</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

		<u>Reserva de lucros</u>				
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		63.380	12.675	33.239	-	109.294
						-
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,77 por ação)	15	-	-	(28.640)	-	(28.640)
Lucro líquido do período		-	-	-	28.824	28.824
Dividendos propostos (R\$0,78 por ação)	15	-	-	28.824	(28.824)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>63.380</u>	<u>12.675</u>	<u>33.423</u>	<u>-</u>	<u>109.478</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		63.380	12.675	26.077	-	102.132
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,71 por ação)	15	-	-	(26.077)	-	(26.077)
Lucro líquido do período		-	-	-	27.130	27.130
Dividendos propostos (R\$0,73 por ação)	15	-	-	27.130	(27.130)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u><u>63.380</u></u>	<u><u>12.675</u></u>	<u><u>27.130</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>103.185</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO PEDRO ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		28.275	30.051
Ajustes para conciliar o resultado às			
disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	18	(107)	(123)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13 e 18	19	21
Atualização sobre provisões de riscos		-	(2)
Depreciação e amortização	8, 9 e 17	1.793	1.618
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 17	1.263	1.200
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA		(143)	(214)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	16	201
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		6	1
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.187)	1.446
Impostos a recuperar		(811)	(290)
Despesas antecipadas		530	483
Outros ativos		11	(18)
Fornecedores		(370)	(197)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(210)	(218)
Impostos e contribuições a recolher		(7)	(114)
Provisão de férias e 13º salário		88	132
Outro passivos		2	(2)
Pagamento compromissos futuros	13	(111)	(128)
Caixa gerado nas operações		29.057	33.847
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(336)	(1.189)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		28.721	32.658
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgates em aplicações financeiras		327	88
Aquisição de imobilizado e intangível	8, 9 e 22	(77)	(187)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento		250	(99)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	15	(26.080)	(31.701)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(26.080)	(31.701)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>2.891</b>	<b>858</b>
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	2.205	7.468
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	5.096	8.326
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>2.891</b>	<b>858</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## SÃO PEDRO ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Pedro Energia S.A. (“Companhia” ou “São Pedro” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A São Pedro poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 604/2003 e nº 296/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo, com capacidade instalada de 30 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 22 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009. Ressalta-se, que, em 7 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 16 de junho de 2009, através do Despacho ANEEL nº 2.195, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, com potência instalada total em operação de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores<sup>1</sup> de 18,41 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol São Pedro, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.458 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 16 de junho de 2039 para 13 de junho de 2043. nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 18,24 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivo, no montante de R\$11.427 (R\$8.680 positivo em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo.

Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica "receita diferida" o valor total de R\$16 (R\$201 em 30 de junho de 2023, em "outros ativos circulantes").

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico ("RRH")

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), aderiu à repactuação do risco hidrológico ("RRH") nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs ("Desconto Mensal do Prêmio RRH").

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$1.263 (R\$2.421 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$9.055 (R\$7.790 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de “covenants” como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas “covenants” cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo “acordos de financiamento de fornecedores” não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16/CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (“Sale and Leaseback”) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

#### 3.2. Base de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023"), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1	1
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (a)	5.095	2.204
	<u>5.096</u>	<u>2.205</u>

(a) As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco com risco insignificante de mudança de valor justo e remuneradas por taxas de mercado que variam entre de 97% a 100% (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	134	354
	<u>134</u>	<u>354</u>

- (i) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia no âmbito do PROINFA, no montante de R\$18.071 em 30 de junho de 2024, (R\$16.884 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 3 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa nº 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$8.845 (R\$7.585 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumprе ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Desapropriações e servidões (a)	65	65
	<u>65</u>	<u>65</u>

- (a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

## 8. IMOBILIZADO

## a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,86%	736	(65)	671	736
Turbina hidráulica	2,50%	13.840	(5.091)	8.749	8.922
Conduto forçado	3,13%	4557	(1.316)	3.241	3.313
Gerador	3,33%	5.959	(2.891)	3.068	3.168
Comporta	3,33%	1.167	(514)	653	672
Subestação unitária	3,57%	2.189	(1.166)	1.023	1.063
Estrutura de tensão	3,57%	478	(193)	285	293
Casa de força produção hidráulica	2,00%	44.792	(13.256)	31.536	31.984
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	55.846	(16.557)	39.289	39.816
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	7.094	(3.329)	3.765	3.887
Imobilizado em curso	-	110	-	110	18
		<u>136.768</u>	<u>(44.378)</u>	<u>92.390</u>	<u>93.872</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à "ANEEL", são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

## Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	54 anos

## b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	Baixas	30/06/2024
<u>Custo</u>				
Terrenos	736	-	-	736
Turbina hidráulica	13.840	-	-	13.840
Condutor forçado	4.557	-	-	4.557
Gerador	5.959	-	-	5.959
Comporta	1.167	-	-	1.167
Subestação unitária	2.189	-	-	2.189
Estrutura de tensão	478	-	-	478
Casa de força produção hidráulica	44.792	-	-	44.792
Reservatório, barragem, adutora	55.819	27	-	55.846
Outras máquinas e equipamentos	7.086	8	-	7.094
Imobilizado em curso	18	92	-	110
	<u>136.641</u>	<u>127</u>	<u>-</u>	<u>136.768</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Terrenos (*)	-	(65)	-	(65)
Turbina hidráulica	(4.918)	(173)	-	(5.091)
Conduto forçado	(1.244)	(72)	-	(1.316)
Gerador	(2.791)	(100)	-	(2.891)
Comporta	(495)	(19)	-	(514)
Subestação unitária	(1.126)	(40)	-	(1.166)
Estrutura de tensão	(185)	(8)	-	(193)
Casa de força produção hidráulica	(12.808)	(448)	-	(13.256)
Reservatório, barragem, adutora	(16.003)	(554)	-	(16.557)
Outras máquinas e equipamentos	(3.199)	(130)	-	(3.329)
	<u>(42.769)</u>	<u>(1.609)</u>	<u>-</u>	<u>(44.378)</u>
Imobilizado líquido	<u>93.872</u>	<u>(1.462)</u>	<u>(20)</u>	<u>92.390</u>
		<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos		736	-	736
Turbina hidráulica		13.840	-	13.840
Condutor forçado		4.024	251	4.275
Gerador		5.959	-	5.959
Comporta		1.167	-	1.167
Subestação unitária		2.184	6	2.190
Estrutura de tensão		478	-	478
Casa de força produção hidráulica		44.777	15	44.792
Reservatório, barragem, adutora		55.633	55	55.688
Outras máquinas e equipamentos		7.069	11	7.080
Imobilizado em curso		18	-	18
		<u>135.885</u>	<u>338</u>	<u>136.223</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica		(4.572)	(173)	(4.745)
Conduto forçado		(1.112)	(65)	(1.177)
Gerador		(2.593)	(100)	(2.693)
Comporta		(456)	(20)	(476)
Subestação unitária		(1.049)	(39)	(1.088)
Estrutura de tensão		(168)	(8)	(176)
Casa de força produção hidráulica		(11.912)	(448)	(12.360)
Reservatório, barragem, adutora		(14.897)	(553)	(15.450)
Outras máquinas e equipamentos		(2.923)	(137)	(3.060)
		<u>(39.682)</u>	<u>(1.543)</u>	<u>(41.225)</u>
Imobilizado líquido		<u>96.203</u>	<u>(1.205)</u>	<u>94.998</u>

## 9. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,86%	273	273
Software	20%	162	162
Medidas compensatórias	20%	2.683	2.623
Indenização de terras	-	42	42
Registro de terras	-	43	43
Amortização acumulada		(2.005)	(1.821)
		<u>1.198</u>	<u>1.322</u>

## b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
<u>Custo</u>			
Servidões	273	-	273
Software	162	-	162
Medidas compensatórias	2.623	60	2.683
Indenização de terras	42	-	42
Registro de terras	43	-	43
	<u>3.143</u>	<u>60</u>	<u>3.203</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Servidões	-	(24)	(24)
Software	(131)	(6)	(137)
Medidas compensatórias	(1.690)	(154)	(1.844)
	<u>(1.821)</u>	<u>(184)</u>	<u>(2.005)</u>
Intangível líquido	<u>1.322</u>	<u>(124)</u>	<u>1.198</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2023</u>
<u>Custo</u>			
Servidões	273	-	273
Software	162	-	162
Medidas compensatórias	1.626	47	1.673
Indenização de terras	42	-	42
Registro de terras	65	-	65
	<u>2.168</u>	<u>47</u>	<u>2.215</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Software	(118)	(6)	(124)
Medidas compensatórias	(1.553)	(69)	(1.622)
	<u>(1.671)</u>	<u>(75)</u>	<u>(1.746)</u>
Intangível líquido	<u>497</u>	<u>(28)</u>	<u>469</u>

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo circulante - fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A.	5	355
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	2.422	2.425

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	161	166
Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	83	83
Outros tributos a recolher	86	93
Tributos diferidos (a)	<u>84</u>	<u>83</u>
Total	<u>414</u>	<u>425</u>

(a) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

## 12. RECEITA DIFERIDA

## a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	<u>16</u>	<u>-</u>
Total	<u>16</u>	<u>-</u>

## b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	-	32	(16)	16
	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>(16)</u>	<u>16</u>

Não há movimentação para o período entre 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023.

- (a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo.

Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, tratado na nota explicativa nº 1.1.

### 13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	31/12/2023	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	30/06/2024
Compromissos socioambientais (a)	674	26	(45)	7	662
Provisão para medidas compensatórias (b)	1.452	60	(66)	12	1.458
Provisão para registro de terras (c)	43	-	-	-	43
Provisão para indenizações de terras (d)	42	-	-	-	42
<b>Total</b>	<b>2.211</b>	<b>86</b>	<b>(111)</b>	<b>19</b>	<b>2.205</b>
Passivo circulante	415				327
Passivo não circulante	1.796				1.878

  

	31/12/2022	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	30/06/2023
Compromissos socioambientais (a)	609	57	(99)	12	579
Provisão para medidas compensatórias (b)	507	45	(29)	9	532
Provisão para registro de terras (c)	65	-	-	-	65
Provisão para indenizações de terras (d)	42	-	-	-	42
<b>Total</b>	<b>1.223</b>	<b>102</b>	<b>(128)</b>	<b>21</b>	<b>1.218</b>
Passivo circulante	325				227
Passivo não circulante	898				991

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 13 de junho de 2013, com prazo de 1 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e instituísem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que os valores das indenizações estão provisionados nessa rubrica.

#### 14. PROVISÕES PARA RISCO

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões cíveis.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	21	21
Total	<u>21</u>	<u>21</u>

Em 30 de junho de 2024, o saldo da provisão para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$21 (R\$21 em 31 de dezembro de 2023), conforme a movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2024</u>
Cíveis	21	21
Total	<u>21</u>	<u>21</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Baixa</u>	<u>30/06/2023</u>
Cíveis	22	(2)	20
Total	<u>22</u>	<u>(2)</u>	<u>20</u>

A Companhia possui riscos relativos a questões ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ambientais (i)	-	50
	<u>-</u>	<u>50</u>

- (i) São ações ambientais, cujo réu é a Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação. Até 30/03/2023, não foram verificados novos andamentos. Em 21/08/2023, publicado o reconhecimento da aplicação da prescrição intercorrente, para 30 de junho de 2024 seu prognóstico é o de perda remota.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$63.380 e está representado por 36.963.973 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

### b) Reservas

#### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

#### Reservas de lucros

A reserva de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

### c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.061
Dividendos distribuídos	28.640
Dividendos pagos	<u>(31.701)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.425
Dividendos distribuídos	26.077
Dividendos pagos	<u>(26.080)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u><u>2.422</u></u>

d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$27.130 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$28.822 em 30 de junho de 2023), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	35.329	36.942
Ajustes:		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	97	14
	<u>35.426</u>	<u>36.956</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(1.290)	(1.349)
PIS e COFINS diferido	(3)	(1)
	<u>(1.293)</u>	<u>(1.350)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>34.133</u></u>	<u><u>35.606</u></u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(1.793)	(1.618)
Repactuação do risco hidrológico	(1.263)	(1.200)
Pessoal e administradores	(1.522)	(1.478)
Manutenção	(151)	(232)
Serviços de terceiros	(19)	(18)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(493)	(503)
Seguros	(540)	(502)
Operação	(50)	(66)
Meio ambiente	(9)	(7)
Tributos	(5)	(6)
Taxas setoriais	(62)	(57)
Outras despesas	(78)	(79)
	<u>(5.985)</u>	<u>(5.766)</u>
Custo das vendas de energia	(5.001)	(4.932)
Outras despesas	(984)	(834)

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(19)	(21)
Imposto sobre operações financeiras	(46)	(61)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
	<u>(66)</u>	<u>(83)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa	192	292
Outras receitas	1	2
	<u>193</u>	<u>294</u>
	<u>127</u>	<u>211</u>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	35.329	35.329	36.942	36.942
Receita diferida	97	97	14	14
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Outras receitas	-	-	-	-
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	192	192	294	294
Base de cálculo	3.026	4.443	3.250	4.729
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(757)	(400)	(813)	(426)
Diferença de alíquota (*)	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(745)	(400)	(801)	(426)
Correntes	(743)	(399)	(800)	(426)
Diferidos	(2)	(1)	(1)	-

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	Posição contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses
Fornecedores	32	32	32
Total	<u>32</u>	<u>32</u>	<u>32</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.096	2.205
Aplicações financeiras	5	134	354
Contas a receber	7	18.071	16.884
Depósitos judiciais	6	65	65
Outros ativos		172	40
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		32	378

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota explicativa	Exposição 30/06/2023	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes (CDB)	4	5.095	Baixa do CDI	Resultado	<u>535</u>	<u>401</u>	<u>267</u>
Aplicação financeira	5	134	Baixa do CDI	Resultado	<u>14</u>	<u>11</u>	<u>7</u>

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

## 21. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

## 22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	86	102
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	24	100
Compensação de imposto de renda e contribuição social	813	58

## 23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC nº MG 117577/O-2

# **São Simão Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Seis Meses  
Findo em 30 de Junho de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
São Simão Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da São Simão Energia S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024.

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

  
Alexandre Borges de Oliveira  
Contador  
CRC nº MG 119313/O-3

2024BH034280

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	Fornecedores		84	357
Aplicações financeiras	5	135	330	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		19	185
Contas a receber de clientes	6	14.870	13.940	Impostos, contribuições e taxas a recolher	10	320	334
Impostos a recuperar		475	478	Provisão para férias e 13º salário		260	166
Despesas antecipadas		8	511	Receita Diferida	11	114	162
Outros ativos circulantes		161	12	Provisões para compromissos futuros	12	401	557
Total dos ativos circulantes		<u>15.650</u>	<u>15.272</u>	Dividendos a pagar	14	5.851	8.053
				Outros passivos		<u>7.466</u>	<u>6.424</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>14.515</u>	<u>16.238</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições diferidos		21	20	Provisões para compromissos futuros	12	<u>1.884</u>	<u>1.798</u>
Imobilizado	7	75.441	76.822	Total dos passivos não circulantes		<u>1.884</u>	<u>1.798</u>
Intangível	8	<u>2.032</u>	<u>2.180</u>				
Total dos ativos não circulantes		77.494	79.022				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	14	46.101	46.101
				Reservas de lucros	14	9.219	9.219
				Dividendos adicionais propostos	14	<u>21.425</u>	<u>20.938</u>
				Total do patrimônio líquido		76.745	76.258
TOTAL DOS ATIVOS		<u>93.144</u>	<u>94.294</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>93.144</u>	<u>94.294</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	28.131	29.358
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	7, 8 e 16	(1.759)	(1.521)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 e 16	(1.041)	(990)
Custos com pessoal		(999)	(917)
Custo com seguros		(512)	(461)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(446)	(453)
Custos com manutenção		(313)	(246)
Custo com meio ambiente		(73)	(7)
Custos com operação		(67)	(98)
Taxas setoriais		(56)	(51)
Outros custos		(7)	(11)
	16	<u>(5.273)</u>	<u>(4.755)</u>
LUCRO BRUTO		<u>22.858</u>	<u>24.603</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(394)	(413)
Despesas administrativas e gerais		(62)	(41)
Outras despesas operacionais		(86)	(147)
	16	<u>(542)</u>	<u>(601)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>22.316</u>	<u>24.002</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(58)	(81)
Receitas financeiras	17	<u>78</u>	<u>106</u>
		20	25
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>22.336</u>	<u>24.027</u>
Corrente	18	(908)	(964)
Diferido	18	<u>(3)</u>	<u>1</u>
		(911)	(963)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>21.425</u>	<u>23.064</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,67	0,73
Quantidade de ações	14	31.744.639	31.744.639

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	21.425	23.064
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>21.425</u>	<u>23.064</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		46.101	9.219	29.548	-	84.868
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,73 por ação)	14 (c)	-	-	(23.302)	-	(23.302)
Lucro líquido do período		-	-	-	23.064	23.064
Dividendos propostos (R\$ 0,73 por ação)	14 (c)	-	-	23.064	(23.064)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>46.101</u>	<u>9.219</u>	<u>29.310</u>	<u>-</u>	<u>84.630</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		46.101	9.219	20.938	-	76.258
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,66 por ação)	14 (c)	-	-	(20.938)	-	(20.938)
Lucro líquido do período		-	-	-	21.425	21.425
Dividendos propostos (R\$ 0,67 por ação)	14 (c)	-	-	21.425	(21.425)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>46.101</u>	<u>9.219</u>	<u>21.425</u>	<u>-</u>	<u>76.745</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		22.336	24.027
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	17	(77)	(101)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	12 e 16	25	39
Depreciação e amortização	7, 8 e 16	1.759	1.521
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 16	1.041	990
Constituição dos ajustes financeiros do PROINFA	11	(65)	(190)
Realização dos ajustes financeiros do PROINFA	1.1	(113)	254
PIS e COFINS diferidos sobre ajustes financeiros do PROINFA		(1)	(2)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(930)	1.210
Impostos a recuperar		(649)	(273)
Despesas antecipadas		503	439
Outros ativos		(19)	6
Fornecedores		(257)	(30)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(166)	(151)
Impostos e contribuições a recolher		(11)	(22)
Provisão de férias e 13º salário		94	36
Pagamento compromissos futuros	12	(189)	(378)
Outros passivos		1	(1)
Caixa gerado nas operações		<u>23.282</u>	<u>27.374</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(262)	(963)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>23.020</u>	<u>26.411</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Resgates em aplicações financeiras		272	128
Aquisição de imobilizado e intangível	7, 8 e 21	(152)	(59)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>120</u>	<u>69</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Dividendos pagos	14	(23.140)	(24.779)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(23.140)	(24.779)
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>-</u>	<u>1.701</u>
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1	11
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1	1.712
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>-</u>	<u>1.701</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Simão Energia S.A. (“Companhia” ou “São Simão” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A São Simão poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 84/2001 e 234/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017 e está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo, com capacidade instalada de 27 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 30 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 17 de fevereiro de 2009, através do Despacho ANEEL nº 631, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, com potência instalada total em operação de 27 MW e garantia física *definida nos bornes dos geradores*<sup>1</sup> de 15,20 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol São Simão, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.398 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 17 de fevereiro de 2039 para 16 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

---

<sup>1</sup> A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 15,04 MW médios.

Em 30 de junho de 2024, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivos, no montante de R\$1.135 (R\$966 negativos em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 serão descontados do faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido na rubrica “receita diferida” o valor total de R\$113 (R\$254 em 30 de junho de 2023, em “outros ativos circulantes”).

#### 1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - (“RRH”)

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”) nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs (“Desconto Mensal do Prêmio RRH”).

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação enviada pela Companhia, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno à Companhia sobre o caso. Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia registrou no resultado do período, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, o montante de R\$1.041 (R\$1.995 em 30 de junho de 2023), em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, totalizando em 30 de junho de 2024 R\$7.465 (R\$6.424 em 31 de dezembro de 2023) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico.

## 2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	<p>As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.</p>
Alterações ao CPC 03/ - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	<p>As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, ao CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.</p>
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	<p>As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.</p>

Na data de autorização destas informações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

### 3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias em conformidade com as normas do CPC 21 (R1).

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC")

#### 3.2. Bases de apresentação

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023"), razão pela qual as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 20 de fevereiro de 2024.

#### 3.3. Bases de elaboração

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

No período findo em 30 de junho de 2024 não houve remuneração relacionada a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (98% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023).

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fundos de investimentos em renda fixa	135	330
	<u>135</u>	<u>330</u>

Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 89% a 102% (90% a 101% em dezembro de 2023) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$14.870 em 30 de junho de 2024, (R\$13.940 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico ( “PRRH” ), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 30 de junho de 2024 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$7.293 (R\$6.254 em 31 de dezembro de 2023), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumpramos ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

## 7. IMOBILIZADO

## a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Terrenos (*)	1,88%	2.245	(200)	2.045	2.245
Turbina hidráulica	2,50%	14.682	(5.575)	9.107	9.245
Conduto forçado	3,13%	5.471	(2.613)	2.858	2.944
Gerador	3,33%	8.585	(4.386)	4.199	4.338
Comporta	3,33%	1.941	(982)	959	991
Subestação unitária	3,57%	3.434	(1.877)	1.557	1.618
Estrutura de tensão	3,57%	1.452	(743)	709	735
Casa de força produção hidráulica	2,00%	26.766	(7.766)	19.000	19.268
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	44.420	(12.877)	31.543	31.947
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	6.108	(2.829)	3.279	3.358
Imobilizado em curso	-	185	-	185	133
		<u>115.289</u>	<u>(39.848)</u>	<u>75.441</u>	<u>76.822</u>

(\*) Terrenos vinculados à Companhia, titular de outorga de autorização junto à “ANEEL”, são depreciados de acordo com o seu período de autorização.

Vida útil

---

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
Terrenos	53 anos

## b) Movimentação do imobilizado

<u>Custo</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2024</u>
Terrenos	2.245	-	-	2.245
Turbina Hidráulica	14.637	45	-	14.682
Conduto forçado	5.471	-	-	5.471
Gerador	8.581	4	-	8.585
Comporta	1.941	-	-	1.941
Subestação unitária	3.434	-	-	3.434
Estrutura de tensão	1.452	-	-	1.452
Casa de força produção hidráulica	26.766	-	-	26.766
Reservatório, barragem, adutora	44.388	32	-	44.420
Outras máquinas e equipamentos	6.073	35	-	6.108
Imobilizado em curso	133	52	-	185
	<u>115.121</u>	<u>168</u>	<u>-</u>	<u>115.289</u>
(-) Depreciação:				
Terrenos	-	(200)	-	(200)
Turbina Hidráulica	(5.392)	(183)	-	(5.575)
Conduto forçado	(2.527)	(86)	-	(2.613)
Gerador	(4.243)	(143)	-	(4.386)
Comporta	(950)	(32)	-	(982)
Subestação unitária	(1.816)	(61)	-	(1.877)
Estrutura de tensão	(717)	(26)	-	(743)
Casa de força produção hidráulica	(7.498)	(268)	-	(7.766)
Reservatório, barragem, adutora	(12.441)	(436)	-	(12.877)
Outras máquinas e equipamentos	(2.715)	(114)	-	(2.829)
	<u>(38.299)</u>	<u>(1.549)</u>	<u>-</u>	<u>(39.848)</u>
Imobilizado líquido	<u>76.822</u>	<u>(1.381)</u>	<u>-</u>	<u>75.441</u>

Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	30/06/2023
Terrenos	2.245	-	-	2.245
Turbina Hidráulica	14.636	-	-	14.636
Conduto forçado	5.471	-	-	5.471
Gerador	8.580	-	-	8.580
Comporta	1.941	-	-	1.941
Subestação unitária	3.429	6	-	3.435
Estrutura de tensão	1.453	-	-	1.453
Casa de força produção hidráulica	26.401	8	-	26.409
Reservatório, barragem, adutora	44.081	114	(118)	44.077
Outras máquinas e equipamentos	6.035	33	-	6.068
Imobilizado em curso	130	-	-	130
	<u>114.402</u>	<u>161</u>	<u>(118)</u>	<u>114.445</u>
(-) Depreciação:				
Turbina Hidráulica	(5.026)	(183)	-	(5.209)
Conduto forçado	(2.356)	(86)	-	(2.442)
Gerador	(3.957)	(143)	-	(4.100)
Comporta	(885)	(32)	-	(917)
Subestação unitária	(1.693)	(61)	-	(1.754)
Estrutura de tensão	(665)	(26)	-	(691)
Casa de força produção hidráulica	(6.968)	(263)	-	(7.232)
Reservatório, barragem, adutora	(11.580)	(430)	-	(12.009)
Outras máquinas e equipamentos	(2.485)	(115)	-	(2.600)
	<u>(35.615)</u>	<u>(1.339)</u>	<u>-</u>	<u>(36.954)</u>
Imobilizado líquido	<u>78.787</u>	<u>(1.178)</u>	<u>(118)</u>	<u>77.491</u>

## 8. INTANGÍVEL

## a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/2024	31/12/2023
Servidões	1,88%	950	950
Software	20%	106	106
Medidas compensatórias	20%	3.837	3.775
Registros de terras	-	3	3
Amortização acumulada		<u>(2.864)</u>	<u>(2.654)</u>
		<u>2.032</u>	<u>2.180</u>

## b) Movimentação do intangível

<u>Custo</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>	
Servidões	950	-	950	
Software	106	-	106	
Medidas compensatórias	3.775	62	3.837	
Registros de terras	3	-	3	
	<u>4.834</u>	<u>62</u>	<u>4.896</u>	
(-) Amortização:				
Servidões	-	(84)	(84)	
Software	(66)	(10)	(76)	
Medidas compensatórias	(2.588)	(116)	(2.704)	
	<u>(2.654)</u>	<u>(210)</u>	<u>(2.864)</u>	
 Intangível líquido	 <u>2.180</u>	 <u>(148)</u>	 <u>2.032</u>	
 <u>Custo</u>	 <u>31/12/2022</u>	 <u>Adições</u>	 <u>Baixas</u>	 <u>30/06/2023</u>
Servidões	950	-	-	950
Software	106	-	-	106
Medidas compensatórias	3.701	-	(28)	3.673
Registros de terras	85	-	-	85
	<u>4.842</u>	<u>-</u>	<u>(28)</u>	<u>4.814</u>
(-) Amortização:				
Software	(46)	(10)	-	(56)
Medidas compensatórias	(2.243)	(172)	-	(2.415)
	<u>(2.289)</u>	<u>(182)</u>	<u>-</u>	<u>(2.471)</u>
 Intangível líquido	 <u>2.553</u>	 <u>(182)</u>	 <u>(28)</u>	 <u>2.343</u>

## 9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo circulante - fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A.	4	336
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	5.851	8.053

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2024, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$67 (R\$67 em 30 de junho de 2023). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

## 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	130	136
Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	75	74
Outros tributos a recolher	74	91
Tributos Diferidos (a)	41	33
	<u>320</u>	<u>334</u>

(a) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

## 11. RECEITA DIFERIDA

## a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	114	162
Total	<u>114</u>	<u>162</u>

## b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros (a)	162	65	(113)	114
	<u>162</u>	<u>65</u>	<u>(113)</u>	<u>114</u>

Não há movimentação para o período entre 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023.

(a) Cumpre destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, tratado na nota explicativa 1.1.

## 12. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>30/06/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	804	32	(72)	9	773
Provisão para medidas compensatórias (b)	1.548	62	(117)	16	1.509
Provisão para registro de terras (c)	3	-	-	-	3
Total	<u>2.355</u>	<u>94</u>	<u>(189)</u>	<u>25</u>	<u>2.285</u>
Passivo circulante	557				401
Passivo não circulante	1.798				1.884

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>30/06/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	1.146	(4)	(194)	17	965
Provisão para medidas compensatórias (b)	1.742	(28)	(184)	22	1.552
Provisão para registro de terras (c)	85	-	-	-	85
Total	<u>2.973</u>	<u>(32)</u>	<u>(378)</u>	<u>39</u>	<u>2.602</u>
Passivo circulante	618				293
Passivo não circulante	2.355				2.309

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.

- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 13 de junho de 2013, com prazo de 1 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.

### 13. PROVISÕES PARA RISCO

A Companhia possui riscos relativos a questões cíveis, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cível (i)	23.440	22.503
	<u>23.440</u>	<u>22.503</u>

- (i) Ações de indenização por danos morais, ambientais e materiais em decorrência das cheias ocorridas em 2020.

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$46.101 e está representado por 31.744.639 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

#### b) Reservas

##### Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

##### Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia não estabelece montantes relativos a dividendos intermediários, sendo que os dividendos intermediários podem ser propostos por deliberação da Assembleia Geral.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos períodos:

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.477
Dividendos distribuídos	23.302
Dividendos pagos	<u>(24.779)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.053
Dividendos distribuídos	20.938
Dividendos pagos	<u>(23.140)</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>5.851</u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$21.425 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2024 (R\$23.063 em 30 de junho de 2023), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

15. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	29.015	30.534
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>179</u>	<u>(63)</u>
	<u>29.194</u>	<u>30.471</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(1.059)	(1.114)
PIS e COFINS diferido	<u>(4)</u>	<u>1</u>
	<u>(1.063)</u>	<u>(1.113)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>28.131</u></u>	<u><u>29.358</u></u>

(\*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

## 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação e amortização	(1.759)	(1.521)
Repactuação do risco hidrológico	(1.041)	(990)
Pessoal e administradores	(1.393)	(1.330)
Manutenção	(313)	(246)
Serviços de terceiros	(81)	(142)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	(446)	(453)
Seguros	(512)	(461)
Operação	(67)	(98)
Meio Ambiente	(73)	(7)
Tributos	(5)	(5)
Taxas setoriais	(56)	(51)
Outras despesas	(69)	(52)
	<u>(5.815)</u>	<u>(5.356)</u>
Custo das vendas de energia	(5.273)	(4.755)
Outras despesas	(542)	(601)

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(25)	(39)
Imposto sobre operações financeiras	(32)	(41)
Outras despesas	(1)	(1)
	<u>(58)</u>	<u>(81)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	77	106
Outras receitas financeiras	1	-
	<u>78</u>	<u>106</u>
Total líquido	<u>20</u>	<u>25</u>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	29.015	29.015	30.534	30.534
Receita diferida	179	179	(63)	(63)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	77	77	105	105
Outras receitas financeiras	1	1	-	-
Base de cálculo	2.414	3.581	2.543	3.762
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(602)	(321)	(636)	(339)
Diferença de alíquota (*)	12		12	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(590)	(321)	(624)	(339)
Correntes	(588)	(320)	(625)	(339)
Diferidos	(2)	(1)	1	-

(\*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 89% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	84	84	84	-	-
Total	84	84	84	-	-

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Aplicações financeiras	5	135	330
Contas a receber de clientes	6	14.870	13.940
Outros ativos circulantes		161	12
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		84	357

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 28 de junho de 2024) CDI (10,5%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição 30/06/2024	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	5	135	Baixa do CDI	Resultado	14	11	7

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

20. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

A Companhia renovou, em 27 de junho de 2024 com vigência até 27 de junho de 2025, através de apólice única e compartilhada tendo como cosseguradas as subsidiárias indiretas da Brasil PCH S.A., a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$311.620 sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	94	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	32
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	18
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	6	6
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social	652	14

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2024.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz  
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto  
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá  
CRC MG - 117.577/O-2